Economia, Sociedade & História

Hans-Hermann Hoppe

Economia, Sociedade & História

1ª edição

Título original
Economy, Society and History

Autor
Hans-Hermann Hoppe

Tradução
Fernando Fiori Chiocca

Revisão
Rick Theu

Diagramação
Rick Theu

Capa
Fernando Fiori Chiocca

HOPPE, Hans-Hermann.

Economia, Sociedade & História / Hans-Hermann Hoppe — São Paulo: Instituto Rothbard, 2021.

1. Economia 2. Paleolibertarianismo 3. Cultura 4. Liberdade

5. História I. Título.

Preâmbulo

Uma das afirmações mais deprimentes feitas por alguns libertários durante os últimos cinquenta anos é que a batalha pela liberdade pode ser ganha ou perdida discutindo sobre economia. Como acontece com todas as falsidades, exceto as mais grosseiras, há um certo grau de verdade na afirmação. Produção e comércio são atividades importantes em qualquer comunidade. Nas comunidades onde o debate sobre essas coisas é possível e considerado importante, tende a existir um poder de coerção disposto e capaz de agir sobre os resultados de tal debate. Por esta razão, qualquer pessoa preocupada com o estabelecimento do socialismo de estado e suas grandes e terríveis consequências precisa de um conjunto de argumentos que se sustentem por si mesmos e que demonstrem tanto os males do controle estatal quanto os benefícios da troca voluntária.

Mas a afirmação de que isso é tudo de que precisamos continua sendo deprimente. Qualquer movimento que a aceite se expõem à entrada e ao controle de homens de, sem dúvida, grande inteligência, mas cujo modo preferido de raciocínio é um rígido economicismo. Visto que a maioria das pessoas não pode ou prefere não escolher entender as verdades menos óbvias da economia, esse modo de raciocínio não ganhará argumentos fora das áreas consideradas econômicas. Dentro dessas áreas, pode se tornar dominante. Ele pode permanecer dominante lá mesmo depois que alguma variedade de estatismo se tornou dominante em todos os outros assuntos. Mas, como vimos desde o fim da Guerra Fria, é possível um despotismo severo e perscrutador que não tem interesse em controlar o preço do pão ou sobre quem é o dono das ferrovias. Um movimento libertário definido pela qualidade de seu raciocínio econômico, e por nada mais, torna-se então um desperdício de espaço.

Essa grande e permanente verdade – que o libertarianismo é mais do que um argumento sobre economia – é o que torna o trabalho de Hans-Hermann Hoppe tão importante. Excedendo competência em economia, ele é também, em última análise, um filósofo com predileção pela história. Ele está na mesma linha que Adam Smith e Herbert Spencer. Ele é

excepcionalmente qualificado para apreciar e desenvolver o trabalho de seus mestres imediatos, Murray Rothbard e Ludwig von Mises. Devemos dar as boas-vindas particularmente a este livro, que é uma publicação inédita de palestras proferidas há quase uma geração – palestras que foram vistas na época como uma profunda contribuição para o debate libertário, palestras que o passar do tempo tem mostrado serem não apenas profundas, mas também preditivas. A abordagem adotada por Hoppe não é que a liberdade seja boa porque nos permite ter torradeiras elétricas mais baratas. Em vez disso, seu argumento é que qualquer defesa da liberdade é e deve ser idêntica à defesa da própria civilização.

Embora fosse comum até algumas gerações atrás, hoje em dia falar sobre estados superiores ou inferiores de desenvolvimento está fora de moda. Mesmo assim, os seres humanos parecem ser diferentes de todas as outras espécies em nosso planeta por causa de nossas faculdades racionais comparativamente imensas e por causa de nossa mediocridade física. Nenhum corpo tão lento, fraco e indefeso como o nosso poderia ter evoluído sem as compensações da inteligência – ou, tendo evoluído, poderia ter sobrevivido. Igualmente importante para nossa sobrevivência foi a anatomia de nossas gargantas. Por que isso é assim não pode ser explicado. Mas permitiu o desenvolvimento da linguagem. Isso é o que completou nossa separação dos outros animais. Sem a linguagem, poderíamos ter usado nossos cérebros para manter a nós mesmos e a nossos filhos vivos em pequenos grupos. Com a linguagem, nossa necessidade física de cooperação nos colocou em um caminho de acumulação de capital que começa ensinando uma criança a transformar ossos em anzóis e pode terminar com nossa autotransformação no que nossos ancestrais teriam considerado semideuses.

Além disso, da linguagem e da cooperação surge um senso de propriedade mais forte. Esse sentido, como mostra Hoppe (pp. 32-34), não é consequência de nossa inteligência ou de qualquer caminho específico de desenvolvimento cultural. É natural, pelo menos, para todos os mamíferos superiores. É natural para crianças muito pequenas, mesmo antes de aprenderem a falar ou raciocinar. O senso de propriedade, entretanto, é grandemente ampliado e elaborado pelo fato de nosso desenvolvimento. Disto vem uma tendência para a especialização e uma

necessidade correspondente de comércio. Paralelamente, cresceu a ciência do direito, como meio de garantir a propriedade e possibilitar sua transferência pacífica.

Em qualquer pesquisa sobre nosso desenvolvimento, a limitação óbvia é que não temos um padrão de comparação fora de nós mesmos. Vamos imaginar que estejamos sendo observados por sociólogos e economistas de alguma raça alienígena. Nos assistir seria um tedioso preenchimento de formulário? "Sim, eles finalmente descobriram o arado. Depois de alguns milênios de tentativas fracassadas, eles têm uma escrita alfabética. Eles estão usando o espectro eletromagnético e têm uma tecnologia nuclear rudimentar. Próxima parada, ou auto-aniquilação ou extensão significativa de vida ..." Nós seriamos assim? Ou esses observadores hipotéticos deveriam estar enviando mensagens frenéticas para seu planeta, relatando algum milagre galáctico e pedindo mais financiamento? Seria bom saber que posição estamos –, isto é, presumindo que não estamos sozinhos e essa conversa de desenvolvimento comparativo tenha algum sentido. Não há dúvida, entretanto, de que existimos em algo parecido com nossa forma atual como uma raça de caçadores-coletores analfabetos por várias centenas de milhares de anos até o final da última era glacial, apenas dez mil anos atrás. Desde então, crescemos de alguns milhões para sete bilhões, e a maior parte desse crescimento aconteceu desde o nascimento de muitas pessoas que ainda estão vivas. Como isso não poderia ter acontecido por si só, podemos tomar essa expansão dos números como uma medida de nosso progresso geral.

Ainda assim, embora impressionante – quer imaginemos algum grupo de observadores alienígenas excitados, ou apenas vejamos como nos saímos até o final da última era glacial – existe um verme no broto de nosso progresso. A generalidade de nossas realizações nos últimos dez mil anos resultou do interesse privado e do livre comércio. Isso não quer dizer que a força esteve ausente ou mesmo foi desnecessária. Toda civilização precisa de força defensiva. Os indivíduos precisam se defender e a seus dependentes de ladrões e outros parasitas sujos. As comunidades precisam se defender de bandos organizados que vivem consumindo o que não produziram. Entre esses dois extremos, é necessário que os tribunais

se pronunciem sobre a natureza e o cumprimento dos contratos e que suas decisões sejam executadas contra perdedores que não consentem no jogo judicial. Em suma, cada comunidade deve ter um lugar para a força defensiva, e grande parte dessa força defensiva será coletiva. Mas se a força não esteve, e não poderia estar, ausente de nosso progresso, quanto dessa força precisava ser coercitiva?

A resposta para Hoppe, e para todos os outros libertários de princípios, é nenhuma. O interesse privado e as trocas livres são tudo o que é necessário para nos levar da lama às estrelas. Na medida em que for necessária, a força defensiva pode ser facilmente fornecida a partir de um sistema voluntário, assim como um bom pão e água potável podem ser fornecidos. Não há utilidade em permitir o surgimento de "uma agência, e somente uma agência, o estado ... [que tenha] o direito de tributar e de tomar as decisões finais (p. 201). Nosso maior erro como espécie tem sido, uma vez após a outra, permitir o surgimento dessas agências de coerção armada. Até o século XX, os estados eram limitados quanto aos danos que podiam causar pela pobreza de suas comunidades hospedeiras. Eles podem roubar e assassinar em uma escala que ainda apavora. Ao mesmo tempo, o número de parasitas diretos dificilmente ultrapassava os quatro dígitos, e o número de seus clientes exclusivos sempre era difícil de manter perto do topo dos cinco dígitos. Além disso, se eles podiam roubar e assassinar, seus poderes de inspeção e controle mais detalhados eram limitados de maneiras que muitas vezes não entendemos mais.

Nossa infelicidade nos últimos cem anos é que maior riqueza significou maior capacidade tributável e, portanto, um crescimento quase ilimitado no tamanho dos Estados e no número de parasitas que eles sustentam. Provavelmente não há sentido em descrever a aberração maliciosa do estado moderno nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha. Por um lado, moro na Inglaterra e ganho parte do meu pão de uma instituição financiada pelo estado britânico. Não seria sensato dizer tudo o que penso. Por outro lado, isso não é apenas malicioso, mas uma aberração metastática. O que quer que pareça bizarro hoje vai beirar a normalidade em comparação com o que estará na moda daqui a um ano.

Hoppe não tem alívio fácil para fornecer aqui. Na verdade, parte de sua análise é tão sombria quanto a de qualquer Tory inglês após 1945. Se um indivíduo cometer um erro, ele tenderá eventualmente a se dar conta de que cometeu um erro ou para corrigi-lo ou para desejar tê-lo corrigido em tempo. Na pior das hipóteses, seu exemplo servirá como um aviso para os outros. Nas ciências naturais, os erros tendem a ser autolimitantes – eles levarão a previsões falsas, e estas serão seguidas por um reexame dos fatos alegados. Mas, quando o caminho errado é transformado em estatismo,

> nem todo mundo que comete esse erro deve pagar por ele igualmente. Em vez disso, algumas pessoas terão que pagar pelo erro, enquanto outras, talvez os agentes do estado, realmente se beneficiem do mesmo erro. Por isso, neste caso, seria um erro supor que existe um desejo universal de aprender e corrigir o erro. Muito pelo contrário, neste caso, deverá ser assumido que algumas pessoas, em vez de aprender e promover a verdade, têm, na verdade, um motivo constante para mentir, isto é, para manter e promover falsidades, mesmo que elas próprias as reconheçam como tal. (p. 195)

Claro, os próprios políticos estão entre os principais vilões aqui. Talvez mais culpados, porém, sejam os intelectuais. Eles têm um interesse irresistível e permanente em espalhar a falsidade da necessidade do Estado.

> A demanda do mercado por serviços intelectuais, em particular na área das humanidades e das ciências sociais, está longe de ser alta e também está longe de ser estável e segura. Os intelectuais estariam à mercê dos valores e escolhas das massas e as massas geralmente não estão interessadas em questões intelectuais e filosóficas. O estado, por outro lado, como Rothbard observou, acomoda seus egos tipicamente superinflados e está disposto a oferecer aos intelectuais um abrigo

> caloroso, seguro e permanente em seu aparato, uma renda segura e a panóplia de prestígio. E, de fato, o estado democrático moderno em particular criou um grande excesso de oferta de intelectuais. (pp. 198-199)

Por outro lado, há esperança. O que é isso, deixo que você descubra por si mesmo lendo as palestras de Hoppe. Elas dizem mais do que eu neste preâmbulo. Se devo fazer uma provocação, entretanto, todo estatismo é malevolência e repousa, em última instância, no consentimento dos oprimidos. Abram-se os olhos dos oprimidos e não haverá mais estatismo. Os olhos não serão abertos pelo economicismo rígido do meu segundo parágrafo. Eles serão abertos por um estudo de história e antropologia, para o qual esses ensaios podem ser tomados como uma introdução.

Sean Gabb
Deal, Inglaterra
Junho de 2021

Prefácio

Em junho de 2004, a convite de Lew Rockwell, passei uma semana no Mises Institute em Auburn, Alabama, para apresentar uma série de palestras: uma pela manhã e outra à tarde, durante cinco dias, em um ambiente intimista, perante uma plateia de mais de cinquenta alunos e profissionais.

O objetivo, conforme estabelecido por Lew Rockwell, era ambicioso: apresentar minha visão do mundo e seu funcionamento interno. Consequentemente, as palestras deveriam ser um esforço intelectual amplo e interdisciplinar, abordando questões de filosofia, economia, antropologia, sociologia e história.

Minhas palestras não foram baseadas em um texto escrito, mas em notas, complementadas por apenas algumas apostilas. Daí o tom um tanto informal do texto a seguir e seus ocasionais apartes pessoais e conversacionais. Com base na experiência pessoal, não espero que esse fato diminua, mas, na verdade, aumente o apelo e a acessibilidade do presente trabalho, portanto, não senti necessidade agora de quaisquer mudanças estilísticas.

Além disso, cheguei à mesma conclusão não apenas em relação ao estilo, mas também ao conteúdo. Já faz quase vinte anos que apresentei as seguintes palestras. Elas foram gravadas em áudio na época e um CD foi produzido. Mas nunca olhei para trás nem ouvi essas gravações. Na verdade, quase nunca ouço gravações de minhas próprias falas e, em geral, no que se refere a questões intelectuais e não teatrais ou artísticas, prefiro muito mais a escrita à falada. Revisitando agora, pela primeira vez, em sua forma escrita o que havia apresentado oralmente em 2004, fiquei agradavelmente surpreso e cheguei à conclusão de que não devo mexer em nada, mas deixar que tudo fique como está. Isso não quer dizer, é claro, que não haja mais nada a dizer sobre os assuntos abrangentes do trabalho seguinte, mas sim, se posso ser tão indecente em dizer, que é um trampolim notavelmente sólido para mais e melhores coisas ainda por vir.

Na verdade, não parei de ler, escrever e dar palestras desde 2004, e o leitor curioso já pode encontrar algumas observações, considerações e deliberações adicionais em meus próprios trabalhos subsequentes, repletos de referências adicionais. Entre outros, há a segunda edição ampliada de *A Economia e a Ética da Propriedade Privada* (2006), *Uma breve história do homem: progresso e declínio* (2015), *Manual para entender direito o Libertarianismo* (2018) e, mais recentemente, a segunda edição muito ampliada de *A Grande Ficção* (2021). Da mesma forma, aqueles que preferem coisas ao vivo e em cores podem querer dar uma olhada em algumas das muitas gravações em vídeo feitas de minhas palestras nos últimos anos, principalmente minhas apresentações regulares nas reuniões anuais da Property and Freedom Society (PFS), todas que estão disponíveis eletronicamente em minha página pessoal, www.HansHoppe.com.

Finalmente, o leitor pode achar interessante aprender um pouco sobre as circunstâncias pessoais e o contexto histórico-temporal, no qual a presente obra deve ser inserida. Conforme mencionado brevemente na quarta aula, quando apresentei minhas palestras, em junho de 2004, eu estava no meio de alguns grandes problemas com a UNLV, minha universidade. Um aluno me acusou de ter violado algum padrão do "politicamente correto" e, portanto, de criar um "ambiente de aprendizado hostil" para ele, e a universidade iniciou então uma investigação oficial sobre o assunto que se arrastaria por quase mais um ano. Depois, em 2005, contei toda a história sórdida em um artigo intitulado "Minha batalha com a polícia do pensamento". No entanto, embora eu finalmente tenha saído triunfante do caso escandaloso, ele teve um impacto duradouro em minha vida. Como resultado, não apenas um ano da minha vida foi roubado de mim, mas também perdi muito do meu antigo entusiasmo como professor e minha apreciação pela vida acadêmica. Eu já tinha visto sinais nefastos da crescente disseminação do "politicamente correto" por toda a sociedade antes, é claro, mas me sentia, aos meus olhos, imune a esta doença mental. Em minhas aulas, não havia reconhecido e aceito nenhum tabu intelectual e, fosse por causa disso ou apesar disso, gozava de grande popularidade entre meus alunos. O tempo todo, em minha posição de professor titular efetivo, me considerava bem

protegido por minha universidade de toda e qualquer interferência na liberdade acadêmica. Essa crença foi seriamente abalada e, à luz de um número crescente de eventos semelhantes em outras universidades ao redor do país ao mesmo tempo, cheguei à conclusão de que, para mim, com meus interesses intelectuais amplos e interdisciplinares, o ensino universitário doravante sempre significaria ter que escolher entre a autocensura, por um lado, ou o assédio, por outro.

Felizmente, eu seria rapidamente resgatado desse dilema por alguma reviravolta favorável em minha vida pessoal, no entanto, que me permitiu renunciar ao meu cargo na universidade e continuar meu trabalho acadêmico fora da academia oficial. Olhando para traz agora, eu diria que foi "na hora certa", porque as coisas só pioraram, e pioraram rapidamente. Durante meus dias de estudante, na Alemanha, as universidades constituíam em grande parte ordens ainda anárquicas compostas por dezenas de pequenos reinos e feudos intelectuais autônomos, competindo livremente ou cooperando uns com os outros, e os estudantes universitários constituíam não mais que 7 ou 8% de uma faixa etária. Desde então, as universidades têm se transformado cada vez mais em organizações enormes e altamente centralizadas, governadas por um comitê central de burocratas e uma massa cada vez maior de assistentes administrativos, enquanto os alunos agora, nos Estados Unidos, representam mais de 50% de uma faixa etária. Nessas circunstâncias, com um comitê central burocrático no comando, e seja por comissão ou omissão, as universidades, então, pressionadas pelas chamadas turbas estudantis antifascistas e por marginais do Black Lives Matter e instigadas neles por algumas fraudes professorais, falsos e tolos assim catapultados para a proeminência pública, têm sido cada vez mais transformadas em campos de doutrinação do " politicamente correto" ou "*wokeness*", conforme definido por alguns teóricos do "marxismo cultural". E não muito diferente da antiga revolução cultural de Mao com seus Guardas Vermelhos, então, esse movimento *wokeness* deu grandes passos em direção ao seu objetivo de subverter e, por fim, destruir todos os padrões ocidentais tradicionais de excelência humana, mérito, realização e, de fato, normalidade e de todas as coisas normais, e

silenciar, expulsar ou espancar até a submissão qualquer um que ouse discordar da única e correta linha do partido político *woke*.

Hoje, na universidade contemporânea, nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e muitos outros países ocidentais, então, muitas coisas ditas ou constatadas a seguir não podem mais ser ditas ou constatadas sem medo de repercussões graves: sem campanhas de cancelamento, censura, pedido de desculpas, confissão de culpa ou mesmo assédio, ameaça e perda do emprego e meios de subsistência. Mais uma razão, então, para agradecer a Lew Rockwell, ao Mises Institute e, em particular, aos muitos doadores generosos, que tornaram possível a presente publicação.

Hans-Hermann Hoppe
Maio de 2021

Sumário

Palestra 1

A natureza do homem e a condição humana:
Linguagem, Propriedade e Produção

O que eu quero fazer neste seminário é reconstruir a história mundial de baixo para cima, do início da humanidade até o presente, e gradualmente ampliar e expandir o quadro. Vou dar-lhes uma breve visão geral do que planejei, mas deixe-me dizer desde o início que nunca dei essas palestras dessa forma antes. Apresentei alguns desses tópicos em várias palestras e, em minha aula sobre sistemas comparativos, falo sobre assuntos semelhantes aos que tratarei neste seminário. Mas nunca antes apresentei palestras estruturadas dessa maneira.

Para lhes dar uma ideia básica de como tudo isso está estruturado, na primeira aula quero falar sobre a natureza do homem, comparando homens com animais e iluminando as principais diferenças, e caracterizando o que se pode chamar de condição humana, a condição na qual a humanidade se encontra. Na segunda palestra, falarei sobre a disseminação do homem pelo globo e o desenvolvimento, ou seja, a *extensificação* e a *intensificação* da divisão do trabalho. E a terceira aula trata do próximo elemento do desenvolvimento humano e econômico, isto é, o desenvolvimento do dinheiro e a expansão do uso do dinheiro e as consequências que o dinheiro tem para o desenvolvimento da divisão do trabalho. O próximo elemento fundamental, a quarta palestra, será a teoria da preferência temporal, do capital e da tecnologia e do crescimento econômico.

Todas as palestras, aliás, conterão tanto elementos teóricos como históricos. Não sou historiador de profissão. Minha vantagem é que conheço mais teoria do que a maioria dos historiadores e, por causa disso, reconstruo a história de uma maneira ligeiramente diferente da que um historiador faria.

A quinta palestra tratará dos fatores ideológicos que influenciam o desenvolvimento social e econômico, ou seja, em particular, a religião; esta será uma palestra sobre religiões comparadas e ideologias

comparadas. A sexta palestra tratará de detalhes da teoria da propriedade privada e da questão de como as sociedades defenderiam a propriedade, ou seja, os direitos de propriedade, com referência especial às sociedades feudais e quais mecanismos de defesa seriam usados nas sociedades modernas, para onde podemos levar algumas ideias desde a idade feudal. Na palestra sete, lidaremos com o comportamento parasitário, ou seja, o comportamento explorador e a origem do estado. E a oitava palestra será baseada em algo que fiz em meu livro *Democracia – o deus que falhou*, discutindo a transição de estados monárquicos ou governos monárquicos para governos democráticos. A nona palestra vai lidar com estados, imperialismo e guerra. E a palestra final tratará de algumas questões estratégicas; ou seja, como passamos daqui para uma sociedade que é livre, ou pelo menos mais livre do que a atual.

Então, com isso, deixe-me começar a falar sobre a natureza do homem e a condição humana e falar em particular sobre três elementos que são exclusivos da humanidade. O primeiro é a linguagem, o segundo é a propriedade e o terceiro é a produção ou tecnologia. Agora, você percebe que quando começamos tudo isso aqui, já estamos conversando. Já estamos usando algumas de nossas capacidades, algumas de nossas habilidades e conquistas que são o resultado da evolução humana; ou seja, a reconstrução que irei oferecer da história humana já faz uso de algumas das ferramentas que só evoluíram gradualmente no decorrer do tempo. Na verdade, a origem da linguagem remonta aproximadamente a algo entre 150.000 e 50.000 anos atrás. Todas essas estimativas são, é claro, como você pode imaginar, um tanto vagas; ninguém estava por perto naquela época para registrar exatamente quando eles começaram a falar. Mas esses são os números que alguns geneticistas, biólogos e antropólogos nos fornecem para começar. E você notará outra coisa, pelo fato de que começamos todo esse empreendimento conversando uns com os outros, que os humanos são animais sociais.

Você está ciente do fato de que há pessoas interessadas na teoria dos jogos, por exemplo, que parecem ter dificuldade em explicar por que as pessoas cooperam e não lutam entre si o tempo todo. Mas o engraçado é que esse debate já se dá por meio da linguagem, que, de certa forma, desde o início, explica que deve haver algo de errado com essa ideia de

que os homens em algum momento estavam, por assim dizer, decidindo se deveria lutar uns contra os outros ou se não deveria lutar uns contra os outros. Obviamente, assim que a humanidade começou a falar entre si, os homens já deveriam ter reconhecido que existem certas vantagens em fazer isso e serem sociais em seus empreendimentos. E é perfeitamente claro desde o início qual é a grande vantagem de ter uma linguagem disponível e nos comunicarmos com outras pessoas, já que podemos transmitir conhecimento a outras pessoas de uma forma muito mais rápida do que seria possível se simplesmente tivéssemos que olhar para o que as outras pessoas estão fazendo e, em seguida, tentam reconstruir as ideias que estão por trás do que estão fazendo. Por meio da linguagem, temos a possibilidade de comunicar diretamente o que nos levou a fazer isso ou a fazer outra coisa.

Agora, com a linguagem, duas ideias surgiram e eu uso aqui as ideias que foram desenvolvidas primeiro por um psicólogo austríaco, Karl Bühler, que também teve alguma influência sobre Karl Popper, que usa suas ideias. Karl Bühler afirma que, quando olhamos para a linguagem, podemos distinguir entre quatro funções diferentes, duas das quais já encontramos no nível animal e duas das quais são exclusivas dos humanos. No nível animal, encontramos o uso de símbolos ou sons que expressam algo como a dor, por exemplo. Essa é uma *função expressiva* da linguagem, que podemos atribuir facilmente também aos animais e dizer, nesse sentido, que eles podem expressar alguns sentimentos internos. Por outro lado, a linguagem às vezes tem uma *função sinalizadora*; ou seja, podemos produzir sons que indicam que há algum perigo chegando, avisar outros animais para fugir ou algo assim. E isso, é claro, também é possível para os humanos fazerem. A linguagem tem uma função expressiva para nós e também tem essa função de sinal, de conscientizar outras pessoas das coisas.

O que não se encontra no reino animal é a linguagem que tem *função descritiva*; isto é, linguagem que descreve "isto é tal e tal" e com a função descritiva da linguagem, pela primeira vez, surge a ideia da verdade. Ou seja, para expressões e sinais, se isso é verdade ou não, não é realmente um problema, mas quando dizemos, "isso é tal e tal", então se torna possível perguntar: "É realmente esse o caso?" E podemos tentar

descobrir se é esse o caso ou não. Assim, surge a ideia de ferramentas, porque a linguagem tem função descritiva e as proposições descritivas mais primitivas seriam do tipo “isto é tal e tal”; ou seja, ter um nome próprio ou uma expressão de identificação e, em seguida, um termo geral que caracteriza um objeto particular como tendo algumas características gerais.

A segunda função exclusivamente humana da linguagem é a *função argumentativa*, que temos declarações complexas conectadas por "e" e "ou", várias declarações combinadas entre si, e que investigamos se certos argumentos são válidos ou não e investigamos se derivamos inferências da maneira correta ou incorreta e assim por diante. E você percebe que é precisamente esta última função, esta função argumentativa, que devemos usar também como ferramenta, se agora queremos fazer uma distinção mais precisa entre as habilidades do homem por um lado e as diferentes habilidades dos animais por outro.

E quero seguir aqui com o filósofo Brand Blanshard, que apontou algumas diferenças importantes entre os animais e os humanos. Quero começar com uma pequena citação de Blanshard em um livro, *Reason and Analysis*, onde ele diz isso sobre os animais e, em seguida, chega à conclusão de que, de alguma forma, isso ainda é muito diferente do que a humanidade pode fazer. Ele pergunta: "O que significa possuir razão humana ou racionalidade humana?" E ele responde: "Não pode ser consciência, é claro, porque ninguém pode duvidar sensatamente de que os animais sentem medo e fome e prazer e dor." Os animais também podem cometer erros, que reconhecemos, como quando, por exemplo, um cachorro larga um osso por um osso mais convidativo que vê na água. E uma vez que apenas os julgamentos podem ser errados, os animais também devem, de alguma forma, ser capazes de fazer julgamentos para chegar à conclusão de que “eu fiz um julgamento errado”. E uma vez que julgamento é pensamento, também podemos dizer que os animais pensam, mas eles, obviamente, não pensam da mesma forma que os humanos.

Agora, qual é a diferença entre a nossa maneira de pensar e a maneira de pensar deles? Deixe-me enfatizar quatro pontos nesta conexão que parcialmente se sobrepõem. A primeira coisa a ser notada é

que o pensamento animal está sempre ligado à percepção, enquanto o pensamento humano pode vagar, voltar ao passado, vagar para o futuro, pode pensar em objetos que estão distantes, pode até pensar em objetos que nunca existiram. Os animais não podem pensar dessa maneira. O que quer que estejam pensando, requer alguma pista presente, alguma observação da qual seu pensamento surge. Podemos imaginar, por exemplo, que os animais também podem pensar, em certa medida, sobre coisas que estão ausentes, como se um cachorro se sentasse na frente de uma casa porque o cão sabe que seu dono entrou na casa e o espera pacientemente até o mestre voltar. Mas mesmo aí você ainda pode ver que está ligado à percepção. Se ele não tivesse visto o dono entrar em casa, ele não faria o que ele faz, sentado lá esperando. E em qualquer caso, ele não pode pensar em coisas que estão longe, ou impossíveis, ou coisas em um futuro muito distante. Então, essa é a primeira coisa: o pensamento animal está ligado à percepção e o pensamento humano é, desta forma, liberado da percepção.

Isso me leva ao segundo ponto. Existe um outro fenômeno, o da diferença entre humanos e animais, que mostra que eles não podem fazer isso. Mesmo que você ache que eles possam pensar sobre esse tipo de coisa, eles não têm como transmitir esse tipo de informação para nós. Ou você pode dizer, os animais não podem abstrair da maneira que os humanos podem. Certamente, os animais podem ver formas e cores e podem perceber cheiros e coisas assim, mas não parece ser o caso de que eles tenham um conceito de formas, de triângulos, ou um conceito de verde ou azul ou amarelo, ou um conceito de diferentes tipos de cheiros. Novamente, este é um aspecto do que acabei de mencionar; está ligado a eventos específicos, mas eles não podem se abstrair do evento específico e construir um conceito geral. Se pudessem, esperaríamos que formassem uma palavra para essas coisas, e não é que os animais não sejam capazes de produzir sons. Muitos animais possuem sistemas para produzir sons. Então, isso não explica por que eles não têm palavras. Obviamente, apesar de poderem formar sons, não podem formar o que chamamos de palavras, sons aos quais atribuímos uma certa ideia abstrata da qual encontramos várias instâncias no mundo real.

A terceira coisa que distingue a humanidade dos animais é que os animais não podem fazer inferências explícitas. Novamente, isso tem algo a ver intimamente com os dois pontos que já mencionei. Os animais podem, é claro, fazer inferências, mas essas inferências estão implícitas. Ou seja, se você tem um frango e dá um pedaço de comida para o frango que é muito grande, não cabe no bico e ele fica desesperado por não conseguir comê-lo. Então, se você jogar outro pedaço de aproximadamente o mesmo tamanho na frente dele, o frango pode se recusar a tentar fazer o mesmo com o segundo pedaço de material porque reconhece que por não ter funcionado com o primeiro, é improvável que irá funcionar com o segundo. Mas, novamente, devido à falta de conceitos, eles não podem fazer inferências explícitas; ou seja, inferir de um conceito para outro e, assim, ser capaz de dizer por que isso e aquilo causou tal e tal problema e por que seria em vão tentar a mesma coisa duas vezes que já não funcionava no primeiro caso.

A diferença mais importante entre animais e humanos é o fato de que os animais não têm o que chamamos de autoconsciência. Eles têm consciência, mas não autoconsciência, e o que quero dizer com autoconsciência é que eles não podem recuar mentalmente e refletir sobre seu próprio comportamento. Eles não podem fazer uma pausa e criticar seu próprio comportamento, pensar sobre por que seu comportamento foi bem ou malsucedido. Eles não possuem nada como normas ou princípios pelos quais possam julgar e criticar seu próprio comportamento. Deixe-me citar novamente neste ponto Blanshard sobre a mais importante das diferenças, isto é, a capacidade humana de reflexão autoconsciente. Lá ele diz,

> Finalmente, a razão humana acrescentou uma dimensão extra à consciência animal na forma de autoconsciência. Um animal carece do poder, que é a fonte em nós mesmos, de tantas realizações e de tantas desgraças, de se distanciar de si mesmo e contemplar o que está fazendo. Ele come, dorme e brinca, mas nunca para no meio de uma refeição,

> para notar que está comendo avidamente, nunca pergunta, não foi impróprio dormir horas a fio ...[1]

Podemos ver, em alguns aspectos, é claro, que os humanos não se desenvolveram muito além disso.

> … Aparentemente, nunca reflete, enquanto salta e corre, que está um pouco fora de forma hoje. Comete erros, mas, tendo cometido um, não pode sentar-se e considerar que princípio de pensamento correto foi violado. Porque não pode contemplar seu próprio comportamento, não pode criticar a si mesmo; estando abaixo do nível de autocrítica, não tem normas; e não tendo normas, carece de um grande e óbvio essencial para a vida da razão, a saber, o poder de ser guiado por princípios.[2]

E Blanshard então resume tudo o que tentei transmitir até este ponto, dizendo o seguinte:

> Quando dizemos que o homem é um animal racional, então, parecemos sugerir que ele pode comandar ideias independentemente dos sentidos, independentemente da percepção, que pode abstrair; que ele pode inferir explicitamente e que pode julgar a si mesmo. O mais elevado dos animais não pode fazer nenhuma dessas coisas. O mais estúpido dos homens, se não um caso patológico, pode, em alguma medida, fazer todas elas.[3]

Muito da habilidade humana, a habilidade de linguagem humana, é caracterizada em particular por nossas habilidades de autorreflexão, autocrítica, autocontrole e assim por diante.

---

[1] Brand Blanshard, *Reason and Analysis* (1962; Abingdon, UK: Routledge, 2013), cap. 2, pág. 51

[2] Ibid.

[3] Ibid.

Podemos usar esses recursos agora para descrever a condição humana, que será meu próximo passo. E esta condição humana pode ser caracterizada da seguinte forma: o homem se encontra equipado com consciência, e descobre que temos um corpo físico, e descobre que existe algo fora do corpo físico, o que os economistas chamam de "terra", ou seja, recursos dados pela natureza, coisas externas, independentes de nossos corpos. E o que aprendemos imediatamente é que nossos corpos são fortemente pressionados constante e permanentemente por várias necessidades, e que temos que agir de forma a satisfazê-las. O que o homem descobre imediatamente é que certas coisas ele pode controlar diretamente; isto é, todos nós podemos descobrir que podemos controlar diretamente nossos próprios corpos. Posso apenas dizer "Eu levanto meu braço" e meu braço é levantado, ou "Eu levanto minha perna" e minha perna vai subir. E percebemos que ninguém mais pode controlar meu corpo dessa forma.

Todo mundo pode fazer isso com seu próprio corpo, é claro, mas temos essa capacidade de controlar algo diretamente apenas com coisas muito limitadas. Não posso controlar você diretamente; eu só posso controlar você estando no controle direto de meu próprio corpo físico primeiro; então posso, é claro, fazer uma tentativa indireta de também controlá-lo. Isso explica por que temos o conceito de *eu*, de *mim*, porque certas coisas só eu posso fazer e isso me distingue desde o início de todos os outros. Isso é o que eu posso fazer e ninguém pode fazer isso com o meu braço da maneira que eu faço. Também podemos dizer que descobrimos então, imediatamente, o que entendemos por ter *livre arbítrio*. Eu posso apenas querer isso; eu simplesmente pego isso e pronto. Não há nada que me force; é apenas meu desejo, então isso o torna assim. E também desenvolvemos, imediatamente, algum tipo de ideia do que significa causar algo. Eu sou a causa desta garrafa de água estar em minha mão e sou a causa de agora beber dela. Reconhecemos nosso relacionamento único que temos com nosso próprio corpo físico e que outras pessoas têm com seus próprios corpos físicos. Sabemos que, por isso, *eu não sou você e você não é eu*. Entendemos o conceito de causa e entendemos o conceito de livre arbítrio. Então reconhecemos, em segundo lugar, que existem outras coisas lá fora que podemos controlar apenas indiretamente, com a

ajuda daquelas coisas que podemos controlar diretamente. Com a ajuda de nosso corpo, podemos tentar controlar coisas que existem fora de nosso próprio corpo físico. Referimo-nos a essas coisas como *meios*.

E percebemos também que existem coisas que não podemos controlar de forma alguma. Não podemos controlar o sol ou a chuva; não podemos controlar o movimento da lua ou das estrelas. Aquelas coisas a que nos referimos como *ambiente*, que temos de considerar como um dado, como algo que está além do nosso controle. A fronteira entre as coisas que podemos controlar e as coisas que não podemos controlar, a fronteira, por assim dizer, entre aqueles que são meios e o que é o ambiente em que agimos, é móvel; isto é, certas coisas que inicialmente não eram controláveis podem estar ao nosso alcance e podem se tornar controláveis . Pense em algo simples como construir uma ferramenta, por exemplo, que possibilite que você alcance algo alto que você inicialmente não poderia, ou alcance alturas que inicialmente não poderia alcançar, ou profundidades que inicialmente não poderia alcançar. A fronteira entre a gama de objetos que se tornam meios e a gama de objetos que permanecem ambiente é móvel ou flexível. Pode muito bem ser o caso de que um dia, seremos capazes de mover a lua apenas balançando certos tipos de ferramentas ou instrumentos, mas atualmente não somos capazes de fazer isso.

Então, o homem aprende que alguns dos meios, algumas das coisas que ele pode controlar, que pode mover, que pode manipular, podem ser chamados de "bens" e outras podem ser chamados de "males". *Bens* seriam obviamente aqueles meios adequados para satisfazer algumas necessidades que temos, e os *males* seriam objetos que podemos controlar, mas que teriam repercussões negativas sobre nós, que não satisfariam nenhuma necessidade, mas, ao contrário, pode nos prejudicar ou até mesmo nos matar.

Neste ponto, deixe-me ler para você a definição de bens. “Bens” são meios que podem ser controlados e que são adequados para a satisfação das necessidades ou fins humanos. Vou dar a você a definição que Carl Menger nos forneceu. Menger destacou que existem quatro requisitos para que os objetos se tornem bens para nós. O primeiro é a existência de uma necessidade humana. O segundo requisito são as propriedades que

tornam a coisa capaz de ser trazida a uma conexão causal com a satisfação dessa necessidade. Ou seja, esse objeto deve ser capaz, por meio de realizarmos certas manipulações com ele, de fazer com que certas necessidades sejam satisfeitas ou pelo menos aliviadas. A terceira condição é que deve haver conhecimento humano sobre essa conexão, o que explica, é claro, por que é importante que as pessoas aprendam a distinguir entre os bens e os males. Assim, temos conhecimento humano sobre o objeto, nossa capacidade de controlá-lo e o poder causal desse objeto para levar a certos tipos de resultados satisfatórios. E o quarto fator é, como já indiquei, que devemos ter suficiente comando da coisa para direcioná-la à satisfação da necessidade. Nesse sentido, por exemplo, ainda que possamos considerar o sol como um bem ou a chuva como um bem, nenhum dos dois seria um bem econômico, pois não temos controle sobre os objetos que são capazes de produzir luz do sol ou chuva. Somente os objetos que podemos colocar sob nosso controle, e então levar a certos resultados, seriam chamados de bens econômicos. O homem então aprende que alguns bens são imediatamente úteis. Nós nos referimos a esses bens como *bens de consumo*. Eles podem ser apropriados e quase instantaneamente transformados em alguma forma de satisfação. E também aprendemos que a maioria das coisas, no entanto, são apenas indiretamente úteis. Elas exigem que devemos transformá-las de alguma forma, que as remodelemos de alguma forma, que as movamos ou realoquemos de alguma forma, usando nossa inteligência para nos levar à satisfação. E aqueles objetos para os quais temos que fazer algo inteligente com eles, antes que levem à satisfação, chamaríamos de *bens de produção*.

E o homem também reconhece – e isso me leva ao meu segundo ponto principal – além da linguagem, o conceito de propriedade. Já argumentei a respeito de nossos corpos físicos, onde é intuitivamente claro que as pessoas reconhecem que “este é o meu corpo, porque eu sou o único que pode fazer isso com ele e ninguém mais pode”. Tenho uma relação única com meu corpo, uma relação diferente de qualquer outra pessoa. Quando se trata agora de meios econômicos, surge uma ideia semelhante. Aquelas pessoas que se apropriam de certos objetos e os colocam sob seu controle a fim de satisfazer certos desejos, com isso

também estabeleceram uma relação única com aquelas coisas das quais se apropriaram pela primeira vez, e consideram essas coisas também suas. Talvez não da mesma forma direta como com o meu corpo, mas como uma extensão do meu corpo. Afinal, usei meu corpo para me apropriar dessas coisas e, nesse sentido, também tenho uma relação única com esses objetos. Deixe-me ler para você, a esse respeito, uma citação de Herbert Spencer, que também explica a naturalidade da ideia de propriedade. Ele diz

> que mesmo os animais inteligentes exibem um senso de propriedade, negando a crença proposta por alguns de que a propriedade individual não foi reconhecida pelo homem primitivo. Quando vemos a reivindicação de posse exclusiva entendida por um cão, de modo que ele luta em defesa das roupas de seu dono, se deixado a cargo delas, torna-se impossível supor que mesmo em seu estado mais baixo, os homens estivessem desprovidos dessas ideias e emoções, que principiam a propriedade privada. Tudo o que pode ser razoavelmente presumido é que essas ideias e sentimentos foram inicialmente menos desenvolvidos do que desde então.[4]

Enquanto nos estágios iniciais, é difícil, para não dizer impossível, estabelecer uma marca de reivindicações individuais para parte da área percorrida em busca de comida – e irei abordar esse assunto mais tarde em uma palestra futura – não é difícil delimitar as reivindicações de coisas móveis e habitações, e essas reivindicações costumam ser reconhecidas.

É perfeitamente claro que os objetos móveis, ferramentas e assim por diante que as pessoas têm foram sempre reconhecidos como sua propriedade privada nesses objetos. No mais primitivo dos homens, o conceito de propriedade privada existe, não apenas com respeito ao seu

---

[4] Herbert Spencer, *Principles of Sociology*, 2ª ed. (Nova York: D. Appleton Co., 1916), vol. 2, pág. 538.

corpo físico, mas também com respeito aos meios de produção apropriados que indiretamente satisfaziam seus vários desejos.

Agora, deixe-me elaborar um pouco sobre esse conceito de propriedade, apresentando uma segunda pessoa, chame-a de Sexta-feira, e então, você se lembra, já estamos conversando, então temos que assumir que esse tipo de Sexta-feira existiu desde o primeiro início da humanidade. Com uma segunda pessoa presente, torna-se possível que surjam conflitos sobre bens escassos. Não é possível que surjam conflitos sobre coisas que estão em superabundância, ou que surjam conflitos em relação a eventos causados pelo meio ambiente. Não podemos influenciar o meio ambiente, e se houver superabundância de bens, então é possível que as pessoas tenham ideias diferentes sobre o que deve ou não ser feito com um bem, porque tudo o que eu faço não afeta o que outras pessoas podem fazer com o mesmo tipo de bem, porque ele simplesmente existe em superabundância.

Desde os estágios mais primitivos da humanidade, o que as pessoas reconhecem é como resolver esses possíveis conflitos em relação aos recursos escassos. Elas vão apontar que, "Olha, eu tenho uma conexão objetiva, perceptível, notória com tal e tal coisa, porque eu me apropriei dela, eu tenho controle sobre ela, eu usei para este tipo de propósito, e eu fiz tudo isso antes de você aparecer e querer fazer algo com o mesmo objeto. Portanto, minha reivindicação é mais bem justificada do que a sua. Na verdade, sua reivindicação não é justificada de forma alguma, porque você não pode apontar para qualquer ligação objetiva estabelecida entre seu corpo e um objeto particular, enquanto eu posso apontar para uma ligação particular visível, perceptível, intersubjetivamente determinável entre mim e um determinado objeto."

Podemos reconhecer isso pelo fato de que as pessoas estão, novamente, desde os estágios mais primitivos, dispostas a defender esses objetos de invasões de outras pessoas. Se eu não estivesse disposto a defender algo, se eu não esboçasse a menor resistência a alguém pegar meu machado ou minha flecha, então indico, de certa forma, que não considero minha propriedade. Se eu mostrar a menor resistência, dizendo não ou empurrando minhas mãos na direção da pessoa que está tentando tirá-la de mim, isso indica claramente que me considero o dono e tenho

um controle especial sobre essas coisas. Novamente, podemos ver isso se olharmos para as crianças pequenas. Se elas têm disputas sobre de quem é este brinquedo, a resposta típica das crianças é dizer: "Olha, eu já estou brincando com o carrinho e você não". E se elas não demonstram absolutamente nenhuma resistência, então elas indicam que, por enquanto, elas o abandonaram e o colocaram à disposição de outros. Então, novamente, sentimentos muito primitivos. Nesse sentido, podemos provavelmente supor que o desenvolvimento das crianças, de certa forma, repete, em certa medida, o desenvolvimento da humanidade como um todo. O que encontramos nas crianças, também já encontramos no homem primitivo.

Agora chegamos à terceira capacidade única da humanidade, além da linguagem e do reconhecimento da propriedade. Ela é que o homem pode produzir coisas, que o homem é um produtor, que ele é capaz de desenvolver tecnologia. Você percebe que os animais vivem, por assim dizer, uma vida parasitária, no sentido de que eles nunca aumentam a dotação do mundo. Eles comem algo e, de certa forma, diminuem a quantidade de coisas que estão disponíveis na Terra, mas nunca acrescentam nada a ela.

A humanidade é única no sentido de que tem, em comparação com a maioria dos animais, uma carência distinta de órgãos especializados e de instintos, o que os torna basicamente incapazes de sobreviver, a menos que desenvolvam substitutos para essa falta de equipamento natural que eles possuem. Os homens não têm armas naturais com as quais se defender, ou nada do tipo. Praticamente não temos instintos que nos orientem automaticamente a fazer isso e aquilo e evitar isso e reconhecer os perigos sem ter que saber sobre eles. O que podemos dizer é que o homem precisa da cultura para sobreviver na natureza.

E as ferramentas, as ferramentas mais importantes que o homem possui, são, por um lado, suas mãos e, por outro lado, é claro, seu cérebro. Porém, nenhuma dessas ferramentas pode ser descrita como uma ferramenta altamente especializada. Elas são úteis para uma ampla variedade de propósitos, o que é uma vantagem, mas também é obviamente uma desvantagem para começar. Só temos que aprender o que podemos fazer com nossas mãos e não saber automaticamente o que

nossas mãos podem fazer e temos que aprender o que nosso cérebro é capaz de fazer e não saber automaticamente, como a maioria dos animais, para que uso fazer de nosso cérebro. Os homens devem então transformar a natureza de forma inteligente, usando o cérebro e as mãos em particular. Existem certos padrões no desenvolvimento da tecnologia que podemos perceber se olharmos para o desenvolvimento da humanidade como um todo.

Aqui, sigo um sociólogo e antropólogo alemão, Arnold Gehlen, a quem recomendo bastante. Acho que um de seus livros também foi traduzido para o inglês. Se chama, simplesmente, *Man*, eu acho. Gehlen não tem uma reputação muito boa, porque tinha algum tipo de ligação com os nazistas. Mas isso não torna suas observações menos importantes. Por isso, ele ressalta que há tentativas durante o nosso desenvolvimento tecnológico para substituir a carência de órgãos que temos. Então, a tecnologia serve ao propósito de nos livrar de capacidades insuficientes e, então, tem a tendência de fortalecer nossas capacidades dadas pela natureza. Deixe-me ler uma citação dele (a citação está em alemão, então tenho que improvisar um pouco aqui, na tradução):

> O homem é, em qualquer ambiente natural, incapaz de sobreviver e por isso precisa de cultura por falta de órgãos e instintos especializados. Sem um ambiente específico para sua espécie, no qual ele se encaixasse, sem comportamento inato intencional e padrões de comportamento por falta de órgãos e instintos específicos, com sentidos menos do que perfeitamente formados, sem armas, despidos em seu *habitus embryonic*, inseguro em seus instintos, ele deve confiar na ação e na transformação inteligente das circunstâncias que por acaso encontrar.
>
> As mãos e os cérebros podem ser considerados órgãos especializados do homem, mas são especializados em um sentido diferente do dos órgãos animais. Eles podem ser usados para muitos propósitos. Eles são especializados para

> fins e realizações não especializados e são, por isso, adequados para as circunstâncias imprevisíveis que surgem no mundo. A cultura dos povos primitivos, portanto, consiste primeiro em suas armas, em suas ferramentas, em suas cabanas, em seus animais e jardins, tudo o que é mudado, transformado, cultivado, isto é, pela natureza recém-formada, por ação inteligente.[5]

As primeiras conquistas dos homens são substitutos de órgãos, armas, por exemplo. Além disso, o fogo, como uma forma de proteção natural e abrigo.

O segundo tipo de ferramentas que é desenvolvido é desenvolvido a fim de fortalecer habilidades naturalmente dadas, como usar pedras para fortalecer o poder que um punho tem, por exemplo, ou martelos como ferramentas que fortalecem poderes dados naturalmente, ou microscópios, como instrumentos que são mais desenvolvidos do que os órgãos humanos naturais, os olhos, ou telefones como instrumentos que fortalecem e superam as habilidades naturalmente dadas que temos através de nossos ouvidos. E então ele aponta que existem técnicas que aliviam os humanos, poupando-lhes trabalho. Por exemplo, uma carroça com rodas, que nos permite carregar pesos que não poderíamos carregar naturalmente, e instrumentos que até combinam todas essas coisas, ou seja, eles são em certo sentido substitutos de coisas que faltam, em alguns aspectos ultrapassando as habilidades naturais e em certo sentido nos aliviando, poupando-nos trabalho que de outra forma seria necessário, por exemplo, um avião. Um avião nos permite voar, o que não podemos fazer sem ajuda. Supera todas as capacidades naturais que existem a este respeito, e afasta completamente o trabalho na medida em que nos transporta, sem nenhum esforço de nossa parte, de um lugar para outro.

E Gehlen também aponta que existe na história do desenvolvimento tecnológico outra tendência que podemos reconhecer, que é uma substituição gradual de materiais e forças inorgânicas por materiais e forças orgânicas. Inicialmente, usamos pedra, madeira e osso. A Idade da

---

[5] Citado de Arnold Gehlen, *Anthropologische Forschung* (Hamburg: Rowohlt, 1965), pp. 94-95.

Pedra termina há cerca de 8.000 anos e, no estágio seguinte, já criamos algum tipo de material artificial, bronze de cobre e estanho, que começa por volta de 4.000 aC, ou no continente norte-americano, há apenas cerca de 1.000 anos. E então o próximo material, novamente, já mais distante dos materiais dados pela natureza, seria o ferro, que entra em uso por volta de 1.200 aC, aproximadamente, e então, é claro, finalmente, o aço, que é um desenvolvimento de nosso passado relativamente recente. Em vez de materiais orgânicos, usamos cada vez mais cimento, metais e carvão. Todas essas coisas substituem a madeira como material para queimar. Usamos cordas de aço para substituir as cordas de couro e cânhamo. Usamos cores sintéticas em vez de materiais de coloração naturais. Cada vez mais usamos medicamentos sintéticos em vez de ervas naturais e assim por diante, e nos tornamos sucessivamente independentes das fontes naturais de energia.

Por muito tempo, a humanidade dependeu de suas fontes de energia naturalmente disponíveis, das florestas crescendo novamente. E a velocidade natural do crescimento das árvores limita a velocidade de desenvolvimento que a humanidade pode realizar. Eles também eram dependentes de forças físicas naturais, como a força de cavalos e bois e coisas assim, que também não podiam ser aumentadas ou fortalecidas deliberadamente. E no desenvolvimento da tecnologia, gradualmente, nos livramos dessas limitações usando primeiro carvão e petróleo e depois também energia hídrica e, claro, finalmente, forças atômicas, que nos tornam essencialmente independentes do crescimento de materiais naturais.

Para concluir, deixe-me citar novamente Gehlen, que vê uma lógica no desenvolvimento da tecnologia humana, uma lógica que só podemos ver se olharmos para trás a partir do presente. No passado, não teríamos sido capazes, provavelmente no início da humanidade, de prever que essas seriam as etapas pelas quais o desenvolvimento tecnológico passaria, mas olhando para trás, podemos de alguma forma entender que havia uma certa lógica inerente em ação. Ele diz,

> Este processo de desenvolvimento tecnológico possui três etapas. No primeiro estágio, o da ferramenta, a força necessária para o trabalho e o

esforço mental necessário, ainda tem que ser feito pelo próprio sujeito humano. As ferramentas de alguma forma facilitam para nós, fortalecem nossas forças, nos dão mais força do que normalmente temos e reduzem de alguma forma o esforço mental que é necessário, que temos que realizar na realização de certas tarefas. E no segundo estágio da máquina, máquina a vapor e carros e assim por diante, a força física já está tecnicamente *objetivada*; isso significa que não precisamos mais de força de nossa parte; toda a força é gerada pelas máquinas. E, finalmente, no terceiro estágio do desenvolvimento tecnológico, que é o do *autômato*, até o esforço mental que o sujeito teve que apresentar nos estágios anteriores torna-se desnecessário ou de menor importância. E com cada uma dessas três etapas, o instrumento, a ferramenta, a máquina e, finalmente, o autômato, a objetivação do cumprimento dos propósitos da tecnologia se aproxima de seu propósito final, e no autômato, é finalmente alcançado porque podemos fazer coisas sem nossa contribuição física ou mental.[6]

---

[6] Ibid.

Palestra 2

A propagação dos humanos pelo mundo:
A extensão e intensificação da divisão do trabalho

Nesta palestra[7], quero falar sobre a disseminação dos humanos pelo mundo e a *extensão* e *intensificação* da divisão do trabalho. O assunto continuará até certo ponto na próxima palestra. O *Homo sapiens*, a humanidade como a conhecemos, com aproximadamente o volume craniano que temos agora, é estimado em cerca de 500.000 anos e assume a aparência atual há cerca de 100.000 anos. E, como mencionei na palestra anterior, o momento em que a capacidade da linguagem se desenvolveu é datado de alguma forma entre 150.000 e 50.000 anos atrás. Há um acordo geral, não um acordo completo, mas um acordo quase unânime, de que a humanidade se espalhou à partir da África, e se você der uma olhada na Figura 1, que foi retirada do livro de Cavalli-Sforza, ele fornece algumas datas aproximadas sobre esse processo. Portanto, sua estimativa é que as pessoas começaram a deixar a África 60.000–70.000 anos atrás, talvez até 100.000 anos atrás, e que a primeira propagação foi

---

[7] [Esta palestra começou com duas notas pessoais de Hoppe. Embora não estejam diretamente relacionados à palestra, elas são de interesse e valor histórico. — Ed.]

Primeiro, deixe-me fazer algumas observações pessoais. Uma é, já que alguns de vocês viram a fita de vídeo com Murray Rothbard, devo mencionar que, nos últimos dez anos de sua vida, fui seu colega mais próximo. De certa forma, eu era seu guarda-costas intelectual. Vim para os Estados Unidos em 1985 e trabalhei com Murray por um ano na cidade de Nova York e, quando ele estava fora da cidade, dava suas aulas. E então, em 1986, ele recebeu uma oferta para uma cátedra de professor na Universidade de Nevada, Las Vegas, que foi o primeiro grande cargo que ele já ocupou. Naquela oportunidade, havia outra vaga também, e ele me pediu para ir com ele. E, por acidente, também consegui esse emprego. Foi, eu acho, o único ano naquela universidade em que foi possível para nós dois sermos contratados. A partir daquele momento, a composição do departamento mudou de tal forma que nunca mais teríamos recebido os empregos. Sou o único reduto solitário lá, do qual eles não podem mais se livrar.

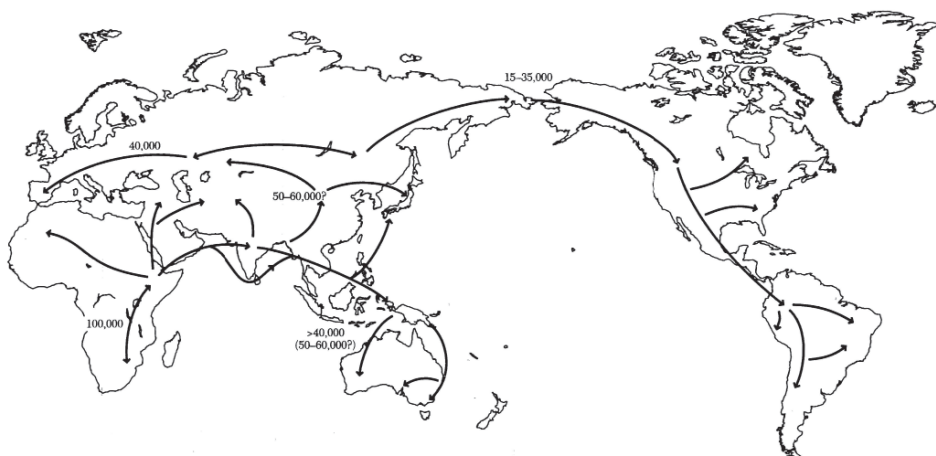
A outra observação diz respeito às palestras. A estrutura das palestras deve ser a estrutura do meu próximo projeto de livro. Por causa disso, de certa forma, eu coloco mais trabalho nisso do que o normal. E, além disso, é Lew Rockwell que, ao me convidar, sempre me obriga a superar minha preguiça natural e concentrar todas as minhas energias e, então, me preparar para essas ocasiões.

para a Ásia. Temos os achados mais antigos de esqueletos humanos, na China, datados de 67.000 anos.

E então, da China, eles viajaram para a Austrália, onde ele data cerca de 55.000 anos atrás. E esse tempo de viagem – terei mais a dizer sobre isso – levou cerca de 10.000 anos da África à Austrália. Deve-se dizer aqui algo sobre as possibilidades dessa viagem. Você deve ter em mente alguns períodos glaciais, na verdade quatro períodos glaciais nos últimos 900.000 anos e cada um deles durou cerca de 75.000 anos. O último desses períodos glaciais durou de 25.000 anos a cerca de 13.000 anos atrás. Durante esses períodos glaciais, o nível dos oceanos caiu consideravelmente porque a neve se acumulou nas montanhas e menos água derreteu, de modo que as lacunas entre o Sudeste Asiático e o que hoje é a Indonésia, Bornéu e Austrália tornaram-se bastante pequenas. Elas não desapareceram completamente, mas eram pequenas o suficiente para que pudessem ser percorridas por barcos muito pequenos. O deserto do Saara, por exemplo, tem apenas 3.000 anos. Antes, não era propriamente a mais fértil das áreas, mas era, no entanto, uma região que podia ser utilizada para atividades de caça e coleta e também para fins agrícolas.

Figura 1

Mapa das primeiras migrações de humanos modernos, começando na África entre 100,000 e 50,000 anos atrás, continuando pela Ásia e para os outros continentes, com datas aproximadas sugeridas pelos registros arqueológicos.

Reproduced from Luigi Luca Cavalli-Sforza, *Genes, Peoples, and Languages* (London: Allen Lane and The Penguin Press, 2000), p. 94.

A próxima divisão da população é a divisão para a Europa, que Cavalli-Sforza data cerca de 40.000-43.000 anos atrás, e a divisão mais recente é para a América, através do Estreito de Bering, para a qual, novamente, existem apenas estimativas muito grosseiras; elas variam de 15.000 a 50.000 anos atrás. E estima-se que a expansão da população no continente americano tenha durado cerca de 1.000 anos, do Norte até a Patagônia, o que seria algo em torno de treze quilômetros por ano, portanto não uma grande distância por ano.

A propagação, neste momento, é feita a pé ou, quando é bem mais rápida, de barco. A viagem de barco continuou a ser a forma mais rápida de viajar até a domesticação dos cavalos, que ocorre apenas cerca de 6.000 anos atrás. Até então, nada além de caminhar era possível e, aliás, como você provavelmente sabe pelas aulas de história, esse era praticamente o único meio de transporte que existia no continente americano até a chegada dos europeus. Sempre imaginamos esses índios montados a cavalo, mas é claro que não existia nenhum cavalo e na verdade não existiam, no continente americano, nem mesmo rodas. Ou seja, as pessoas transportavam coisas arrastando atrás de si algumas pranchas de madeira, sobre as quais colocavam o que tinham de transportar.

Durante esses primeiros tempos, até cerca de 10.000 a 12.000 anos atrás, todas essas populações, todas essas pessoas eram caçadores e coletores, movendo-se em baixas velocidades, principalmente em pequenos bandos de 50-60 pessoas, mas vários bandos geralmente tinham algum tipo de conexão. Existem razões biológicas pelas quais o tamanho mínimo dos grupos deve ser de cerca de 500 pessoas a fim de prevenir algum tipo de degeneração genética, então pode-se esperar que, mesmo que eles estivessem em pequenos bandos, que houvesse algum tipo de comunicação e casamento misto e assim por diante, com pessoas desse tamanho de grupo.

A densidade da população era, como você pode imaginar, extremamente baixa. A estimativa é que em sociedades de caçadores-coletores, você pode ter apenas uma pessoa por quilômetro quadrado. Para mais, para uma população maior, a Terra não produzia alimentos suficientes para sustentá-la. O crescimento populacional foi extremamente lento, em parte por causa das técnicas de controle de

natalidade usadas pelas pessoas, pela longa amamentação e coisas dessa natureza e, claro, por causa das altas taxas de mortalidade. A estimativa é que 100.000 anos atrás, no início deste processo de que estou falando, o tamanho da população era de cerca de 50.000 no mundo; 50.000 em todo o globo.

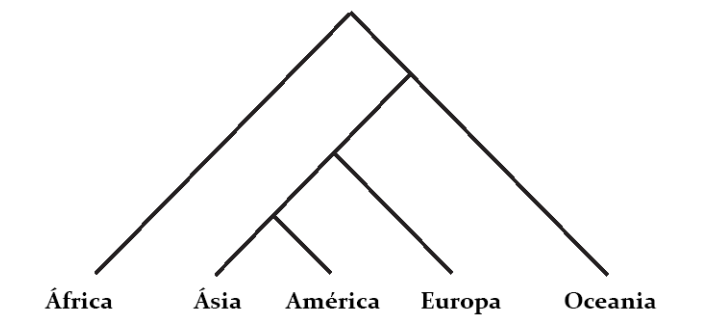
E há 10.000 anos, esse é um período de que falarei um pouco depois, a chamada Revolução Neolítica, quando as pessoas começaram a se estabelecer e a iniciar a existência agrícola, o número era entre 1 e 15 milhões e a estimativa que a maioria das pessoas aceita é de cerca de 5 milhões. Portanto, de 100.000 a 10.000 anos atrás, 90.000 anos, a população aumenta apenas de 50.000 para 5 milhões, e isso é praticamente dobrar população a cada 13.000-14.000 anos.

Para lhes dar uma estimativa aproximada de qual é a velocidade de duplicação da população agora, a partir da década de 1950, as populações dobraram a cada 35 anos. Então, vocês podem ver, com base nesses números, que um crescimento extremamente pequeno da população ocorreu nesse período. Os grupos, basicamente, se separavam, como eu disse, muitas vezes de barco, frequentemente também a pé. Existiu então, por um período considerável de tempo, cerca de 90.000 anos, muito pouca comunicação e mistura entre esses grupos dissidentes, o que explica o fato de que estoques genéticos de pessoas bastante diferentes se desenvolveram, porque ocorreram cruzamentos muito limitados. Além disso, houve os períodos glaciais, que cortaram, às vezes por 10.000 anos ou mais, a comunicação entre grupos que não estavam distantes uns dos outros no que diz respeito à distância. Os Alpes, por exemplo, tornaram-se essencialmente intransitáveis, de modo que as pessoas que estavam no norte perderam todo o contato com as que estavam no sul.

Então, há o clima: as chuvas na Eurásia vêm principalmente do oeste, indo para o leste, então a maior parte da neve acumulada no oeste e os climas mais secos estavam no leste. As pessoas mudaram-se do oeste para o leste e, parcialmente, após o fim dos períodos glaciais, voltaram para as regiões mais ocidentais. Então, praticamente não houve nenhum contato entre esses grupos. Claro, isso é particularmente pronunciado em casos como Austrália e Bornéu, que então se separaram por grandes massas de água, em comparação com os períodos em que você poderia

facilmente cruzar esses estreitos. E existe uma lei geral, que é fácil de entender, de que a distância genética aumenta em correlação com a distância física e com a separação no tempo.

Eu apresentei a você dois gráficos que fornecem uma indicação aproximada disso. Não tenho intenção de entrar em detalhes, mas a Figura 2 é um diagrama de árvore, que indica aproximadamente a distância no material genético das populações que vivem nessas áreas principais e reflete de certa forma a ruptura, os períodos em que as populações se afastaram para longe umas das outras. Indica, por exemplo, que a primeira cisão ocorreu entre a África e a Ásia e depois a segunda cisão ocorreu entre a Ásia e a Europa e a terceira foi a Ásia e a América, e indica também a grande distância genética, por assim dizer, entre a África, de um lado, e a população da Oceania, do outro.

Figura 2

Reproduced from Luigi Luca Cavalli-Sforza, *Genes, Peoples, and Languages* (London: Allen Lane and The Penguin Press, 2000), p. 39.

A Figura 3 é mais detalhada, como você pode ver: tem do lado esquerdo as relações genéticas, quão longe ou próximos alguns dos principais grupos étnicos estão geneticamente, e do lado direito, quão próximos ou distantes estão em termos de suas línguas. Obviamente, há algum tipo de correlação entre os grupos genéticos e os grupos linguísticos, mas de forma alguma perfeita, o que pode ser explicado principalmente por invasões por vários povos, que então espalharam sua própria língua também em regiões que eram originalmente geneticamente diferentes. Ou às vezes você tem regiões que são geneticamente muito próximas, mas elas trouxeram línguas de distâncias

muito grandes. Um exemplo seria, por exemplo, no cenário europeu, os finlandeses, os húngaros e os turcos, que têm línguas intimamente relacionadas, embora fisicamente muito distantes uns dos outros. Voltarei a este tipo de tópico sobre diferentes etnias e assuntos relacionados em uma palestra posterior. Para o propósito atual, isso é inteiramente suficiente, apenas para obter algum tipo de sensação de como a separação e o movimento dos caçadores-coletores, com muito pouco contato entre si, trazem automaticamente esses resultados.

Figura 3
A comparação dás árvores genética e linguística

Árvore Genética	Populações	Famílias Linguísticas
	Mbuti Pygmy	Original language unknown
	W. African	Niger-Kordofanian
	Bantu	
	Nilotic	Nilo-Saharan
	San (Bushmen)	Khoisan
	Ethopian	Afro-Asiatic
	Berber, N. African	
	S.W. Asian	
	Iranian	Indo-European
	European	
	Sardinian	
	Indian	
	S.E. Indian	Dravidian
	Lapp	Uralic-Yukaghir
	Samoyed	
	Mongol	Sino-Tibetan
	Tibetan	
	Korean	Altaic
	Japanese	
	Ainu	
	N. Turkie	
	Eskimo	Eskimo-Aleut
	Chukchi	Chukchi-Kamchatkan
	S. Amerind	Amerind
	C. Amerind	
	N. Amerind	
	N.W. Amerind	Na-Dene
	S. Chinese	Sino-Tibetan
	Mon-Khmer	Austroasiatic
	Thai	Daic
	Indonesian	Austronesian
	Malaysian	
	Philippine	
	Polynesian	
	Micronesian	
	Melanesian	Indo-Pacific
	New Guinean	
	Australian	Australian

Eurasiatic Superphylum: Indo-European, Dravidian, Uralic-Yukaghir, Altaic, Eskimo-Aleut, Chukchi-Kamchatkan

Nostratic Superphylum: Afro-Asiatic, Indo-European, Dravidian, Uralic-Yukaghir, Altaic, Amerind

Austric: Austroasiatic, Daic, Austronesian

Reproduced from Luigi Luca Cavalli-Sforza, A. Piazza, P. Menozzi, and J.L. Mountain, "Reconstruction of Human Evolution: Bringing Together Genetic, Archeological, and Linguistic Data," *Proceedings of the National Academy of Science* 85 (1988): 6002–06.

Esta separação e cooperação muito limitada entre diferentes grupos, acarreta também uma tendência para criar uma grande variedade de línguas. Você verá, mais adiante, que existe, é claro, também uma tendência para que as línguas se reduzam em número, quando o contato entre os vários grupos se intensifica. Ou seja, quando a divisão do trabalho não se restringe mais a esses pequenos grupos, mas se torna mais extensa e mais intensiva, incluindo regiões cada vez maiores da população, há uma tendência compensatória porque então existe, é claro, a necessidade de as pessoas se comunicam entre si, e pode-se reconhecer que é uma vantagem falar línguas que são faladas por muitas pessoas. Se você vive mais ou menos fechado em pequenos grupos e a divisão do trabalho é restrita a esses pequenos grupos, então não há nenhuma desvantagem em apenas ter um idioma diferente para cada um desses grupos.

Atualmente, existem cerca de 5.000 a 6.000 idiomas. Para dar um exemplo extremo, 1.000 dessas 5.000-6.000 línguas são faladas na Guiné, e metade dessas 1.000 línguas não possuem mais de 500 falantes. Isso é muito próximo ao número que eu dei a vocês para saber qual deve ser o tamanho mínimo de um grupo para evitar efeitos genéticos negativos. Existem apenas algumas línguas na Guiné que são faladas por mais de 100.000 pessoas. Isso também nos diz algo sobre o estado de desenvolvimento deste lugar que, obviamente, não é um lugar em que a divisão do trabalho seja muito extensa e intensa. Eles ainda vivem um tanto isolados e têm apenas uma divisão de trabalho dentro de suas pequenas tribos, sem muita necessidade de aprender outras línguas, ou de uma língua assumir o controle de outras línguas e se tornar a dominante. A divisão do trabalho, neste estágio, é de um tipo muito, muito limitado – obviamente, as mulheres tendem a ser mais as coletoras; os homens tendem a ser mais os caçadores. Existem algumas pessoas que fazem ferramentas, mas o número de ferramentas e instrumentos também é muito limitado. Portanto, em geral, um número muito pequeno de profissões diferentes, se é que podemos assim considerar; provavelmente não há ninguém que esteja realmente se especializando em tempo integral em certos tipos de atividades.

A divisão do trabalho chega a diminuir às vezes durante este período, o que leva a uma situação em que as pessoas desaprendem coisas que já faziam parte do conhecimento acumulado da humanidade. Essas coisas aconteceram, em particular, nos casos da Nova Guiné e da Austrália e da Tasmânia, lugares que por dezenas de milhares de anos estiveram completamente isolados de qualquer outro povo e não puderam nem mesmo ocasionalmente adotar técnicas ou conhecimentos que haviam sido acumulados em outras partes de o mundo. Por exemplo, os aborígenes australianos ainda usavam ferramentas de pedra por volta do ano 1800 na Tasmânia, que foi isolada por cerca de 10.000 anos de qualquer outro lugar; essas pessoas obviamente devem ter conhecido, em algum momento do tempo, a técnica de construção de barcos, mas quando foram redescobertas, não eram capazes de fazer barcos. Elas devem, em algum momento, ter tido a capacidade de usar arcos e flechas, mas quando foram redescobertas, elas não eram capazes de usar flechas e arcos porque a população havia se tornado muito pequena e nenhum influxo de inovação entrou, então essas pessoas com as populações menores, simplesmente se tornaram menos informadas e conhecedoras do que deveriam ter sido no início. A propósito, o mesmo também é verdade para esquimós e polinésios. Os polinésios também haviam desaprendido parcialmente a habilidade de fazer barcos, embora devam ter tido essa habilidade em algum momento no passado – a menos que fossem nadadores muito bons.

Como uma pequena observação secundária, há uma explicação para o motivo pelo qual os polinésios tendem a ser um povo muito gordo, ou seja, que os gordos tinham uma vantagem de sobrevivência em longas viagens de barco onde não sabiam onde iriam parar. Assim, as pessoas que acumularam muita gordura corporal tiveram uma chance maior de finalmente encontrar as Ilhas Fiji ou onde quer que tenham desembarcado, o que explica porque ainda encontramos pessoas enormes nesses lugares, muito mais massivas do que em outras regiões do mundo.

Agora chegamos a uma das grandes revoluções no desenvolvimento humano, a chamada Revolução Neolítica, que ocorreu há cerca de 10.000-12.000 anos atrás. O principal fator explicativo para isso foi que a terra se tornou gradualmente mais escassa e mais valiosa, e surgiu a pressão

para encontrar uma solução para o problema de como alimentar as pessoas que não podiam andar por aí e se separar encontrando novos locais de caça e coleta. Eles tinham que possibilitar que as pessoas vivessem em maior número em territórios menores. Antes, a terra era mais ou menos tratada como um bem livre, e se for tratada como um bem livre, é claro que não existe nenhum incentivo para se apropriar dela, para estabelecer uma propriedade na terra.

Na palestra anterior, expliquei que era perfeitamente natural que as pessoas considerassem *seu* arco e flecha como *seu* arco e flecha e o machado que carregavam como seu machado e assim por diante, e quando elas caçavam búfalos, se eu tivesse caçado um, então, é claro, aquele se tornou *meu* búfalo. Mas a propriedade da terra é uma invenção relativamente nova, por assim dizer, e a explicação é que a terra, de repente, é percebida como escassa. E assim que for percebida como escassa, haverá tentativas feitas por pessoas de cercar parcelas separadas de outras parcelas, de demarcar lugares e reivindicá-los como meus ou seus. Os locais onde se inicia a agricultura são naturalmente aqueles locais que possuem, por natureza, uma abundância de plantas adequadas; isto é, onde você tem milho selvagem, trigo selvagem e centeio selvagem, etc., as pessoas se estabelecem lá e então começam a cultivar as plantas existentes para produzir produtos melhores. Esses são os lugares que descrevemos como o Crescente Fértil, o que hoje é o Oriente Médio em torno do Iraque e da Síria, por um lado, e por outro lado, a China, ou seja, lugares que ficam próximos a rios, e depois, é claro, também o Egito.

A Figura 4 trata de exemplos de plantas e animais domesticados pela data da primeira domesticação e por região. Isto começa por volta de 8.000 aC. O único animal domesticado antes era o cachorro, que você encontra na página ao lado. Os cães, é claro, já tinham sido úteis para caçadores e coletores. Todos os outros animais são animais típicos que são úteis apenas em sociedades agrícolas e não muito úteis se você leva um estilo de vida de caçador e coletor.

Figura 4
Exemplos de espécies domesticadas em cada área

Área	*Domesticado*		*Data mais antiga de Domesticação*
	Plantas	*Animais*	
Origens independentes da Domesticação			
1. Sudoeste asiático	*trigo, ervilha, azeitona*	*ovelha, cabra*	*8500 aC*
2. China	*arroz, milheto*	*porco, bicho-da-seda*	*~7500 aC*
3. Mesoamérica	*milho, grãos abóbora*	*peru*	*~3500 aC*
4. Andes e Amazônia	*batata, mandioca*	*porquinho-da-índia, lhama*	*~3500 aC*
5. Estados Unidos Oriental	*girassol, quenopódio*	*nenhum*	*2500 aC*
? 6. Sahel	*sorgo, arroz africano*	*galinha-da-índia*	*~5000 aC*
? 7. Oeste africano tropical	*inhame africano, óleo de palma*	*nenhum*	*~3000 aC*
? 8. Etiópia	*café, teff*	*nenhum*	*?*
? 9. Nova Guiné	*cana de açúcar, banana*	*nenhum*	*7000 aC*
Domesticação local seguindo a chegada de colheitas fundadoras de outros locais			
10. Europa Ocidental	*papoula, aveia*	*nenhum*	*6000 - 3500 aC*
11. Vale Indú	*gergilim, beringela*	*zebu*	*7000 aC*
12. Egito	*figo sicômoro, chufa*	*burro, gato*	*6000 aC*

Reproduced from Jared Diamond, *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies* (New York: W.W. Norton, 1998), p.100.

O que eu gostaria de alertar aqui é a notável observação de que não existia, basicamente, nenhum animal domesticado em grande escala no continente americano, exceto a lhama, que não é exatamente comparável em sua versatilidade aos cavalos e vacas. Existem algumas explicações que Jared Diamond em *Guns, Germs, and Steel*, propõe, que não parecem muito plausíveis para mim. Ele é uma espécie de ambientalista. Ele

explica, por exemplo, o fato de não existirem animais domesticados em grande escala no continente americano, ao afirmar que inicialmente existiam todos os animais do continente americano que existiam também na Ásia e na Europa, mas no continente americano, ocorreu uma caça excessiva. E então você pergunta, é claro: "Por que a caça excessiva ocorreu, por que eles exterminaram todos esses animais e não reconheceram a tempo o valor de alguns deles, o potencial de serem domesticados, em comparação com o que as pessoas faziam em Eurásia?" E sua explicação é que as pessoas chegaram à América mais tarde do que na Ásia e na Europa e naquela data a tecnologia de armas já estava mais desenvolvida, então o potencial de matança era maior para aquelas pessoas que atuavam no continente americano, de tal forma que o a extinção de animais resultou lá e não resultou na Eurásia. Existem, é claro, também outras explicações para isso, às quais voltarei em alguma palestra futura. Também pode ter algo a ver, é claro, com a falta de previsão, que havia mais previsão entre algumas pessoas na Eurásia e menos previsão na América, para evitar que esse tipo de, como podemos dizer, catástrofe ambiental, ocorra.

Agora, a vida agrícola permite uma densidade populacional muito maior do que a existência de um caçador-coletor. Na verdade, estima-se que 10 a 100 vezes mais pessoas podem viver no mesmo pedaço de terra se se dedicarem à agricultura em vez de atividades de caça e coleta. E também reconhecemos que assim que você estabelecer e construir comunidades agrícolas, então, pela primeira vez, será possível acumular capital. Imagine caçadores e coletores que simplesmente andam de um lugar para outro, há um número limitado de coisas que você pode levar com você. Afinal, você tem que carregar tudo e a maior parte das coisas vira excesso de bagagem. Agora que você se assentou, é claro, você pode estabelecer o armazenamento e pode acumular coisas para as estações ruins, e você pode alimentar não apenas um número maior, você também pode transformar sua atividade de um tipo de agricultura para outros tipos de agricultura, desde o cultivo de um tipo de cereal ao cultivo de outros tipos de cereal e assim por diante.

Os antropólogos comparam o modo de vida dos caçadores e coletores com o modo de vida dos colonos; os lavradores se instalaram e, apontam

os antropólogos, a vida dos caçadores e coletores era, de certa forma, mais fácil, mais agradável. Eles passavam apenas algumas horas por dia apenas caçando e então ficavam preguiçosos, enquanto os agricultores trabalhavam por longos períodos de tempo, especialmente porque tudo isso começou no Oriente Médio, com um clima relativamente bom o ano todo, e você também podia trabalhar o ano todo, enquanto os caçadores e coletores tinham temporadas inteiras de folga. Assim, os antropólogos relatam, por exemplo, que os caçadores e coletores frequentemente riam dos estúpidos colonos agrícolas de lá, que trabalhavam tanto e eles próprios tinham uma vida tão boa e preguiçosa.

Porém não é verdade. O que você encontra relatado em alguns livros, é que essas sociedades de caçadores-coletores se revelaram militarmente superiores às sociedades agrícolas e regularmente as atacavam. E se você pensar sobre isso, embora isso seja, obviamente, possível, existem razões convincentes para que não seja o caso. É por isso que as sociedades agrícolas deveriam ter sido, mesmo nesta área, isto é, defendendo-se, superiores às sociedades caçadoras-coletoras, simplesmente porque se envolvem na acumulação de capital, têm populações mais densas, têm muito mais homens e mais conflitos. Normalmente, não foram as sociedades de caçadores-coletores que venceram as sociedades agrícolas, mas vice-versa.

Por causa disso, então, deixe-me dizer algo sobre o tamanho da população novamente. Com a Revolução Neolítica, portanto, de 10.000 a 12.000 anos atrás, a população dobra a cada 1.300 anos, aproximadamente, em comparação com cada 13.000 anos antes disso. Novamente, esses são todos valores aproximados. Em uma palestra posterior, darei a você uma tabela com algum tipo de estimativa populacional. Então, a estimativa é que talvez 10.000 anos atrás, tínhamos 5 milhões de pessoas no início da Revolução Neolítica, e no ano 1 DC, os números que são fornecidos vão de 170 milhões a 400 milhões. Portanto, se você pegar a média dessas estimativas, terá essa ideia aproximada de 1.300 anos a cada duplicação da população. Agora, essa superioridade das sociedades agrícolas sobre as sociedades de caçadores-coletores é então responsável pela expansão gradual dessas sociedades. Isso não começou em todos os lugares; começou em alguns lugares, como

eu disse, para o Crescente Fértil e alguns lugares na China e, gradualmente, os fazendeiros ocupam cada vez mais terras.

Os caçadores-coletores são primeiro transformados em *pastores*, porque eles não vagam mais por aí; eles têm que lidar com animais domesticados, mas os animais domesticados, é claro, estão nas redondezas e até mesmo os pastores gradualmente perdem mais e mais terras para a população agrícola em constante expansão. Novamente, se você apenas olhar para o mundo atual, caçadores e coletores praticamente não existem mais, exceto nas periferias do globo. E mesmo pastores existem apenas em lugares muito pequenos, novamente, muito distantes, na Sibéria e na Lapônia e em locais desse tipo. A civilização superior, se quisermos usar este termo, a civilização agrícola, gradualmente se expande para fora. O tempo, por exemplo, quando várias plantas e assim por diante aparecem em várias regiões, leva cerca de 5.000 anos para a agricultura se espalhar do Crescente Fértil e chegar a um lugar como a Inglaterra. Então, isso seria uma expansão de algo como pouco mais de um quilômetro por ano, que é adicionado a territórios de uso agrícola e retirado de territórios de caçadores-coletores.

A divisão do trabalho agora se intensifica, é claro, um pouco. Não existem apenas três ou quatro tipos diferentes de ocupações que você pode exercer; com o surgimento de pequenas aldeias, os artesãos especializados nessas tarefas evoluem com muito mais especialização. Há também uma certa quantidade de comércio inter-regional em desenvolvimento, ao passo que entre as sociedades de caçadores-coletores, como eu disse, não havia praticamente nenhum comércio acontecendo, e é claro que as inovações agora se espalham de uma certa forma regular e permanente. Novamente, com sociedades de caçadores-coletores vivendo lado a lado isto também acontece, mas acontece mais ou menos por acaso um grupo pegar uma nova técnica que foi desenvolvida por outro. Agora, nas sociedades agrícolas, as pessoas vivem lado a lado, estando integradas, até certo ponto. E, por meio da divisão do trabalho, também ocorre a difusão do conhecimento. Ou seja, algo que é desenvolvido em um lugar, chegará eventualmente em outro lugar e será imitado ali, se acontecer de ser útil nesses lugares. E, claro, a direção é sempre dos centros da civilização, ou seja, o Crescente Fértil e os vales

dos rios na China, para a periferia, onde o povo selvagem ainda vive. E não acontece mais que a divisão do trabalho se desfaça tão facilmente, que algo seja simplesmente esquecido. À medida que há contato e o tamanho da população aumenta, a especialização avança e as inovações são transportadas de um lugar para outro.

E o que eu indiquei antes: agora, com a agricultura, vemos também que essa tendência anterior das línguas de se dividir em um número cada vez maior de línguas diferentes chega a um certo impasse. Agora há mais comunicação entre eles; há uma vantagem maior em falar línguas que são faladas por muita gente e também, pela primeira vez, uma tendência para aprender as línguas das regiões vizinhas, porque você comercializa e se associa com elas, em certa medida, o que você não fazia durante a fase anterior da humanidade.

Deixe-me terminar esta palestra fornecendo a vocês duas citações de Mises, a primeira uma citação cujas implicações completas só ficarão claras na próxima palestra. Mises tenta explicar por que há uma tendência inerente ao desenvolvimento humano de estender a divisão do trabalho, de ter cada vez mais pessoas participando da divisão do trabalho e de intensificar a divisão do trabalho, ou seja, se especializar cada vez mais e se dedicar todo o seu tempo para tarefas específicas, ao invés de uma hora esta tarefa e outra hora aquela, etc. E a segunda citação, que, novamente, remete à próxima palestra, é uma citação onde ele descreve as limitações inerentes que sociedades puramente agrícolas têm , o que nos permite esperar que uma nova invenção tenha que ser feita; novamente, assim como inventamos a agricultura para resolver o problema da crescente escassez de terras, a humanidade tem que resolver outro desafio que é inerente às sociedades puramente agrícolas – isto é, desenvolver sociedades industriais com cidades para lidar com o fato de que, mesmo nas sociedades agrícolas, chegaremos novamente ao ponto em que a terra não poderá mais sustentar uma população em crescimento constante – e surge uma nova instituição que nos permite viver em territórios muito mais densos e menores.

A primeira citação, como eu disse, trata da causa da evolução social. Mises disse,

> A maneira mais implícita de descrever a evolução da sociedade é mostrar a distinção entre duas tendências evolutivas, que se relacionam entre si da mesma forma que a intenção e a extensão. A sociedade se desenvolve de forma subjetiva e objetiva. Subjetivamente, ao aumentar o número de membros.[8]

Vimos como isso acontece, atingindo vários milhões de pessoas no início da Revolução Neolítica e, em seguida, disparando a partir daí em um ritmo mais rápido.

> Subjetivamente, ampliando seu número de membros e objetivamente, ampliando os objetivos de suas atividades. Muito mais atividades se tornam possíveis em uma sociedade agrícola. Construímos cabanas; construímos ferramentas para as quais não havia necessidade antes; construímos depósitos e assim por diante, ampliando os objetivos das atividades humanas. Originalmente confinada aos círculos mais estreitos de pessoas, aos vizinhos imediatos, a divisão do trabalho gradualmente se torna mais geral até que, finalmente, inclui toda a humanidade. Esse processo, ainda longe de ser concluído e nunca, em nenhum momento da história, concluído, é finito. Podemos, é claro, imaginar um ponto em que esse processo chega ao fim, quando todos os homens da Terra formam um sistema unitário de divisão do trabalho, ele terá alcançado seu objetivo. Lado a lado com essa ampliação dos laços sociais, ocorre um processo de intensificação. A ação social abrange cada vez mais objetivos e a área em que o indivíduo estipula para seu próprio consumo torna-se cada vez mais

---

[8] Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (1951; Auburn, Ala .: Ludwig von Mises Institute, 2009), p. 314.

> estreita. Não precisamos fazer uma pausa neste estágio para perguntar se esse processo acabará resultando na especialização de todas as atividades produtivas, mas, novamente, a tendência é claramente nesta direção.[9]

E agora, uma citação interessante sobre o que eu poderia chamar de as limitações das sociedades puramente agrícolas. Mises disse,

> Podemos descrever as condições de uma sociedade de agricultores, em que cada membro cultiva um pedaço de terra grande o suficiente para prover a si mesmo e a sua família as necessidades indispensáveis da vida. Podemos incluir, em tal quadro, a existência de alguns especialistas, artesãos como ferreiros e profissionais como médicos. Podemos até ir mais longe e presumir que alguns homens não possuem uma fazenda, mas trabalham como trabalhadores nas fazendas de outras pessoas. O empregador os remunera por sua ajuda e cuida deles quando a doença ou a velhice o incapacitam.
>
> Este esquema de uma sociedade ideal estava na base de muitos planos utópicos. Foi, em geral, realizado há algum tempo em algumas comunidades. A abordagem mais próxima de sua realização foi provavelmente a comunidade que os padres jesuítas estabeleceram no país que hoje é o Paraguai. Não há, entretanto, necessidade de examinar os méritos de tal sistema de organização social. A evolução histórica o estilhaçou. Sua moldura era muito estreita para o número de pessoas que vivem hoje na superfície da Terra.
>
> A fraqueza inerente de tal sociedade é que o aumento da população deve resultar em pobreza

[9] Ibid.

> progressiva. Se a propriedade de um fazendeiro falecido for dividida entre seus filhos, as propriedades finalmente se tornam tão pequenas que não podem mais fornecer sustento suficiente para uma família. Todos são proprietários de terras, mas todos são extremamente pobres. As condições, como prevaleciam em grandes áreas da China, fornecem uma triste ilustração da miséria dos lavradores de pequenos lotes. A alternativa para este resultado é o surgimento da enorme massa de proletariados sem terra. Então, uma grande lacuna separa os pobres deserdados dos agricultores afortunados. Eles são uma classe de párias cuja própria existência apresenta à sociedade um problema insolúvel. Eles procuraram em vão por um meio de vida; a sociedade não tem uso para eles. Eles estão destituídos.[10]

E aqui, então, uma solução para outro problema deve ser desenvolvida, que é a solução do capitalismo industrial – o desenvolvimento das cidades e do dinheiro – que permite outro impulso no crescimento da humanidade e na especialização de tarefas, e eu irei fale sobre isso na próxima palestra.

---

[10] Ludwig von Mises, *Human Action: A Treatise on Economics*, edição acadêmica (1949; Auburn, Ala .: Ludwig von Mises Institute, 1998), p. 831.

Palestra 3

Dinheiro e integração monetária:
o crescimento das cidades e a globalização do comércio

Quero continuar a história de ontem sobre a divisão do trabalho. Até agora, apresentei mais ou menos um conto histórico, e agora quero adicionar algumas considerações teóricas sobre por que há divisão do trabalho e, a partir daí, continuar com o desenvolvimento do dinheiro, o que intensifica a divisão do trabalho ainda mais. Também discutiremos o papel das cidades e do crescimento da cidade, e isso terá continuidade na palestra desta tarde sobre capital e acumulação de capital.

Já mencionei ontem que o fato de os humanos falarem uns com os outros, discutirem entre si, usando a linguagem, indica sua natureza social. Algo mais deve ser mencionado a este respeito, e é que, no início da humanidade, é difícil imaginar que apenas dois adultos se deparassem com a pergunta: "Devemos cooperar ou não?," tendo em mente também que existem diferentes gerações de pessoas vivas, o que automaticamente torna mais fácil entender por que existe cooperação. Obviamente, a geração mais velha pressiona a mais jovem a adotar certos padrões e encontra algumas vantagens na divisão do trabalho, mas seja como for, quero agora desenvolver o argumento da divisão do trabalho como Ludwig von Mises o apresenta, ou seja, supondo que existam adultos crescidos e que inicialmente não existisse nenhuma linguagem.

Podemos ainda, de alguma forma, explicar por que as pessoas não permanecem em isolamento autossuficiente, mas começam a dividir seu trabalho e se engajar em trocas baseadas na divisão do trabalho? Para entender isso, vamos primeiro supor que todos os indivíduos são perfeitamente idênticos uns aos outros, clones perfeitos uns dos outros, e que também a terra, isto é, aquelas coisas que encontramos diante de nós como recursos dados pela natureza, são perfeitamente idênticos para cada indivíduo. O que aconteceria então? Essa é uma previsão relativamente fácil que podemos fazer. Se assumirmos que todas as pessoas têm os mesmos desejos, o mesmo conhecimento e o mesmo

equipamento externo, então o resultado seria que cada pessoa produzirá o mesmo tipo de coisas nas mesmas quantidades e nas mesmas qualidades – e em tal situação, é óbvio que simplesmente não há espaço para qualquer tipo de troca. O que eu deveria trocar se todo mundo tem exatamente as mesmas coisas e as usa exatamente do mesmo modo que todo mundo faz, o que simplesmente segue das suposições que fizemos, de igualdade perfeita de trabalho e terra. O primeiro reconhecimento, então, é que se não fosse pelo fato das diferenças em relação à terra e/ou trabalho, nem mesmo a ideia de divisão do trabalho (e, com base na divisão do trabalho, troca) jamais passaria pela cabeça de qualquer pessoa.

Mesmo que haja diferenças entre o trabalho, e entre nós mesmos como homens, não é necessário que as pessoas dividam seu trabalho e troquem com base na divisão do trabalho. Elas ainda podem decidir que "Vou produzir tudo sozinho e permanecer autossuficiente enquanto estiver isolado". Mises afirma que psicólogos e sociólogos frequentemente explicam o surgimento da divisão do trabalho assumindo algum tipo de instinto de barganhar e negociar. Você encontrará isso, por exemplo, em Adam Smith. Ele explica isso por um instinto: os humanos são instintivamente atraídos uns pelos outros e fazem trocas entre si. Mises, no entanto, aponta algo muito interessante, ou seja, não precisamos fazer essa suposição. Podemos supor que, na verdade, cada pessoa odeia todas as outras e ainda assim explicar como pode surgir uma divisão de trabalho. E, obviamente, as explicações que exigem menos em termos de suposições são melhores do que as explicações que exigem que façamos todos os tipos de suposições para chegar a nossa conclusão.

Vamos supor que todos se odeiem. Mesmo assim, por que as pessoas se envolveriam na divisão do trabalho? Mises simplesmente aponta que a divisão do trabalho surgirá enquanto cada pessoa preferir mais bens a menos bens, desde que cada pessoa seja perfeitamente egoísta e queira ter mais em vez de menos. Isso é totalmente suficiente para explicar por que eles não permanecem em isolamento autossuficiente. Como você deve ter ouvido nas aulas de microeconomia, existem duas razões para isso.

A primeira é chamada de vantagem *absoluta* da divisão de trabalho, que se refere a uma situação em que uma pessoa é particularmente boa

em fazer uma coisa e outra pessoa é particularmente boa em fazer outra. A razão para isso pode ser interna, que ela pessoalmente tem talentos que outra pessoa não tem e outra pessoa tem talentos que a outra pessoa não tem, ou pode ser devido ao fato de que uma pessoa vive na encosta da montanha e tem certas oportunidades que quem mora à beira-mar não tem, ou pode ser uma combinação desses dois fatores, ou seja, diferenças de terra e de trabalho. E dado o fato que o tempo é escasso, fica imediatamente claro que haveria uma vantagem se cada pessoa se especializasse naquilo em que é particularmente boa, porque então a quantidade total de bens que serão produzidos será maior do que seria se ambos os indivíduos fossem decidir produzir todos os bens, ambos os bens, por conta própria e não se envolver na divisão do trabalho.

O segundo motivo foi discutido pela primeira vez por David Ricardo. Ricardo, no entanto, aplicou esse argumento a diferentes nações, e a vantagem da apresentação de Mises desse argumento é mostrar que ele se aplica, estritamente falando, também ao nível individual. Essa é a chamada vantagem *comparativa* da divisão do trabalho, que se refere ao cenário concebivelmente pior, em que uma pessoa é totalmente superior. Em todos os processos de produção, ela é mais eficiente do que a outra pessoa, e a outra pessoa é totalmente inferior no que diz respeito às suas capacidades produtivas. E a questão então é: "Faz sentido para esses tipos de indivíduos, um totalmente superior, um totalmente inferior, se engajar em uma divisão de trabalho?" E sem entrar em grandes detalhes e nem tentar provar esse tipo de coisa, basta apenas fazer um argumento intuitivo para a resposta: sim, mesmo nessas circunstâncias, a divisão do trabalho é benéfica, desde que esses dois indivíduos dividam seu trabalho da seguinte maneira. A pessoa que é totalmente superior escolhe se especializar nas coisas em que tem uma vantagem particularmente grande, e a pessoa que é totalmente inferior se especializa na área em que sua desvantagem é comparativamente pequena. Vejamos um exemplo: um cirurgião e um jardineiro. Entre os dois, o cirurgião é um cirurgião melhor e também um jardineiro melhor – e como o seu tempo é escasso, é vantajoso para ele especializar-se naquela atividade em que a sua vantagem é particularmente grande, nomeadamente na área da cirurgia, deixando a atividade de jardinagem para a outra pessoa, apesar do fato

de que o cirurgião também seria um jardineiro melhor do que o jardineiro. Mas dado o fato de que sua vantagem é maior em uma área do que na outra e que o tempo gasto em uma atividade não pode mais ser gasto em outra atividade, dividindo seu trabalho desta forma e então, a partir dessa divisão de trabalho, engajando-se em trocas, o padrão de vida de ambos os indivíduos será mais elevado.

Deixe-me citar Mises com esse propósito, ou seja, explicando por que não encontramos pessoas que permanecem em isolamento autossuficiente. Pode haver algumas pessoas que tentam, mas mesmo elas não o fazem completamente. Nos velhos tempos do movimento hippie, havia, é claro, algumas pessoas que tentavam viver da terra, como você deve se lembrar, mas mesmo elas não viviam diretamente da terra. Elas dirigiram seus trailers montanha acima e levaram uma vida primitiva lá, mas assim que ficavam sem gasolina, eles não perfuraram o topo da montanha em busca de petróleo, mas desceram até a próxima estação da Shell e reabasteceram. Se eles não tivessem feito isso, nunca teríamos sabido mais nada dessas pessoas. Então, Mises diz,

> Se e na medida que o trabalho sob a divisão do trabalho é mais produtivo do que o trabalho isolado, e se e na medida que o homem é capaz de perceber esse fato, a própria ação humana tende para a cooperação e a associação; o homem se torna um ser social, não ao sacrificar suas próprias preocupações em prol de um mítico Moloch, a sociedade, mas ao buscar uma melhoria em seu próprio bem-estar. A experiência ensina que essa condição – maior produtividade alcançada com a divisão do trabalho – está presente porque sua causa – a desigualdade inata dos homens e a desigualdade na distribuição geográfica das forças naturais de produção – é real. Assim, estamos em posição de compreender o curso da evolução social.[11]

[11] Ludwig von Mises, *Ação Humana: Um Tratado de Economia*, ed. (1949; Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1998), p. 160

E agora, para um insight muito importante que Mises deriva disso – novamente, lembre-se, eu apontei que ao contrário de pessoas como Adam Smith, por exemplo, que estipulou alguma simpatia inata entre a humanidade como a causa fundamental da divisão do trabalho, Mises reverte esse argumento e diz: "É precisamente a maior produtividade da divisão do trabalho que nos torna dependentes uns dos outros, com base em nosso reconhecimento de que todos nós nos beneficiamos dessa dependência de outros que, então, desenvolvemos sentimentos de simpatia pelos outros." Portanto, não é a simpatia que explica a divisão do trabalho; é a motivação egoísta para iniciar a divisão do trabalho, que então, como resultado da divisão do trabalho, permite que os sentimentos de simpatia entre a humanidade se desenvolvam. Portanto, a simpatia resulta da divisão do trabalho, mas não é a causa dela. E, novamente, uma citação muito interessante para esse efeito. Mises disse,

> Nela pode surgir entre os membros da sociedade sentimentos de simpatia e amizade e um sentimento de pertença. Esses sentimentos são a fonte das experiências mais deliciosas e sublimes do homem. Eles são o adorno mais precioso da vida; eles elevam a espécie animal homem a patamares de uma existência realmente humana. No entanto, não são, como alguns afirmam, os agentes promotores das relações sociais. Eles são os frutos da cooperação social, eles prosperam apenas dentro de sua estrutura; eles não precederam o estabelecimento de relações sociais e não são a semente da qual brotam.[12]

E então ele elabora um pouco mais sobre isso. Ele diz,

> A atração sexual mútua de macho e fêmea é inerente à natureza animal do homem e independente de qualquer pensamento e teorização. É permitido chamá-la de original, vegetativa, instintiva ou misteriosa ... No entanto,

[12] *Ibidem*, p. 144

> nem a coabitação, nem o que a precede e o que se segue, gera cooperação social e modos de vida em sociedade. Os animais também se unem para acasalar, mas não desenvolveram relações sociais. A vida familiar não é apenas um produto da relação sexual. Não é de forma alguma natural e necessário que pais e filhos vivam juntos da maneira que vivem na família. A relação de acasalamento não precisa resultar em organização familiar. A família humana é o resultado do pensamento, do planejamento e da ação. É este mesmo fato que o distingue radicalmente daqueles grupos de animais que chamamos de famílias de animais *per analogiam*.[13]

Portanto, novamente, é o reconhecimento das vantagens da divisão do trabalho que torna as relações familiares estáveis, em vez de as pessoas se separarem e seguirem seu próprio caminho.

Agora, a divisão do trabalho então, por ser mais produtiva, permite também, como já indiquei ontem na minha palestra, um crescimento populacional que de outra forma não seria possível. A maneira mais fácil de nos convencermos disso é nos engajarmos em um exercício intelectual, o que aconteceria com a população mundial se decidíssemos a partir de agora nos retirar de toda interação social e nos tornarmos produtores autossuficientes. Como já sugeri com aquele exemplo hippie, pode-se ver facilmente que se fizéssemos algo assim, a maior parte da humanidade seria erradicada em poucos dias, porque não seríamos capazes de prover todas as comodidades que nos acostumamos a ter. Assim que nosso caminhão se desgastar, não seremos capazes de consertá-lo; assim que nosso leite acabar, bem, no meu caso, o mais importante, assim que minha cerveja acabar, eu ficaria em apuros.

Observe que a divisão do trabalho também permite que os chamados inaptos sobrevivam. Mas são precisamente essas pessoas, que em condições muito primitivas, devido a algumas deficiências de suas

---

[13] *Ibidem*, p. 167

funções corporais ou sensoriais, estariam condenadas a passar fome e morrer, que podem sobreviver e levar vidas produtivas e até mesmo se tornarem indivíduos ricos e abastados como resultado da divisão do trabalho. Como resultado de tudo isso, como expliquei, primeiro temos sociedades agrícolas em desenvolvimento. Essas sociedades agrícolas têm uma quantidade mínima de divisão de trabalho; elas ainda são, em grande medida, autossuficientes. Mas então, como Mises descreveu na citação que lhes trouxe ontem, surgem problemas se a população aumentar: as parcelas tornam-se cada vez menores; a terra se torna cada vez mais valiosa e temos que encontrar uma solução para essa massa crescente de população. E a solução é o aprofundamento e intensificação da divisão do trabalho, o que leva à formação, a partir de pequenas aldeias, de cidades, onde temos o desenvolvimento de profissões especializadas que fornecem ao campo ferramentas especializadas e recebem do campo os alimentos necessários para levar sua vida na cidade.

Com a vida na cidade também vem pela primeira vez (devido ao fato de que a vida na cidade já indica uma maior quantidade de acumulação de capital, e leva a uma situação em que as pessoas alcançam um certo nível de riqueza, têm um certo tempo de lazer) o desenvolvimento da ciência ou as primeiras tentativas em direção à ciência, o que requer tempo de lazer para refletir sobre as leis naturais, e assim por diante, e também muito importante, o desenvolvimento de uma linguagem escrita, que mais uma vez constitui um grande avanço no desenvolvimento humano acima e além do desenvolvimento de uma linguagem em si – porque, desta forma, não somos mais dependentes da tradição oral, uma geração dizendo à geração seguinte o que fazer, o que aprenderam e assim por diante, mas agora temos a capacidade de apenas parar e fazer experiências permanentes que foram coletadas por gerações anteriores. Também se torna muito mais fácil transportar essas informações para lugares longínquos e distantes, muito mais fácil do que seria possível se tivéssemos que confiar nas tradições orais. As linguagens escritas foram desenvolvidas pela primeira vez há cerca de 5.000 anos, e sabemos que algumas regiões do globo nunca chegaram a este estágio de desenvolvimento de ter uma linguagem escrita. Alguns lugares só receberam línguas escritas depois de redescobertos pelos europeus. Não

existia nenhuma língua escrita no continente africano, e apenas diminutas tentativas de línguas escritas em algumas pequenas regiões do continente americano.

Mencionei Carroll Quigley ontem em conexão com sua afirmação de que uma das marcas das civilizações é que, civilizações não vivem mais a vida parasitária, mas são sociedades que acrescentam algo aos recursos existentes. Quigley dá, além disso, algumas outras características que ele considera constitutivas da civilização, e essas são sociedades que têm cidades que progrediram além do nível de aldeia e que possuem uma linguagem escrita. A primeira civilização ou primeira sociedade que preenche este requisito de uma civilização, no sentido de Quigley, seriam aquelas sociedades que se desenvolveram no Crescente Fértil, hoje o Iraque e a Síria.

Deixe-me apenas dar alguns números aproximados sobre o tamanho das cidades que surgiram durante este período de 4.000 a 6.000 anos atrás. A maior cidade em muitos séculos foi Uruk, cujos restos estão no Iraque. Por volta de 3.700 aC, Uruk como a primeira cidade tinha uma população de cerca de 14.000 pessoas. Portanto, pelos nossos padrões, era apenas uma grande aldeia, mas na época, obviamente, um grande avanço em comparação com o tamanho das aldeias. E esta cidade, Uruk, nos próximos 1.000 anos ou mais, em 2.800 aC, cresceu para uma população de 80.000 pessoas. Esse já é um tamanho significativo, no qual se pode imaginar que uma cidade desse tamanho deve apresentar uma quantidade bastante significativa de divisão de trabalho dentro do campo não agrícola. Então, isso era 80.000 pessoas em 2.800 aC. Depois disso, a cidade de Uruk entra em declínio. Outras cidades assumem seu lugar como cidade dominante.

A próxima é Akkad, que também fica na mesma região, que chega a ter 60 mil habitantes. Em seguida, as maiores cidades aparecem no Egito: Memphis e Tebas e Avaris. O maior tamanho de cidade durante este período das civilizações babilônica e egípcia era de cerca de 100.000. Se formos para tempos mais recentes, há um período, digamos, durante o Império Romano, em que encontramos cidades já de um tamanho significativamente maior. A própria Roma, em seu auge, tinha uma população de cerca de um milhão de pessoas, e veremos mais tarde que

também há desintegração econômica: uma cidade que teve um milhão de habitantes em uma época encolhe, algumas centenas de anos depois, a um tamanho de 20.000.

Existem períodos – e voltarei a isso com mais detalhes – em que você pode ver que há um crescimento populacional mais rápido, uma divisão mais intensiva do trabalho, um maior crescimento populacional, uma especialização mais ampla e assim por diante, mas também há períodos em que esse tipo de coisa é destruída e as populações diminuem, a divisão do trabalho diminui, o tamanho da população nas cidades diminui e assim por diante. Atenas, no auge de seu desenvolvimento, tinha cerca de 250.000 habitantes, e um dos principais portos e centros comerciais da época, Alexandria, tinha uma população de cerca de 400.000 habitantes.

Agora, com as cidades também vêm os comerciantes e o dinheiro. Eu gostaria de acrescentar isso à definição de Quigley de civilizações desenvolvidas, como lugares que têm cidades e linguagem escrita, como um critério adicional de civilizações desenvolvidas, para apontar que elas devem ter uma classe mercante especializada, pessoas que estão engajadas em comércio de pequenas distâncias e, em particular, também o comércio de longa distância e, é claro, com o comércio de longa distância vem o desenvolvimento do dinheiro.

Vou interromper minhas considerações históricas e dar uma breve explicação do desenvolvimento do dinheiro. Assim como podemos reconstruir racionalmente por que as pessoas se envolvem na divisão do trabalho e por que há uma tendência para a divisão do trabalho se tornar mais extensa e mais intensiva, também podemos fornecer uma reconstrução racional do desenvolvimento do dinheiro como uma solução para um problema que surge do comércio em uma economia premonetária. Se tivermos uma economia de troca, na qual as pessoas trocam bens de consumo por outros bens de consumo ou bens de consumo por bens de produção, e a produção ocorre para fins de troca, ou pelo menos parcialmente para fins de troca, em vez de para suprimentos autossuficientes, então automaticamente surge o problema de que às vezes eu poderia ter produzido algo com o propósito de trocar com outra,

porém a pessoa que tem o que eu quero não está interessada em meus produtos, mas quer outra coisa.

O comércio, nessa situação, só é possível se tivermos o que se chama de dupla coincidência de desejos, ou seja, devo ter o que você quer e você deve ter o que desejo. Se apenas um desses acidentes ocorrer, eu tenho o que você quer, mas você não tem o que eu quero, então, claramente, a negociação fica paralisada e, em tal situação, as pessoas estão obviamente procurando algum tipo de solução para esta suspensão do comércio, dado o fato de produzirem para efeitos de troca, e não com o propósito de usar as próprias coisas. E, novamente, Mises, baseando-se nos escritos de Carl Menger, tem uma bela explicação de como é a solução para esse problema. Se você não pode negociar diretamente, o que vai acontecer é – e não temos que supor que isso aconteça instantaneamente ou que cada grupo de pessoas faça a mesma descoberta ao mesmo tempo – só temos que presumir que haja algumas pessoas mais brilhantes em sociedade que façam a simples dedução de que nem todos os bens que são negociados em troca são igualmente comercializáveis. Ou seja, nem todos os bens negociados em troca são usados com a mesma frequência pelas pessoas. Alguns bens são usados por mais pessoas em mais ocasiões e outros bens são usados por menos pessoas em menos ocasiões.

E em tal situação, onde eu não posso receber pelos meus bens o que eu quero diretamente, eu ainda posso obter uma vantagem, me tornar melhor, seguindo apenas instintos egoístas, se eu conseguir trocar meus bens por algo que é mais negociável do que os meus próprios bens. Se eu receber algo que é mais comercializável, mesmo que não tenha interesse em usá-lo como um bem de consumo ou de produção, a vantagem que obtenho é a vantagem de que um bem mais comercializável pode, é claro, ser revendido com mais facilidade por aquelas coisas que eu realmente quero. Ou seja, tenho em minhas mãos um bem mais comerciável que não tem utilidade direta para mim como consumidor ou produtor, mas o demandei como o que se chama um *meio de troca*, como um facilitador de troca. Isso facilita a troca porque há mais pessoas, em mais ocasiões, dispostas a aceitar esses produtos do que os produtos que eu inicialmente ofereci para venda.

Então, o grau de comercialização desse bem em particular aumenta ainda mais porque agora existem pessoas que exigem esse bem porque querem tê-lo como um bem de consumo e um bem de produção como antes e, além disso, há uma pessoa que demanda este bem por um motivo diferente, para usá-lo como um meio de troca, como um facilitador de troca. E então se torna mais fácil para a próxima pessoa brilhante na sociedade fazer a mesma descoberta: sempre que ela entra em dificuldades para negociar seu bem diretamente com as coisas que deseja, ela faz o mesmo. Só preciso encontrar um produto que seja mais vendável do que o meu e a probabilidade de ele escolher o mesmo já aumentou, devido ao fato de que já havia um cara mais brilhante antes dele.

E então temos, muito rapidamente, uma convergência para um meio de troca que é usado na sociedade em todo o lugar, e chamamos isso de meio comum de troca ou *dinheiro*. Duas vantagens que surgem assim que temos um meio de troca comum existente é que agora, com um meio de troca comum existente, podemos vender e comprar instantaneamente, sem ter que esperar pela existência de coincidências duplas de desejos.

A segunda vantagem que surge com a existência de um meio de troca comum é que agora podemos nos dedicar à contabilidade de custos. Afinal, lembre-se que produzimos para venda no mercado; não produzimos para nosso próprio uso. Se produzimos para o mercado, queremos ter certeza de que as coisas usadas na produção de certos produtos sejam menos valiosas do que aquelas que produzimos com nossos insumos. Ou, em outras palavras, queremos ter certeza de que nosso produto é mais valioso do que nossos insumos. Mas, em uma economia de escambo, os produtos e os insumos estão em unidades diferentes – eles são incomensuráveis. No entanto, assim que todos os nossos insumos e produtos são vendidos por um meio de troca comum, temos um denominador comum; podemos agora comparar, ou somar, todas os insumos em termos de dinheiro e podemos expressar nossa produção em termos de dinheiro, e agora podemos determinar se obtivemos *lucros ou prejuízos* – lucros indicando que de fato transformamos recursos menos valiosos em recursos mais valiosos, que é, afinal, o propósito da produção – ou, se tivemos prejuízos, isso nos diz que desperdiçamos recursos valiosos para transformá-los em algo que era

menos valioso do que aquelas coisas que foram usadas para produzir o nosso produto, o que nos daria um sinal de que devemos descontinuar este tipo de processo de produção.

Agora, ao imaginarmos que a divisão do trabalho se expande e, finalmente, atinge e abrange todo o globo, à medida que diferentes regiões começam a negociar entre si, podemos ver que haverá no mercado também uma tendência para um tipo de dinheiro regional competir com outros tipos regionais de dinheiro, com o resultado final esperado sendo que restará apenas um ou, no máximo, dois tipos de dinheiro, que são usados universalmente. Quer dizer, esse dinheiro, um dinheiro que é mais amplamente usado, mais amplamente aceito, é obviamente vantajoso em relação a um dinheiro que só é usado em certas pequenas regiões. Se temos dinheiro diferente sendo usado em certas pequenas regiões, então estamos, estritamente falando, ainda em um sistema de troca parcial. Se eu quiser negociar com uma região diferente, primeiro tenho que encontrar alguém que queira meu dinheiro e esteja disposto a me dar seu dinheiro, e só então poderei fazer minhas compras. Se você tem, no entanto, apenas um dinheiro usado em escala mundial, então é obviamente possível que, sem qualquer necessidade de duplas coincidências de desejos, uma negociação imediata possa ocorrer. Essas duas tendências, a expansão da divisão do trabalho e a tendência do dinheiro de se tornar um dinheiro universalmente usado, obviamente reforçam-se mutuamente e aprofundam e intensificam a divisão do trabalho.

Neste ponto, para enfatizar essa tendência de globalização do comércio facilitada pela universalidade de um dinheiro ter vencido os diferentes tipos iniciais de dinheiro – deixe-me apresentar uma citação importante de Mises, à qual voltarei mais tarde. Mises disse,

> Uma teoria social fundada no darwinismo chegaria ao ponto de declarar que a guerra de todos contra todos era a forma natural e necessária das relações humanas, negando assim que quaisquer laços sociais fossem possíveis; ou, por outro lado, teria que mostrar por que a paz reina e deve reinar dentro de certos grupos e, ainda, por outro, provar

> que o princípio da união pacífica que leva à formação dessas associações é ineficaz fora do círculo do grupo, de modo que os grupos entre si devem lutar.[14]

Você percebe que o argumento aqui é que a maioria das pessoas tem muito pouca dificuldade em aceitar a tese de que sim, há relações pacíficas entre os habitantes da aldeia A e da aldeia B, ou da tribo A e da tribo B, porque todo mundo vê isso, é claro, tomando lugar. Se você aceitar a explicação darwiniana, isso já é difícil de explicar, mas a próxima luta, o próximo problema, o mais decisivo, é que as pessoas que aceitam essas interpretações darwinianas têm que explicar por que deveria haver divisão de trabalho e relações pacíficas dentro um grupo, mas não entre grupos diferentes. Afinal, os mesmos princípios parecem estar em ação. Mises então diz o seguinte: "a união pacífica, que leva à formação dessas associações, é ineficaz fora do círculo do grupo, de modo que os grupos entre si devem lutar". E Mises então diz,

> Esta é precisamente a rocha sobre a qual todas as teorias sociais não liberais se fundam. Se alguém reconhece um princípio que resulta na união de todos os alemães, de todos os dolicocéfalos ou de todos os proletários e forma uma nação, raça ou classe especial a partir desses indivíduos, então esse princípio não pode ser provado ser eficaz apenas dentro dos grupos coletivos. As teorias sociais antiliberais evitam o problema, limitando-se ao pressuposto de que a solidariedade de interesses dentro dos grupos é tão evidente, a ponto de ser aceita sem discussão adicional, e tomando cuidado apenas para provar a existência do conflito de interesses entre grupos e a necessidade do conflito como a única força dinâmica do desenvolvimento histórico. Mas se a guerra deve ser o pai de todas as coisas, a fonte

[14] Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, trad. J. Kahane (1951; Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 2009), p. 318.

> fecunda do progresso histórico, é difícil ver por que sua atividade fecunda deveria ser restringida dentro de estados, nações, raças e classes. Se a natureza precisa da guerra, por que não a guerra de todos contra todos, por que apenas a guerra de todos os grupos contra todos os grupos?[15]

Esta é uma descrição ou explicação muito poderosa de por que os mesmos princípios que levam os grupos a cooperar pacificamente também operam quando se trata de cooperação entre grupos diferentes. As mesmas razões se aplicam lá como se aplicam a cada grupo. A divisão do trabalho é benéfica porque beneficia todos os grupos que dela participam, da mesma forma que beneficia todos os indivíduos de um grupo. E um desenvolvimento do dinheiro em direção a um meio de troca universal é benéfico da mesma forma que o desenvolvimento do dinheiro regional é benéfico para os habitantes de apenas uma pequena região.

Agora, voltando a alguns comentários históricos, ilustrando essa tendência de globalizar a divisão do trabalho e o desenvolvimento de uma moeda universal integrando todas as regiões, todas as classes, todas as sociedades. Desde muito cedo, após o desenvolvimento das cidades e uma classe mercantil e dinheiros regionais, temos o desenvolvimento do comércio de longa distância. Já temos algo que se chama Rota da Seda, ligando a Ásia à Europa via Oriente Médio, que ainda é uma espécie de centro da civilização, naquela época, cerca de 4.000 anos atrás. Ou seja, há 4.000 anos já existiam rotas comerciais de milhares de quilômetros ligando a Europa à Ásia, rotas comerciais que são protegidas pelos próprios mercadores ou pelas pessoas que moram nas proximidades e têm interesse que o comércio ocorra através de suas áreas. Existe, durante o Império Romano - que pelo menos na história antiga fornece exemplos da mais profunda e ampla integração econômica - contato permanente por volta de 200 aC entre Roma e Han, China, onde caravanas de pessoas se movem continuamente e trocam vários bens de um lado para outro. Desde muito cedo também fazemos viagens marítimas regulares; os chineses regularmente enviavam navios para lugares como a Índia, por exemplo.

---

[15] Ibid.

E da parte oeste, existem rotas comerciais marítimas regulares do Golfo Pérsico para a Índia também, especialmente após a descoberta dos ventos das monções. Ou seja, os ventos das monções, esqueci exatamente em que direção, são tais que durante meio ano sopram para o leste e na outra metade do ano para o oeste. S o, uma vez que as pessoas descobrissem esse padrão regular, operações de transporte marítimo em relativamente grande escala poderiam ser conduzidas do Golfo Pérsico para a Índia e vice-versa.

Novamente, esse tipo de coisa, simplesmente descobrir como o vento sopra, demorou um bom tempo; em alguns casos, era comparativamente fácil, como com os ventos das monções, em que há longos períodos soprando para um lado e longos períodos soprando para o outro. Era muito mais difícil, por exemplo, encontrar as rotas marítimas adequadas através do Atlântico, indo em uma direção e depois voltando na outra, já que normalmente não é possível seguir as mesmas rotas. E foi ainda mais difícil para o Pacífico, onde as rotas são muito diferentes para ir para um lado e para o outro. Novamente, centenas de anos de experiência foram necessários para desenvolver conhecimento detalhado sobre as rotas mais apropriadas a serem seguidas, e isso só se tornou um problema com o desenvolvimento de navios a vapor, o que é, claro, um desenvolvimento comparativamente recente.

Esse intenso comércio de longa distância se reflete no fato de que podemos encontrar moedas romanas em lugares como o sul da Índia, mas as moedas romanas não eram as moedas mais populares, porque as moedas romanas sofriam com as operações frequentes de corte de moedas por vários governantes. Assim, por cerca de 800 anos ou mais, de cerca de 300 DC ao século XII, o dinheiro mais popular foi produzido por Constantinopla e o nome dele era solidus ou bezant, (obviamente nomeado após Bezant, ou Bizâncio), e eles ganharam um reputação de serem as moedas mais confiáveis e honestas, sujeitas a praticamente nenhum corte de moeda ou adição de metais menos valiosos a ela. Os mercados de negociação, é claro, preferem dinheiro bom a dinheiro ruim.

Você pode ter ouvido falar da chamada lei de Gresham, que afirma que o dinheiro ruim expulsa o dinheiro bom, mas essa lei só se aplica se houver controles de preços em vigor, apenas se as relações de troca de

diferentes quantias forem fixas e não refletirem mais o forças de mercado. É verdade que o dinheiro ruim tira o dinheiro bom em circunstâncias normais, sem qualquer interferência? Não, pois o dinheiro obedece exatamente à mesma lei que vale para todos os outros bens. Os bens bons expulsam os bens ruins. O dinheiro bom expulsa o dinheiro ruim, então esse bezant foi por cerca de 800 anos considerado o melhor dinheiro disponível e foi preferido pelos mercadores da Índia a Roma e o Mar Báltico. Em todas essas regiões, você pode encontrar este tipo de moeda sendo usado, e escavações produziram evidências do uso dessas moedas nesses lugares distantes.

Para continuar a história, temos a descoberta da América ocorrendo. Essas áreas eram completamente desconhecidas do mundo eurasiano ocidental antes - na verdade, leva até cerca de 1850 para as explorações finais no interior da África acontecerem, e podemos dizer aproximadamente que em meados do século XIX todo o mundo se tornou conhecido para a humanidade. E não é por acaso, então, que nessa época o que surge é, pela primeira vez, uma tendência nítida de um ou dois dinheiros de commodities superarem todo o resto. Ou seja, no final do século XIX, temos um padrão-ouro internacional em desenvolvimento. Por um tempo, houve competição entre ouro e prata. Havia certas áreas que preferiam prata. Por exemplo, antes de 1908, a China e a Pérsia e alguns países da América do Sul ainda usavam prata, mas em 1900, o resto do mundo estava no padrão ouro. Isso é precisamente o que se poderia prever com base na teoria econômica, uma tendência para a existência de um dinheiro-mercadoria mundial. Claro, sempre há algum tipo de interferência e bagunça dos governos nesse processo, e ainda não falamos sobre isso. Até agora, toda a reconstrução que apresento é uma reconstrução do que aconteceria sem qualquer interferência do governo. Esse problema de interferência do governo nos ocupará apenas em palestras posteriores.

E então podemos dizer que a partir de 1914, embora provavelmente tenhamos alcançado a integração econômica mais completa da história humana, a integração econômica mais abrangente, a divisão mais intensa do trabalho, incluindo todo o globo; de 1914 em diante, a desintegração se instalou novamente. Mais visivelmente, é claro, documentado pelo fato de

que atualmente não temos mais uma mercadoria-moeda internacional; temos, em vez disso, uma grande variedade de moedas de papel nacionais que flutuam livremente, o que é uma regressão a uma situação que poderíamos considerar novamente uma troca parcial. Isso é algo que já havíamos superado na história, e voltamos a uma situação que já havíamos resolvido com sucesso. E você vê, é claro, atualmente, sob um regime de papel-moeda, que requer, é claro, a existência de governos - eu tenho que pular aqui por um momento, pelo menos. Sob um regime de papel-moeda, você pode ver, no entanto, a mesma tendência em ação que você via como uma tendência natural com o dinheiro mercadoria, ou seja, tentar criar um papel-moeda usado em todo o mundo, para trazer tal coisa à existência e vemos as tentativas de integração monetária na Europa, por exemplo, de modo que atualmente temos apenas três grandes blocos monetários: o euro por um lado, o dólar por outro, e o iene como o terceiro. Todos os outros não contam muito, porque muito pouco comércio é realizado em outras moedas além dessas. Isso pode mudar um dia, é claro, com a China se abrindo completamente, mas como você certamente ouviu, existem organizações internacionais poderosas que promovem a ideia de um banco central mundial, emitindo uma moeda de papel mundial. O argumento que eles usam para isso, o cerne da verdade em seu argumento, é, com certeza, exatamente o mesmo que expliquei aqui. É simplesmente vantajoso ter um único dinheiro, porque negociar se torna mais fácil com apenas um dinheiro em vez de uma infinidade de moedas flutuantes. A desvantagem na situação atual é, obviamente, que esse papel-moeda mundial será um dinheiro que será produzido e administrado por uma instituição monopolista, como um banco mundial, e pode ser inflado à vontade. E provavelmente veríamos uma quantidade maior de inflação com essa instituição em funcionamento do que jamais vimos na história do mundo antes.

Permita-me esta pequena observação lateral. Se você tem papel-moeda, então é na verdade uma vantagem ter papel-moeda concorrentes, porque os desejos inflacionários de cada banco central individual são restringidos pela não cooperação de outros governos. Se o país A inflar seu papel-moeda mais do que o país B, sua moeda cairá no mercado de câmbio e as pessoas tenderão a largar esse tipo de dinheiro e adotar

dinheiro mais estável. Se você tem papel-moeda, que é, na verdade, como eu disse, meio disfuncional para o propósito do dinheiro em primeiro lugar, e representa uma regressão no desenvolvimento humano - se você tem papel-moeda, então papel-moeda concorrentes flutuando uns contra os outros é uma vantagem sobre um papel-moeda produzido em todo o mundo. Mas você também pode ter um dinheiro mundial, fornecido de forma totalmente independente dos governos, e era exatamente isso que tínhamos no final do século XIX, ou seja, um padrão ouro internacional, que poderia muito bem ser um padrão prata. (A teoria econômica não prevê se será ouro ou prata; a teoria econômica apenas prevê que haverá uma tendência de um tipo de dinheiro ser usado em escala mundial porque é uma função do dinheiro ser um facilitador da troca, e, é claro, podemos reconhecer que um dinheiro que é usado em todos os lugares facilita a troca mais do que qualquer outro dinheiro possível que só existe em várias regiões menores.)

Palestra 4

Preferência temporal, capital, tecnologia e crescimento econômico

Esta palestra será sobre preferência temporal, sobre juros e capital e sobre acumulação de capital. Já toquei em certa medida no problema da acumulação de capital. Dissemos que as sociedades agrícolas possibilitaram pela primeira vez a acumulação de bens de capital, ao passo que as possibilidades de acumular muito em termos de bens de capital nas sociedades de caçadores-coletores que se deslocam de um lugar para outro são muito limitadas. E esse assunto é a terceira dimensão que precisamos cobrir para entender a riqueza das nações, além dos fatores ideológicos, dos quais tratarei em uma futura palestra, além da divisão do trabalho, do desenvolvimento do dinheiro e da universalização do dinheiro. A acumulação de capital é a terceira perna sobre a qual as sociedades se apoiam.

Vou começar com algumas considerações teóricas, algumas explicações teóricas sobre o fenômeno da preferência temporal e como ele se relaciona com o capital e a acumulação de capital em particular. As pessoas não têm apenas preferência por mais produtos em vez de menos. Discuti como essa preferência explica, por exemplo, por que existe uma divisão de trabalho. As pessoas também têm preferência por bens mais cedo, satisfação mais cedo, em comparação com a satisfação depois, bens mais tarde. A humanidade não pode esperar para sempre pela satisfação. Esperar por certos resultados envolve um sacrifício, e sem bens de capital – lembre-se, fazemos a distinção entre bens de consumo, que são diretamente úteis, e bens de produção, que são apenas indiretamente úteis – existem muito poucos desejos que podemos satisfazer imediatamente ou instantaneamente, bem, talvez colher um fruto, que imediatamente leva à satisfação. E há, é claro, tempo de lazer, apenas descansar, que também pode ser imediatamente satisfeito, sem precisar de mais nada.

Mas, a maioria de nossos desejos exige que usemos produtos intermediários para satisfazê-los, ou precisamos de produtos

intermediários para sermos mais produtivos; isto é, se você quiser aumentar a quantidade de bens de consumo imediatamente utilizáveis, temos que fazer isso de alguma forma indireta, em vez de colher frutos e nos satisfazer diretamente dessa maneira. O que os bens de capital fazem é nos permitir uma maior produção dos mesmos bens, ou nos permitem produzir bens que não podem ser alcançados sem a ajuda dos bens de capital. E para obter bens de capital é necessário que economizemos, que consumamos menos do que poderíamos consumir, e que utilizemos esses recursos economizados para nos alimentarmos durante o tempo que é necessário para completar a construção dos bens de capital, com a ajuda dos quais, então, podemos atingir uma maior produção de bens de consumo ou atingir metas que não poderíamos atingir sem os bens de capital.

Essa restrição ao consumo possível é o que chamamos de *poupança*, e a transferência de nossos fundos economizados, alocando – usando – a terra e o trabalho para construir ou trazer à existência bens de capital é chamada de *investimento*. E a questão que sempre enfrentamos é a seguinte. A utilidade que é alcançada pela maior produtividade de processos de produção mais longos e indiretos, isto é, uma utilidade que alcançamos por métodos de produção indiretos, excede o sacrifício subjetivo que devemos fazer de bens presentes que poderíamos concebivelmente consumir? Ou, em outras palavras, a decisão de um agente sobre em quais objetos investir dependerá da utilidade esperada dos bens de consumo esperados, da durabilidade desses bens de consumo esperados e do tempo que leva antes de alcançarmos esses futuros bens de consumo. E podemos então explicar todo o ato de decidir se devemos ou não realizar um ato de formação de capital como o equilíbrio das utilidades relativas – essa é a utilidade presente esperada que atribuímos aos bens futuros, em comparação com a utilidade dos bens presentes disponíveis através do consumo, descontado pela taxa de preferência temporal. Ou seja, pela taxa em que valorizamos os bens presentes mais altamente do que os bens futuros. Os bens presentes são sempre mais valorizados do que os bens futuros; os bens presentes são vendidos com um prêmio em relação aos bens futuros – ou, dito de outra forma, os bens futuros são vendidos com um desconto em relação aos bens presentes. E

esse fenômeno, esse desconto ou esse prêmio, dependendo do ângulo que olhamos para o fenômeno, é chamado de *juros*.

Quero ilustrar essas observações abstratas iniciais examinando por um momento uma economia simples de Robinson Crusoé. Suponhamos que Robinson Crusoé seja a pessoa mais experiente da Terra. Ele conhece todas as receitas tecnológicas que a humanidade conhece, mas está perdido sozinho em uma ilha. Nesta ilha, inicialmente não há nada além de *terra*, ou seja, recursos da natureza e *trabalho* de seu próprio corpo e seu próprio *conhecimento* nele incorporado. E vamos supor que o bem de consumo imediatamente disponível para ele seja o peixe e, portanto, ele agora tem que tomar uma decisão como ele vai produzir esse bem de consumo. Dado, como disse, que Robinson Crusoé conhece todas as receitas tecnológicas que existem, podemos imaginar que ele conheça várias técnicas para chegar ao seu fim, ou seja, o peixe como bem de consumo. Ele pode, por exemplo, usar as próprias mãos para obter peixes, agarrando-os na água e puxando-os para fora. Ele pode construir uma rede de pesca. Ele pode construir uma traineira de pesca, um barco com uma rede de pesca, e podemos facilmente imaginar que existem várias outras tecnologias das quais ele também tem conhecimento.

A questão que Robinson Crusoé enfrenta é então: "O que devo fazer, como devo produzir peixes?" E a primeira coisa que vale a pena destacar aqui é que o fato de ele conhecer métodos extremamente produtivos de captura de peixes, digamos com uma traineira de pesca, esse fato não o ajuda muito em sua situação inicial. E a razão para isso deveria ser óbvia: a razão tem a ver com o fato de que ele é limitado pela preferência temporal; isto é, ele não pode esperar para sempre pela satisfação de seus desejos mais urgentes, e se ele fosse começar a construir uma traineira de pesca, provavelmente estaria morto de fome antes que a traineira fosse concluída. Assim, ele terá que começar em um modo de produção sem capital, sem quaisquer bens de capital, apenas usando as próprias mãos para tirar peixes do lago ou do rio ou do oceano. Quando ele encerrou no final do dia depois de pegar dez peixes, ele terá que tomar uma decisão sobre o que fazer com esses dez peixes.

Obviamente, se ele decidir que vai consumir todos os dez peixes até o final do dia, no dia seguinte ele estará exatamente na mesma posição

que estava no dia anterior. Por outro lado, se ele decidir guardar alguns peixes, uma certa fração daqueles que ele poderia consumir, então ele se envolve em um ato de economia e agora pode ter alguma expectativa sobre quanto tempo levará para construir uma rede, e qual será a produção de peixes, por hora, digamos, que ele possa atingir com a ajuda de uma rede. E com base em sua avaliação do intervalo de tempo – digamos que leve uma semana para construir a rede – e sua expectativa é que ele duplique ou triplique sua produção – ele agora pode decidir quanto ou quão pouco deseja economizar. Se Robinson Crusoé tem o que chamamos de alto grau de preferência temporal, ou seja, ele prefere bens presentes em vez de bens futuros, o que significa que economizar representa um grande sacrifício para ele, então o processo de economizar será relativamente lento e demorará um bom tempo até que ele acumule peixes economizados o suficiente para poder dizer: agora eu guardei peixes suficientes para me alimentar durante a semana que é necessária para eu construir a rede. E, uma vez que a rede passa a existir, seu padrão de vida aumenta.

O mesmo, é claro, é verdade se ele quiser passar do estágio dois para o estágio três. Novamente, ele teria que fazer uma estimativa de quanto tempo levará para construir aquela traineira de pesca, qual será o provável aumento de produtividade que ele pode alcançar se tiver a traineira de pesca disponível, e então ele determina quanto ou quão pouco, em termos de economia, ele está disposto a fazer. Novamente, se sua preferência temporal é muito alta, preferindo muito mais a satisfação presente à satisfação futura, então o processo vai levar muitos anos. Se sua preferência temporal for muito baixa, ou seja, ele está disposto a fazer sacrifícios maiores, então ele pode atrasar sua gratificação futura mais e economizar mais, e o processo de ir do estágio um para o estágio dois, e do estágio dois para o estágio três, é mais curto. A cada passo ao longo da linha, seu padrão de vida aumenta. Deve ficar claro desde o início que ninguém se envolveria na construção de bens de capital a menos que esperasse que a produção com a ajuda de um bem de capital seria mais produtiva do que a produção sem um bem de capital. Se eu pudesse produzir dez peixes por dia usando minhas próprias mãos, e se usando uma rede eu também pudesse produzir apenas dez peixes por dia, então

obviamente a rede nunca existiria, porque todo o tempo gasto na construção da rede seria nada além de puro desperdício – isto é, bens de capital são sempre trazidos à existência com a expectativa de que a produção com bens de capital seja mais produtiva do que a produção sem bens de capital. Por isso, por causa da produtividade dos bens de capital, as pessoas estão dispostas a pagar um preço por eles. Se a rede não produzisse uma produção por hora maior do que usar suas próprias mãos, então obviamente ninguém estaria disposto a pagar um preço pela rede. Se a traineira de pesca não prometesse uma produção maior por hora do que a rede, então o preço da traineira não poderia ser mais alto do que o preço da rede, e assim por diante.

O que impede o homem, no que diz respeito ao investimento e à acumulação de bens de capital, é sempre a preferência temporal. Não escolhemos automaticamente o método mais produtivo, mas é a preferência temporal e, relacionado a ela, as poupança, que nos permite ou não nos permite escolher ou deixar de escolher certas técnicas. Deixe-me, a fim de ilustrar um pouco mais esse conceito de preferência temporal, usar alguns exemplos, alguns dos quais você encontrará em Mises, alguns dos quais eu desenvolvi. Vamos supor que fôssemos como anjos, que podem viver apenas de amor e ar, ou seja, não temos necessidade de consumo. Podemos imaginar que um anjo poderia de fato produzir bens imediatamente e da maneira mais produtiva, embora o anjo não tivesse nenhum motivo para produzir; afinal, ele pode viver apenas de amor e de ar. Mas digamos que ele tivesse algum tipo de fundo para produzir grandes quantidades de bens. Como o anjo poderia esperar para sempre, a taxa de juros, o grau em que ele prefere bens presentes a bens futuros, é zero; não faz nenhuma diferença para ele se ele tem um peixe agora ou um peixe daqui a dez mil anos. Para nós, que não somos exatamente angelicais, isso, é claro, faz uma tremenda diferença, termos os peixes daqui a dez mil anos ou hoje ou em uma semana. Portanto, somos limitados pela preferência temporal; nossa taxa de juros é positiva; é maior que zero.

Vejamos outro exemplo que ajuda a ilustrar esse conceito de preferência temporal. Vamos supor, por exemplo – isso já nos leva a algum tipo de influência cultural sobre este fenômeno de preferência

temporal e acumulação de capital – que sabemos que o mundo vai acabar daqui a uma semana, e estamos todos perfeitamente certos de que isso vai acontecer. O que aconteceria então com a disposição de trocar bens presentes por bens futuros? E a resposta é, claro, que essa disposição essencialmente desapareceria. A taxa de juros, neste caso, dispararia. Nenhum pagamento de juros seria alto o suficiente para induzir alguém a sacrificar o consumo atual por uma quantidade maior de consumo futuro porque, afinal, não há futuro. Existem, por exemplo, certas seitas religiosas que acreditam que o mundo logo irá acabar e muito em breve os mocinhos irão para o céu e os bandidos irão para outro lugar. E essas pessoas, é claro, param de poupar. Elas terão apenas mais uma semana gloriosa de consumo e então será o fim da história.

Como eu disse, todos os humanos preferem os bens presentes aos bens futuros. Mas o grau em que as pessoas fazem isso difere de indivíduo para indivíduo e também de um grupo específico para outro. Deixe-me dar alguns exemplos, dos quais sabemos com bastante certeza que seu grau de preferência temporal difere em média. Considere as crianças pequenas, por exemplo. As crianças pequenas têm um alto grau de preferência temporal. Outra maneira de dizer isso é que as crianças pequenas têm enormes dificuldades para adiar a gratificação. As promessas de grandes recompensas no futuro não induzem necessariamente as crianças a fazer o sacrifício atual de não consumir, de não satisfazer os desejos atuais. Houve experimentos feitos a esse respeito, tais como: você dá um dólar a uma criança e diz a ela que se ela não gastar o dólar até amanhã, eu dobrarei a quantia, ela receberá outro dólar. E se ela então, amanhã, não gastou $2, eu irei novamente, dobrar e dar a ela $4, e assim por diante. Vocês percebem o quão alta é a taxa de juros aqui, é 100% ao dia. Se vocês tiverem uma calculadora, poderão descobrir que tipo de taxa de juros anual é essa. Mesmo assim, vocês descobrirão que muitas crianças são absolutamente incapazes de aceitar um acordo como este. Elas têm que correr para o 7-Eleven e pegar seu Big Gulp agora, mesmo que possam ter dois Big Gulps ou quatro Big Gulps em uma distância muito curta no futuro. Ou outra forma de ilustrar isso seria dizer que oferecemos a uma criança um certificado perfeitamente seguro que promete pagar $100 daqui a um ano, mas a criança tem a

opção de vender agora esta promessa perfeitamente segura de $100 no futuro. Então descobriremos que as crianças podem estar dispostas a vender este certificado por apenas 10 centavos, porque esperar é basicamente intolerável para elas.

Deixe-me dar alguns outros exemplos e vocês percebem, é claro, dependendo de que tipo de mentalidade existe entre o público, a acumulação de capital pode levar uma eternidade ou pode ocorrer muito rapidamente. Se Robinson Crusoé tivesse uma mentalidade infantil, talvez nunca chegasse ao segundo estágio ou, se o fizesse, levaria cerca de cem anos para fazê-lo.

Vou passar para alguns outros exemplos de grupos. Diz-se às vezes que pessoas muito velhas passam por uma "segunda infância". Isso não ocorre necessariamente, porque pessoas muito velhas podem optar por sustentar as gerações futuras. Mas supondo que elas não se importem com as gerações futuras, ou talvez elas não tenham filhos ou amigos a quem elas querem entregar sua própria fortuna, então, uma vez que lhe resta um tempo de vida muito curto, elas não têm muito futuro, então elas passam pela fase de uma segunda infância, essencialmente consumindo e praticamente deixando de acumular qualquer poupança.

Podemos tomar o exemplo dos criminosos, que também são, de modo geral – e quero dizer o criminoso comum normal, não o criminoso de colarinho branco, os assaltantes, os assassinos, os estupradores e outras figuras amigáveis – caracterizados por uma alta preferência temporal. A maneira como eu explico isso para meus alunos é sempre usando o exemplo a seguir. (Às vezes as pessoas torcem o nariz; a maioria das pessoas gosta.) Imagine uma pessoa normal que está interessada em uma garota ou vice-versa, uma garota interessada em um homem. Então, o que fazemos, é claro, é levá-la para jantar fora e dar flores e levá-la para jantar novamente. Ouvimos a conversa; ficamos muito impressionados com todos os pensamentos profundos que ouvimos. Nunca ouvimos nada tão interessante quanto isso antes em nossas vidas. Claro, nós alimentamos certas expectativas, que estão, é claro, em um futuro mais ou menos distante. É assim que as pessoas normais funcionam. Se você tem uma mentalidade infantil, mas a tem em um corpo adulto, então esse tipo de coisa é um sacrifício praticamente impossível; você não pode

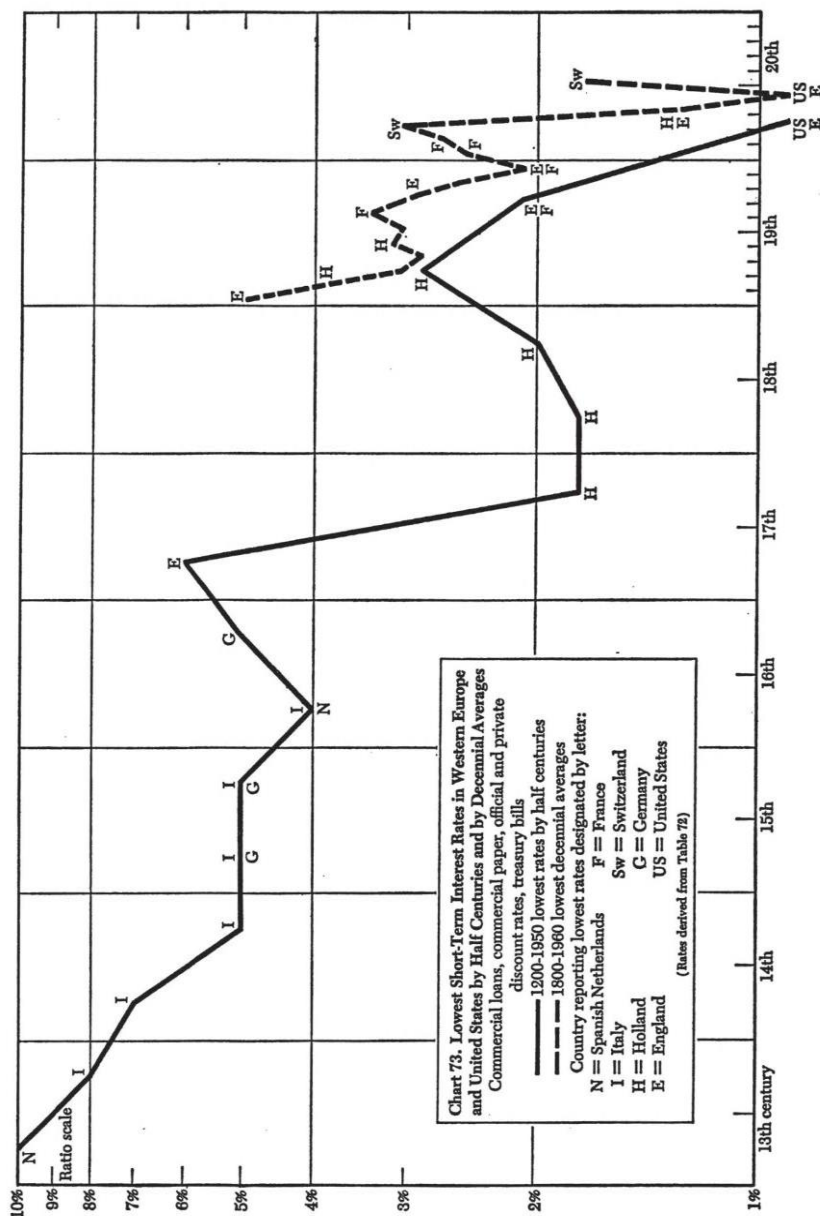
esperar tanto tempo e então se torna um estuprador ou algo dessa natureza. Normalmente, para satisfazer qualquer desejo, temos que trabalhar um dia, pelo menos um dia. Então recebemos no final do dia e depois podemos comprar nossa cerveja. Mas, e se um dia de espera for muito longo? A única outra alternativa que você tem é procurar alguma velha e roubar sua bolsa e satisfazer seus desejos desta forma.

Vou dar outro exemplo que já toca em uma palestra que darei no final da semana. Os políticos democráticos também têm um alto grau de preferência temporal. Eles estão no poder por um período muito curto de tempo e o que não saquearem agora, não poderão saquear em cinco ou seis anos. Então, claro, o intuito deles é que tenham que ordenhar o público o máximo possível agora, porque então, com muita arrecadação de impostos, podem conseguir muitos amigos no presente, e quem se preocupa com o futuro?

O último exemplo é aquele que me colocou em apuros recentemente na minha universidade. Usei esse exemplo por dezesseis anos ou mais e nunca tive qualquer problema com ele. Desta vez, porém, algum fanático quis me derrubar; todo esse processo ainda está em andamento, portanto, advirto-o para não entrar com ações de assédio novamente contra mim. Afirmei que, se você comparar homossexuais a heterossexuais normais com famílias, pode dizer que os homossexuais têm uma preferência temporal mais alta porque a vida termina com eles. Sempre pensei que isso era tão óbvio, quase indiscutível, e depois apontei na frase seguinte, que isso nos ajuda a entender, por exemplo, a atitude de um homem como Keynes, cuja filosofia econômica era "no longo prazo, nós estão todos mortos." Bem, isso é verdade para algumas pessoas, mas não é verdade para a maioria das pessoas, que, é claro, têm seus próprios filhos e assim por diante, as futuras gerações que virão. Como eu disse, essas observações inofensivas resultaram em três meses de assédio na minha universidade, e a coisa toda ainda não acabou.

Então, já falamos muito sobre o conceito de preferência temporal. Agora, gostaria de dizer algumas palavras sobre o desenvolvimento da preferência temporal e dos juros ao longo do tempo, ao longo da história. Como vocês podem imaginar, isso não é difícil, mas sim intuitivamente claro. Seria de se esperar que o grau de preferência temporal caísse

gradualmente no curso da história humana. Algo parecido com o que se vê na Figura 1:

Figura 1: Taxas de juros históricas de longo prazo

Sidney Homer, *A History of Interest Rates* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1963), p. 507.

Aqui na Figura 2, temos juros, ou um grau de preferência temporal, em um eixo, e no outro eixo temos a receita em dinheiro real, ou seja, a receita que pode ser convertida em satisfação presente imediata. Então, esperaríamos que, com uma renda real muito baixa, o sacrifício de trocar um bem presente por um bem futuro seja muito alto, e as pessoas pouparão e investirão apenas pequenas quantias, mas à medida que a renda real aumenta, a taxa de juros tende gradualmente a cair. Ou seja, a poupança, o volume de poupança e investimento, se tornará maior; intuitivamente isso está perfeitamente claro. Para um rico, é mais fácil economizar e investir do que para um pobre. Se olharmos ao longo da história, descobriremos que a acumulação de capital – poupança e investimento – se torna cada vez mais fácil. É mais difícil no início da humanidade, pois exige um sacrifício maior, e torna-se cada vez mais fácil à medida que enriquecemos. Isso é algo que realmente podemos ver na história. Isso foi estudado – taxas de juros de longo prazo para os investimentos mais seguros possíveis e assim por diante – e descobrimos, em geral, que as taxas de juros caem.

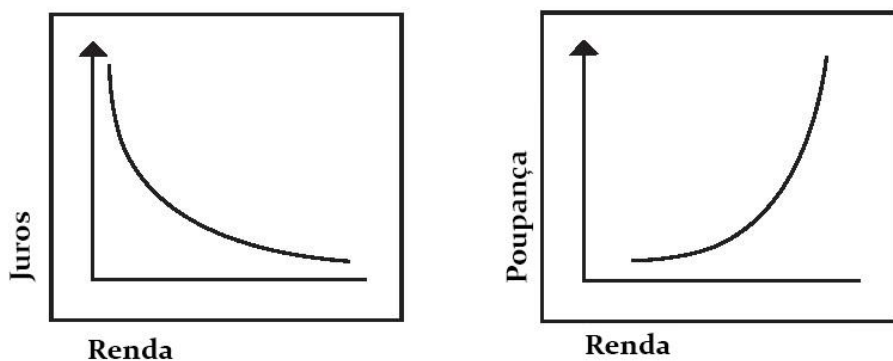



Figura 2: Renda, Juros e Poupança

Claro, existem exceções a esta regra. Se houver guerras e assim por diante, haverá um aumento nas taxas de juros, porque o risco associado aos empréstimos torna-se significativamente maior. Mas, também temos certos períodos em que o grau de preferência temporal parece aumentar.

Voltarei a isso em uma palestra posterior. Isso parece ser algo que aconteceu no século XX. Deveríamos ter esperado que as taxas de juros, as taxas de juros reais, no século XX fossem menores do que no século XIX, visto que, em média, a riqueza da sociedade é maior no século XX do que no XIX. No entanto, não achamos que isso seja verdade; ou seja, as taxas de juros reais no século XX raramente, ou nunca, atingem o ponto mais baixo que atingiram por volta de 1900, que era cerca de 2,25%. A conclusão seria que todo o programa de preferência temporal deve ter aumentado no século XX, o que equivaleria a dizer que a população do século XX tornou-se um pouco mais infantil do que a população do século XIX. Somos um pouco mais frívolos e hedonistas em nosso estilo de vida do que nossos antepassados ou nossos pais e avós foram, apesar do fato de que era mais difícil para eles se dedicarem à poupança e à acumulação de capital do que para nós.

Agora, uma palavra sobre a acumulação de capital. Obviamente, em cada sociedade, é possível adicionar algo ao estoque de capital existente, manter o estoque de capital existente ou esgotar o estoque de capital existente. Mesmo para manter o estoque de capital existente, a poupança contínua é necessária porque todos os bens de capital se desgastam com o tempo. Isso é o que chamamos de consumo de capital. O consumo de capital, entretanto, pode levar algum tempo antes de se tornar visível, porque alguns bens de capital duram muito tempo. Por exemplo, quando os comunistas assumiram o controle da Rússia, eles herdaram um estoque substancial de bens de capital: máquinas, casas etc.; e depois disso, eles ainda podiam continuar por um tempo, mas se, devido ao fato de que existia mais nenhuma propriedade privada ou fatores de produção, praticamente nenhuma poupança ocorreu, poderíamos esperar que, eventualmente, esse estoque herdado de bens de capital ficaria dilapidado e em cerca de dez, vinte ou trinta anos, passaríamos por algum tipo de catástrofe. E foi o que aconteceu: todos os bens de capital se desgastaram de repente e nada havia para substituí-los. A mesma coisa vale para o processo de acumulação de capital.

Deixe-me primeiro apontar o seguinte. Obviamente, a quantidade de acumulação de capital depende não apenas da preferência temporal de vários indivíduos; depende também da segurança dos direitos de

propriedade privada. Imagine o Sexta-feira, uma segunda pessoa, entrando na ilha. Podemos imaginar que Sexta-feira fosse como Robinson Crusoé, e eles se envolvem na divisão do trabalho. Então, o padrão de vida aumentaria, a acumulação de capital seria ainda mais rápida do que com Robinson Crusoé sozinho; os padrões de vida aumentam e assim por diante. Mas, também podemos imaginar que Sexta-feira é diferente, talvez um assaltante do Brooklyn, e ele vê que Robinson Crusoé já construiu a rede de pesca ou já poupou tudo quanto é peixe e diz: "É muito bom que você tenha feito isso já para mim e eu pego a rede, ou eu te forço a pagar um imposto para mim: metade do peixe que você produz todos os dias você vai entregar para mim". Agora, nessa situação, você pode facilmente imaginar que o processo de acumulação de capital será drasticamente desacelerado ou até mesmo ficará totalmente paralisado. Se olharmos para as sociedades que atualmente são ricas, não podemos necessariamente inferir que essas sociedades são sociedades nas quais os direitos de propriedade recebem a melhor proteção possível. O que podemos apenas inferir é que essas devem ser sociedades nas quais os direitos de propriedade devem ter sido bem protegidos no passado, e podemos muito bem encontrar sociedades que são muito pobres agora, mas que têm direitos de propriedade privada muito seguros. Dessas sociedades, esperaríamos que no futuro elas apresentassem taxas de crescimento rápidas.

Pode-se dizer, por exemplo, que, em grande parte, o montante de bens de capital nos Estados Unidos se deve a circunstâncias que já se foram. Ou seja, muitos bens de capital foram acumulados em circunstâncias muito mais favoráveis do que as que existem atualmente, e podemos já estar em uma fase de consumo de capital gradual sem realmente saber disso. Pode levar décadas para descobrirmos que esse seja o caso. No que diz respeito ao próprio Estados Unidos, as taxas de poupança são terrivelmente baixas. Em grande medida, os Estados Unidos ainda se beneficiam do fato de que há poupadores de outros países que ainda consideram os Estados Unidos um bom lugar para investir seus fundos, apesar do fato de que os direitos de propriedade não são mais tão seguros quanto eram em o século XIX. Lembre-se de que quase 40% dos peixes salvos de Robinson Crusoé são hoje entregues ao assaltante do

Brooklyn! No século XIX, isso era em torno de 2 ou 3% dos produtos de Robinson Crusoé. Em todo caso, o capital precisa ser preservado e, para preservá-lo, é necessário que exista um arcabouço jurídico institucional que torne segura a propriedade privada. Sem essa estrutura, não devemos nos surpreender que muito pouco ocorra em termos de acumulação de capital.

Imagine um lugar onde haja uma revolução comunista iminente, onde você deve temer que talvez nas próximas eleições os comunistas cheguem ao poder e a primeira coisa que farão é expropriar todos os proprietários de bens de capital. Agora, imagine como isso afeta sua motivação para se dedicar à poupança e ao acúmulo de capital adicional. Grandes partes do mundo são assim. Ou seja, explicamos a pobreza de muitos países pelo fato de que os direitos de propriedade nesses países não foram, por muitos, muitos anos, às vezes por séculos, seguros o suficiente para que as pessoas se empenhassem na poupança e na acumulação de capital.

Agora, quero fazer algumas ilustrações históricas e usar o crescimento populacional e o crescimento da cidade como estimativas vagas do que acontece com a acumulação de capital. Lembre-se de que acumular mais capital significa que as sociedades se tornam mais ricas; sociedades se tornando mais ricas implica que tamanhos maiores de população podem ser sustentados. E lembre-se de alguns dos números que dei a vocês nas palestras anteriores. Cinquenta mil pessoas viveram na Terra cerca de 100.000 anos atrás. Cinco milhões de pessoas viviam no início da Revolução Neolítica, de 10.000 a 12.000 anos atrás. No ano 1 DC, a população é estimada em algo entre 170 milhões e 400 milhões. Houve um crescimento muito mais rápido da população após a Revolução Neolítica, uma duplicação da população a cada 1.300 anos; até a Revolução Neolítica, a duplicação da população acontecia a cada 13.000 anos ou mais. Isso é, novamente, um reflexo do fato de que nas sociedades agrícolas já existe um montante significativamente maior de acumulação de capital que permite que essa população maior seja sustentada.

Na Figura 3, você vê as estimativas da população mundial, começando em 400 aC e indo quase até o presente, até 2000. Você vê também a grande variedade de estimativas, com divergências

consideráveis, especialmente em relação aos primeiros períodos da humanidade. Durante o período que se inicia com a Revolução Neolítica, vemos o desenvolvimento de várias civilizações, indicando, obviamente, aumentos acentuados na acumulação de bens de capital.

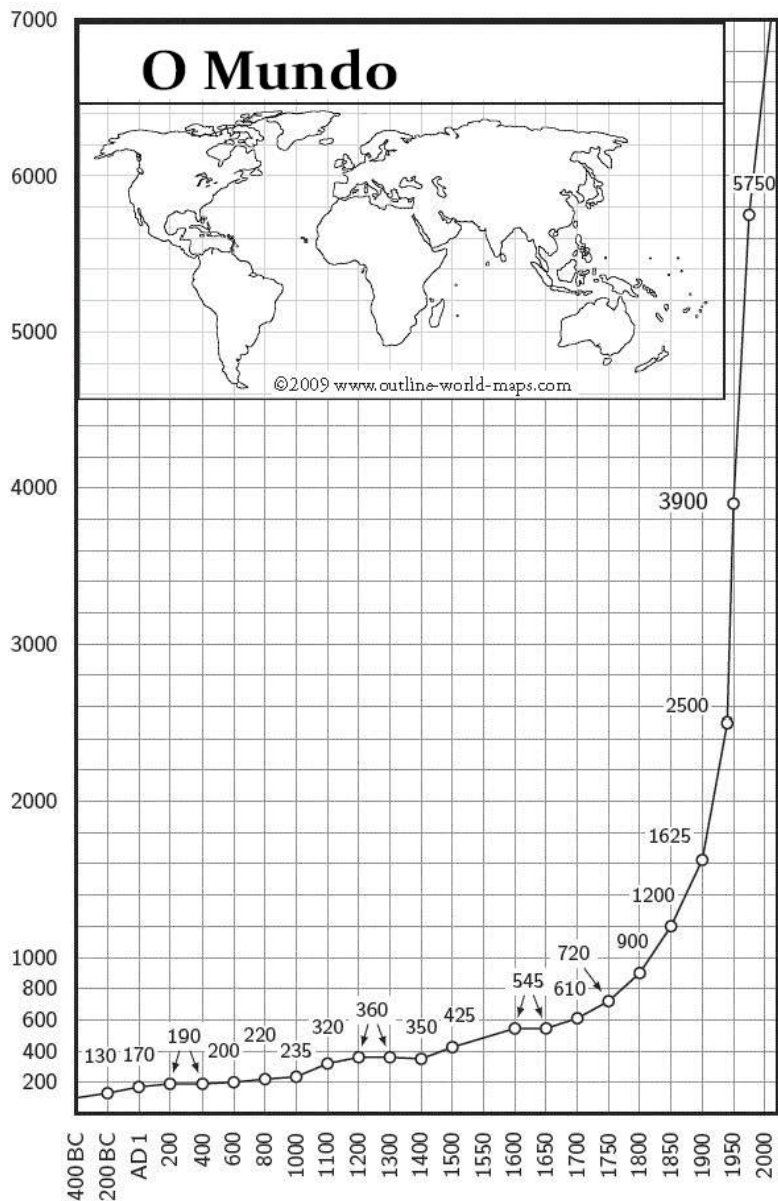
Figura 3
População mundia total
Unidade - medida em milhões de pessoas

A Tabela 1 fornece uma visão geral histórica dessas várias civilizações, o início e o fim, o nome do grupo mais dominante e, finalmente, os nomes dos grupos que foram responsáveis pela destruição dessas civilizações. Já indiquei na palestra anterior que nessas civilizações primitivas, Mesopotâmia, Egito e China, experimentamos pela primeira vez a existência de grandes cidades e também temos indicações de novas tecnologias específicas sendo desenvolvidas. Mais uma vez, lembre-se de que é necessária uma certa quantidade de riqueza e acumulação de capital para permitir que as pessoas desenvolvam novas invenções e experimentem coisas novas.

Tabela 1
Civilizações, Impérios e Invasores

Nome	Datas	Império	Invasores
Mesopotamian	6000–300 B.C.	Persian	Greeks
Egyptian	5500–300 B.C.	Egyptian	Greeks
Indic	3500–1500 B.C.	Harappa	Aryans
Cretan	3000–1100 B.C.	Minoan	Dorians
Sinic	2000 B.C. –A.D. 400	Han	Huns
Hittite	1900–1000 B.C.	Hittite	Phrygians
Canaanite	2200–100 B.C.	Punic	Romans
Classical	1100 B.C. –A.D. 500	Roman	Germans
Mesoamerican	1000 B.C. –A.D. 1550	Aztec	Europeans
Andean	1500 B.C. –A.D. 1600	Inca	Europeans
Hindu	1500 B.C. –A.D. 1900	Mogul	Europeans
Islamic	600–1940	Ottoman	Europeans
Chinese	400–1930	Manchu	Europeans
Japanese	100 B.C.–A.D. 1950 (?)	Tokugawa	Europeans
Orthodox	600–	Soviet	?
Western	500–	?	?

Reproduced from Carroll Quigley, *The Evolution of Civilizations: An Introduction to Historial Analysis* (1961; Indianapolis, IN: LibertyPress, 1979), p. 84.

Só para dar alguns exemplos dos principais desenvolvimentos tecnológicos de bens de capital ocorridos durante a civilização babilônica,

ou seja, no período de 4.500 a 2.500 aC. Aqui encontramos *arados* usados pela primeira vez; encontramos *carrinhos com rodas* pela primeira vez; encontramos *animais de tração* sendo usados na agricultura; encontramos tijolos sendo usados pela primeira vez e *edifícios* magníficos erguidos. Encontramos o que é único e não se repetiu independentemente em nenhum outro lugar da história, a invenção do *arco*, que permite, é claro, a construção de estruturas que, de outra forma, desabariam sob seu próprio peso. E sabemos que o conceito de arco foi importado para outras áreas. Encontramos a *roda de oleiro*. Encontramos *fundição de cobre*. Encontramos o desenvolvimento do *bronze*, que é uma combinação de estanho e cobre em certas combinações. Encontramos o desenvolvimento da *escrita*, que indica que deve ter existido uma classe de intelectuais, que só pode ser sustentada se houver certa riqueza na sociedade. E uma certa quantidade de riqueza, é claro, requer uma certa quantidade de acumulação de capital. Encontramos *técnicas matemáticas* bastante desenvolvidas na Babilônia e vestígios de *dinheiro metálico* sendo usado. E obviamente nas cidades, que alcançaram tamanhos de 80.000 pessoas ou mais, tivemos uma grande quantidade de *profissões especializadas* surgindo.

Mas, como eu disse, existem na história também períodos que podemos descrever como desintegração econômica; isto é, alguns desses impérios desmoronam. Há invasores que os destroem e a divisão do trabalho diminui. Técnicas que antes eram conhecidas são esquecidas, e seria de se esperar que, também durante esses períodos, experimentassem um declínio populacional. Se você olhar para as estimativas da população mundial lá, você encontrará, por exemplo, que apenas a partir de 1000 DC em diante, nós novamente vemos algo como uma tendência de aumento da população, ao passo que com a queda de Roma, pouco depois de 200 DC, vemos em geral uma estagnação na população geral. Por quase mil anos, praticamente não houve crescimento populacional. E mesmo no período após 1000 DC, alguns séculos viram um declínio mais ou menos significativo. Veja, por exemplo, o século XIII: de 1200 a 1300 DC, parece não haver aumento na população mundial, indicando que o consumo de capital está ocorrendo ou pelo menos nenhuma acumulação de capital está ocorrendo; ainda mais claramente,

olhe para o século XV, isto é, 1400: há um claro declínio durante este século em termos de população, em comparação com o século anterior, e leva quase duzentos anos ou mais para que o tamanho da população que já havia sido alcançado no século XIV seja alcançado novamente. E mais uma vez, olhe para o século XVII, que é o século da Guerra dos Trinta Anos. Compare os números de 1600 a 1650 e você descobrirá que novamente há um declínio significativo na população, o que indica, neste caso, grandes guerras e grandes destruições. E só a partir de 1650 é que vemos um aumento ininterrupto do número da população. De 1650 a 1850, a duplicação da população levou cerca de duzentos anos. Então, de 1850 a 1950, a duplicação da população é aproximadamente a cada cem anos e, após 1950, a duplicação requer menos de cinquenta anos.

Outro tópico interessante em tudo isso é olhar para o crescimento das cidades. Novamente, o crescimento da cidade é um indicador aproximado do que acontece com a acumulação de capital. Antes do ano 1600, as dez ou onze maiores cidades estavam fora da Europa, eram: Pequim, que tinha mais de 700.000; Istambul, que tinha cerca de 700.000; Agra na Índia, 500.000; Cairo, 400.000; Osaka, 400.000; Cantão, 350.000; Edo, que é, eu acho, Tóquio, 350.000; Kyoto, também 350.000; Hangchow, 350.000, Lahore, 350.000 e Nanking, um pouco acima de 300.000. Isso corresponde, grosso modo, ao que sabemos sobre o mundo. Até 1500 ou mais, não há absolutamente nenhuma dúvida de que a China era muito mais desenvolvida como civilização do que a Europa Ocidental. Explicarei em palestras posteriores quais podem ser as causas de por que isso mudou. Curiosamente, o rápido crescimento das cidades europeias, que naquela época eram pequenas em comparação com as cidades asiáticas, surgiu em grande número a partir de cerca de 1500; esse rápido crescimento foi insuperável pelas cidades asiáticas.

A Tabela 2 lista as trinta maiores cidades da Europa no período de 1050 a 1800 DC. Primeiro, dê uma olhada nos números totais na parte inferior e vocês verão, é claro, que os números totais sempre aumentam, mas eles aumentam de forma particularmente drástica apenas por volta de 1650 DC em diante, e antes disso o crescimento foi comparativamente moderado. Mas, se olharmos para cidades específicas, podemos ver de que forma os centros de desenvolvimento econômico mudaram: quais lugares

perderam importância, onde obviamente ocorreram eventos políticos que eram desfavoráveis à acumulação de capital, e como outros lugares mostram um rápido aumento em suas classificações entre os trinta primeiros lugares. Deixe-me escolher algumas cidades aqui. Córdoba era a maior cidade em 1050 DC. (As populações de Córdoba e Palermo são de 450.000 e 350.000, respectivamente, e são motivo de disputa como se observa na nota de rodapé da tabela, então incluí os números mais realistas de 150.000 e 120.000, respectivamente, para essas duas cidades. Caso contrário, parece que ser um tanto desproporcional.)

TABELA 2
As trinta maiores cidades da Europa por população 1050-1800
(em milhares)

c. 1050		c. 1200		c. 1330		c. 1500		c. 1650		c. 1800	
Cordova*	450/150	Palermo	150	Granada	150	Paris	225	Paris	400	London	948
Palermo*	350/120	Paris	110	Paris	150	Naples	125	London	350	Paris	550
Seville	90	Seville	80	Venice	110	Milan	100	Naples	300	Naples	430
Salerno	50	Venice	70	Genoa	100	Venice	100	Lisbon	150	Vienna	247
Venice	45	Florence	60	Milan	100	Granada	70	Venice	140	Amsterdam	217
Regensberg	40	Granada	60	Florence	95	Prague	70	Milan	120	Dublin	200
Toledo	37	Cordova	60	Seville	90	Lisbon	65	Amsterdam	120	Lisbon	195
Rome	35	Cologne	50	Cordova	60	Tours	60	Rome	110	Berlin	172
Barbastro	35	León	40	Naples	60	Genoa	58	Madrid	100	Madrid	168
Cartagena	33	Ypres	40	Cologne	54	Ghent	55	Palermo	100	Rome	153
Naples	30	Rome	35	Palermo	51	Florence	55	Seville	80	Palermo	140
Mainz	30	Bologna	35	Siena	50	Palermo	55	Florence	74	Venice	138
Mérida	30	Toledo	35	Barcelona	48	Rome	55	Vienna	70	Milan	135
Almeria	27	Verona	33	Valencia	44	Bordeaux	50	Granada	70	Hamburg	130
Granada	26	Narbonne	31	Toledo	42	Lyon	50	Marseille	70	Lyon	109
Speyer	25	Salerno	30	Bruges	40	Orleans	50	Copenhagen	65	Copenhagen	101
Palma	25	Pavia	30	Málaga	40	London	50	Genoa	64	Marseille	101
Laon	25	Messina	30	Aquila	40	Bologna	50	Bologna	63	Barcelona	100
London	25	Naples	30	Bologna	40	Verona	50	Antwerp	60	Seville	96
Elvira	22	Genoa	30	Cremona	40	Brescia	49	Brussels	60	Bordeaux	96
Cologne	21	Angers	30	Pisa	38	Cologne	45	Lyon	60	Genoa	90
Trier	20	Palma	30	Ferrara	36	Seville	45	Rouen	60	Manchester	84
Caen	20	Speyer	30	London	35	Marseille	45	Danzig	60	Edinburgh	83
Lyon	20	Worms	28	Montpellier	35	Málaga	42	Leiden	55	Turin	82
Paris	20	Ferrara	27	Rouen	35	Valencia	42	Valencia	50	Florence	81
Tours	20	Orleans	27	St.-Omer	35	Ferrara	42	Prague	50	Valencia	80
Verona	20	Metz	27	Lisbon	35	Rouen	40	Hamburg	40	Rouen	80
Worms	20	Valencia	26	Angers	33	Cremona	40	Cologne	40	Nantes	77
Lisbon	15	Cremona	25	Marseille	31	Nuremburg	38	Nuremburg	40	Stockholm	76
Florence	15	London	25	Toulouse	30	Bruges	35	Ghent	40	Prague	76

Source: The Bairoch database. See Paul Bairoch, Jean Bateau, and Pierre Chèvre, *La population des villes Européenes: Banque de données et analyse sommaire des résultats, 800–1850 / (The Population of European Cities: Data Bank and Short Summary of Results)* (1988). *Russell's estimates of the populations of Cordova and Palermo in 1050 are only one-third as large. *Reproduced from* J. Bradford DeLong and Andrei Shleifer, "Princes and Merchants: European City Growth before the Industrial Revolution," *Journal of Law and Economics* 36, no. 2 [October 1993]: 678.)

Mas, de qualquer maneira, Córdoba, a maior cidade em 1050 DC, saiu completamente das trinta primeiras por volta de 1500 DC. Podemos

dizer que essa é uma tendência geral, que as cidades espanholas, ou ainda mais genericamente, as cidades do sul da Europa, perderam cada vez mais importância, e o centro de desenvolvimento econômico e de acumulação de capital mudou para o norte. Pegue algumas outras cidades espetaculares aqui – Palermo, por exemplo, que você percebe que é a segunda maior cidade por volta de 1000 DC, não tem mais habitantes em 1800 DC do que tinha no ano 1000. Obviamente, Palermo não era exatamente o centro de desenvolvimento econômico durante este tempo, mas era uma cidade moribunda. O mesmo também se aplica a Sevilha. Mais uma vez, Sevilha ocupa a terceira posição em 1000 DC e centenas de anos depois tem uma população que não é significativamente maior. Em seguida, observe a espetacular ascensão de Florença até 1330 DC. Assim, Florença é a mais baixa na primeira coluna, com 15.000 no ano 1000, e então sobe rapidamente na ordem de classificação até cerca de 1330 DC, onde a população aumentou de 15.000 para 95.000, e então ocorre um declínio de Florença. Veja o crescimento espetacular de Londres, que, na última coluna, é de longe a maior cidade europeia. Na coluna anterior, é a segunda maior. Na coluna do ano 1500, tinha apenas 50.000 habitantes e em 1330 DC, apenas 35.000 habitantes. Então, neste período de 1330 a 1800 DC, vemos uma espetacular ascensão de Londres, novamente, indicando, obviamente, um clima muito favorável para a acumulação de capital que existia lá.

E interessantes também são alguns casos de declínio. Por exemplo, há uma ascensão muito rápida e uma queda muito rápida de Bruges (ou Brügge), no que seria a Bélgica hoje. E então, a cidade de Bruges, depois de cair, obviamente o ambiente econômico se torna muito hostil. Vemos então, como um substituto, um aumento muito rápido no tamanho da cidade de Ghent, uma cidade vizinha, o que indica em que medida as cidades vizinhas competiam entre si pela acumulação de capital e pelos mercadores que se instalavam nessas cidades. E novamente, Ghent cai muito rapidamente, para ser ultrapassada por outra cidade muito próxima, nomeadamente Antuérpia. E então, Antuérpia também cai muito rapidamente e então vemos a espetacular ascensão de Amsterdã, novamente, uma cidade muito perto de Antuérpia, novamente ilustrando neste caso a mobilidade do capital, pessoas saindo de um lugar porque

oferece condições menos favoráveis para a acumulação de capital e se mudando para outros lugares não muito longe e exibindo ali um crescimento espetacular. Um crescimento espetacular semelhante você encontra, por exemplo, na cidade de Hamburgo.

Palestra 5

A Riqueza das Nações:
Ideologia, Religião, Biologia e Meio Ambiente

Além de fatores puramente econômicos, como a divisão do trabalho, o dinheiro e a acumulação de capital, os fatores ideológicos também desempenham um papel muito importante no desenvolvimento econômico e na formação das sociedades. Fatores ideológicos, de certa forma, influenciaram até coisas fundamentais como a atitude em relação à divisão do trabalho em uma determinada sociedade e, em particular, também a atitude em relação à acumulação de capital, o desejo de se tornar mais rico ou de se satisfazer com padrões de vida baixos. Quero passar esta palestra discutindo certos fatores ideológicos, principalmente fatores religiosos, que influenciam o desenvolvimento econômico.

Vou começar lembrando que a acumulação de capital e – com base na acumulação de capital – o desejo de fazer invenções, melhorias tecnológicas e assim por diante, podem ser encorajados ou desencorajados por certas ideologias prevalentes existentes na sociedade. Antes de começar a falar sobre as principais religiões, deixe-me dar alguns exemplos que tornam isso intuitivamente claro. Imagine, por exemplo, se as pessoas acreditassem em uma divindade que instrui o mundo que as coisas devem ser deixadas do jeito que estão. Se tal religião fosse uma religião poderosa entre as pessoas, você pode facilmente imaginar que tal sociedade não teria muito potencial para se desenvolver e se tornar próspera. Provavelmente, suporíamos que sociedades como essa tenderiam a desaparecer ou seriam dominadas por outras sociedades. Ou imagine uma sociedade que tem um culto aos ancestrais muito forte e profundo. De tal sociedade, esperaríamos que ela exibisse, em grande medida, um comportamento muito ritualístico, e que também fosse relutante em introduzir quaisquer inovações.

O mesmo também se aplica às sociedades escravistas. É claro que em muitas partes do mundo, em grande parte da história da humanidade, tivemos sociedades escravistas. Os exemplos mais proeminentes seriam

a civilização clássica, civilizações grega e romana e também o exemplo mais recente dos Estados Unidos. Nas sociedades escravistas, geralmente os escravos trabalhavam e os senhores descasavam, não faziam muita coisa, não se envolviam nas atividades do dia-a-dia, e porque eles não se envolviam nessas atividades, também pouco contribuíam para melhorias na tecnologia que poderia ser empregada no dia-a-dia. Deixe-me apresentar uma breve citação de Carroll Quigley para esse efeito. Ele escreve,

> Suponha que a tribo primitiva acredite que sua organização social foi estabelecida por uma divindade que partiu deixando instruções estritas de que nada deveria ser mudado. Essa sociedade inventaria muito pouco. A civilização egípcia era algo assim. Ou qualquer sociedade que tivesse adoração aos ancestrais provavelmente teria pouco incentivo para inventar. Ou uma sociedade cujo sistema produtivo se baseava na escravidão provavelmente não seria inventiva. As sociedades escravas, como a civilização clássica ou os estados do sul dos Estados Unidos no período anterior a 1860, foram notoriamente pouco inventivas. Nenhuma grande invenção no campo da produção veio de nenhuma dessas civilizações.[16]

Isso não quer dizer que essas civilizações não desenvolveram outras conquistas. Obviamente, a civilização grega permitiu o surgimento de uma classe de filósofos, e eles nos transmitiram outra forma de herança, a saber, a lógica ou o pensamento rigoroso, que teve um impacto tremendo no desenvolvimento humano. Mas quando se trata de melhorar as ferramentas existentes que são usadas na produção, elas eram de fato muito improdutivas.

Deixe-me dar alguns outros exemplos que mostrarão como certas ideologias podem impedir que a riqueza seja acumulada nas sociedades. Existem religiões, por exemplo, que prescrevem que sempre que o dono

---

[16] Carroll Quigley, *The Evolution of Civilizations*, 2ª ed. (Indianapolis, IN: Liberty Fund, 1979), p. 134.

de uma casa morre, ele deve ser enterrado com todos os seus bens. Esta parece ser, logo de cara, uma atitude muito estúpida, pelo menos no que diz respeito a fazer algum progresso; cada geração destruiria tudo o que eles acumularam durante aquela geração.

Ou imagine sociedades dominadas por sentimentos de inveja. Existem inúmeros exemplos disso que você pode encontrar, por exemplo, no famoso livro *Envy* do sociólogo alemão Helmut Schoeck. E você também encontra muitos exemplos, alguns deles retirados do livro de Schoeck, no livro de Rothbard *Igualitarismo como uma Revolta contra a Natureza*. Mais uma vez, quero apenas citar um exemplo de sociedade como esta, de Herbert Spencer. Spencer escreve,

> [Existem relatos sobre os chefes entre os abipones, dos Dakotas:] O cacique não tem nada em seus braços ou em suas roupas que o diferencie de um homem comum, exceto a peculiar velhice e mesquinhez deles. Pois, se ele aparecer nas ruas com roupas novas e bonitas, a primeira pessoa que encontrar gritará corajosamente: "Dê-me esse vestido" e a menos que ele imediatamente se desfaça dele, ele se torna o escárnio e o desprezo de todos e ouve-se ser chamado de avarento.[17]

Obviamente, uma sociedade como esta provavelmente não irá acumular muito em termos de riqueza. Ou então, existem sociedades onde assim que o grande chefe acumular uma certa quantidade de alimentos ou outros bens, ele é obrigado a dar uma grande festa para toda a tribo e nesta grande festa, todos os recursos que foram acumulados serão consumidos. Ou seja, um processo contínuo de acumulação de capital simplesmente não ocorre em sociedades como esta. Agora, pode-se presumir com segurança que esses tipos de exemplos que dou, obviamente não são exemplos de sociedades que esperaríamos que resistissem ao teste do tempo, durassem muito, mas que ao invés disso, seriam substituídas por outras sociedades que têm atitudes diferentes, e seriam derrotadas na forma de guerra ou simplesmente seriam

---

[17] Herbert Spencer, *Principles of Sociology*, 2ª ed. (Nova York: D. Appleton Co., 1916), p. 557.

deslocadas. Ou seja, basta fazê-las sair ou empurrá-las para fora dos territórios que habitam para territórios menos habitáveis, e então elas finalmente morrem.

O que quero fazer agora é um levantamento das principais religiões e suas atitudes em relação ao trabalho, à invenção e à acumulação de capital. Não estou interessado na parte puramente teológica dessas religiões, apenas naquelas partes das religiões que têm repercussões na conduta do dia-a-dia que se espera que as pessoas sigam.

Vou começar com uma das religiões que é comparativamente ruim, quando se trata de acumulação de capital, inventividade e assim por diante, que é o hinduísmo. O hinduísmo é caracterizado, no que diz respeito às suas doutrinas econômicas, primeiro por tabus explícitos contra o uso de certos recursos. Como todos vocês sabem, por exemplo, vacas não podem ser usadas e existem outros tabus que simplesmente tornam impossível que recursos que poderiam ter sido destinados a algum emprego útil sejam usados dessa forma. Além disso, o hinduísmo é uma religião caracterizada por estritos tabus de associação. Ou seja, certos grupos de pessoas não podem se associar a certos outros tipos de pessoas, e você imediatamente reconhece que isso é, naturalmente, um grande obstáculo quando se trata do desenvolvimento da divisão do trabalho. O que se esperaria de tal sociedade, uma sociedade de castas impedidas de ter qualquer contato sistemático umas com as outras, é que haja algum tipo de petrificação dos modos de produção. Cada casta adere às suas próprias técnicas e tarefas que lhe são atribuídas, e não há intercâmbio de ideias; não existe qualquer tipo de mobilidade social e isso, obviamente, tem repercussões negativas no que diz respeito ao potencial de crescimento econômico. Além disso, o hinduísmo exige obediência estrita às regras da casta e possui obstáculos severos no caminho de qualquer progresso econômico. Existe a promessa de reencarnação nas classes mais altas, o que leva as classes mais baixas a não se rebelarem contra o sistema de castas existente, porque rebelar-se contra o sistema de castas existente impedirá você de reencarnar em uma casta superior em uma vida futura.

Há também – e isso tem a ver com tabus relativos a certos objetos – o problema de que não há uma distinção nítida na classificação das

criaturas na Terra. Lembre-se, por exemplo, no Cristianismo, em *Gênesis*, aprendemos que o homem é a mais elevada de todas as criaturas e que ele tem domínio sobre o resto do mundo. Por outro lado, se você tem uma religião que não vê necessariamente a humanidade como o desenvolvimento mais elevado, com domínio sobre os animais, mas que existem diferenças graduais entre o reino animal e o reino humano, então, novamente, isso é algo que dificulta o potencial de crescimento econômico. Leva também ao vegetarianismo generalizado, e vegetarianismo generalizado, apesar do fato de que há algumas pessoas que o propagam até mesmo em nossas sociedades, certamente não é um estilo de vida que o energiza e torna uma pessoa empreendedora, se você apenas comer grãos.

O hinduísmo também permite o sacrifício humano, o que indica ainda que o status dos humanos não está acima de todos os outros. E estimula orgias, ou seja, atividades que apresentam alto grau de preferência temporal, de divertir-se agora mesmo, um total exagero, não se disciplinar durante essas experiências orgiásticas. Por outro lado, também enfatizam a pompa, que é a exibição de riquezas, e não fazem o que veremos mais adiante, principalmente nas religiões puritanas, ou seja, você não vive uma vida pomposa; você é humilde e investe, mas não mostra para todos como você está bem de vida. E, em geral, é uma religião que incentiva a submissão – submissão de certos grupos vis-à-vis outros grupos. Portanto, se classificarmos várias religiões, podemos dizer desde o início que o hinduísmo, contanto que as pessoas realmente o sigam, não é exatamente uma religião que possui muitas perspectivas econômicas. E de certa forma, olhando para a Índia, podemos ver que isso é corroborado pelos fatos. Além disso, a Índia também adotou outro sistema, a democracia de massa, o que contribui para sua falta de perspectiva econômica, mas este é um desenvolvimento moderno. A Índia tradicional, é claro, não era, de forma alguma, democrática.

Tomemos então outra religião oriental, o budismo. E, em menor grau, o que se aplica ao budismo também se aplica ao taoísmo. O budismo começou de certa forma como um movimento de reforma do hinduísmo, mas essencialmente desapareceu da própria Índia e, em vez disso, ganhou influência no sudeste da Ásia, fora do subcontinente indiano. A visão

budista da vida é que a sabedoria suprema consiste no desapego da vida, da vida terrena e mundana. Ela vê a vida como dolorosa e considera um estilo de vida ascético como um meio de eliminar ou reduzir a dor que vem da vida normal. Portanto, ele defende uma vida de meditação ascética. Novamente, deve ficar perfeitamente claro que o fato de as pessoas se afastarem do mundo não encoraja o tipo de atitude que consideramos normal. O objetivo da religião budista é o Nirvana, e o Nirvana é um estado de coisas que traz a eliminação de todos os desejos. Agora, é claro, se você tentar eliminar todos os seus desejos humanos, então haverá pouca necessidade de se envolver em atividades produtivas, que são aquelas atividades que consideramos necessárias para reduzir nossos desconfortos. A essência e o propósito da vida para o budista e também para o taoísta, até certo ponto, não é a realização individual e, especialmente, não é a realização individual nesta vida. A vida que qualquer um está vivendo agora é apenas uma entre milhares de vidas. Portanto, há muito pouca ênfase na felicidade pessoal ou na realização individual. O taoísmo ensina a serena aceitação e humildade e gentileza e passividade e compreensão da aceitação de tudo o que acontece, ao invés da realização individual e avanço individual. Mais uma vez, a evidência empírica confirma isso claramente, que as sociedades budistas devotadas não são exatamente sociedades altamente desenvolvidas.

Deixe-me passar para a próxima religião importante, o Islã. O Islã também não incentiva de forma alguma a autonomia individual. Na verdade, a tradução da palavra "Islã" é "submissão". E o que ouvimos frequentemente dos proponentes do Islã, é que eles apontam para essa época de ouro do Islã durante o tempo em que ocuparam a Espanha, durante a qual resgataram algumas das conquistas que foram geradas pela cultura grega clássica e as transmitiram para Cristandade. Mas esta assim chamada idade de ouro é mais uma exceção, um acaso no Islã, do que típica da religião islâmica. Os principais proponentes dessa época, os principais intelectuais islâmicos dessa época, eram em geral intelectuais que haviam rompido com o islamismo ortodoxo e eram vistos com a maior suspeita pela comunidade islâmica de sua época. Portanto, foi apenas rompendo com as crenças islâmicas ortodoxas que esse tipo de conquista se tornou possível. A religião islâmica é muito familiar, ou seja, orientada

para a família e rigidamente estruturada hierarquicamente (não muito diferente das sociedades chinesas, às quais irei abordar daqui a pouco). Mais uma vez, a estrutura hierárquica pode ser vista em particular nas relações entre os homens e mulheres; as mulheres são claramente membros da sociedade com significativamente menos direitos do que os homens.

No Islã, a ciência e a razão não são reconhecidas como no Cristianismo, como um presente de Deus. Elas não são consideradas valiosas em si mesmas, como são, por exemplo, no tomismo, isto é, em certos ramos do cristianismo. Em vez disso, o Islã vê a vida na Terra como algo que não tem um propósito inerente ou interno, mas é principalmente uma preparação para a vida eterna que virá depois. Nesse sentido, o Islã não é muito diferente do Cristianismo primitivo, que também tinha uma crença semelhante de que a vida na Terra era de importância relativamente menor e o principal objetivo dela era apenas a preparação para a vida após a morte. É claro que isso não é característico do cristianismo posterior, mas nos primeiros estágios do cristianismo esse tipo de atitude prevaleceu. Na visão do Islã, Deus, após a criação do mundo, realmente não se retira. A visão cristã é que Deus cria um mundo e então permite que as coisas aconteçam, então a humanidade fica por conta própria. Agora, eles têm que provar a si mesmos. Do ponto de vista do Islã, Deus permanece continuamente envolvido nos assuntos mundanos. Mas se Deus permanece continuamente envolvido nos assuntos terrenos, isso faz com que a busca por leis universais e eternas sejam algum tipo de comportamento pecaminoso, quase blasfemo. Se você acha que Deus se retira e deixa o mundo funcionar da maneira que ele o organizou, então, é claro, faz sentido tentar descobrir quais são as leis do mundo, mas se Deus permanecer envolvido nos assuntos terrenos, então, de certa forma, não faz sentido nem mesmo olhar para regularidades universais. Na verdade, estipular que existem regularidades universais é uma espécie de insulto à crença de que Deus permanece continuamente envolvido nos assuntos terrenos. Então, isso é considerado uma atividade um tanto vã e seria quase negar a onipotência de Deus.

O que deve estar perfeitamente claro desde o início é que se, e na medida em que, essas crenças são as crenças da esmagadora maioria das

pessoas, então você deve esperar pouco em termos de realizações científicas e acadêmicas provenientes de tais sociedades. As conquistas advindas dessas sociedades, como mencionei, são em sua maioria produzidas por indivíduos que, de alguma forma, romperam com os princípios básicos da religião. Sobre este assunto, deixe-me citar um antropólogo alemão que escreve sobre essa característica do Islã. Seu nome é von Grünebaum, e ele diz que o Islã nunca foi capaz de aceitar que a pesquisa científica é um meio de glorificar a Deus.

> As realizações das ciências matemáticas e médicas islâmicas que continuam a atrair nossa admiração foram desenvolvidas em áreas e em períodos em que as elites estavam dispostas a ir além e possivelmente contra as tensões básicas do pensamento e sentimento ortodoxo. Pois as ciências nunca lançaram a suspeita de estar no limite dos ímpios ... É por isso que a busca das ciências naturais, como a da filosofia, tendeu a se localizar em círculos relativamente pequenos e esotéricos e porque poucos de seus representantes escapariam de uma inquietação ocasional... que não raramente resultava em algum tipo de pedido de desculpas por seu próprio trabalho.[18]

Agora, depois do Islã, também não exatamente favorável ao desenvolvimento econômico e novamente, algo que é corroborado pelos fatos, chegamos agora ao confucionismo. E o confucionismo, temos que admitir logo de cara, é muito mais adequado para o crescimento econômico; tem uma atitude muito mais positiva em relação à ciência e à investigação e é, de certa forma, um caso muito interessante. Lembre-se de que até 1500 ou mais, a China era claramente a região mais desenvolvida do globo. O confucionismo é totalmente realista em sua perspectiva e é totalmente deste mundo. Não tem conceito antropomórfico de um deus. Fala de céus, mas os céus são algum tipo de coisa impessoal. Não tem nada a ver com o que imaginamos que Deus seja, que possui, é

---

[18] G. E. von Grünebaum, *Islam: Essays in the Nature and Growth of a Cultural Tradition* (1955; Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2010).

claro, algum tipo de imagem masculina. Na verdade, eles não têm um conceito de divindade. Eles também não têm promessa de vida após a morte. Isso pode ser uma vantagem ou pode ser uma desvantagem: isso depende de certa forma de como as outras religiões retratam a vida após a morte. Mas, em qualquer caso, nenhuma promessa de vida após a morte é dada. A atitude inteiramente realista e racionalista do confucionismo também se reflete no fato de que não existem milagres para eles, em contraste com o cristianismo, onde admitimos a existência de eventos miraculosos. Eventos milagrosos não existem para os confucionistas. Ou seja, tudo pode ser explicado racionalmente. E, consequentemente, também não existe tal coisa como um santo. O próprio Confúcio não é um deus, nem um profeta. Confúcio é apenas um líder, um professor. Por causa disso, algumas pessoas têm até mesmo duvidado se é apropriado se referir ao confucionismo como uma religião. Ou seja, sem um deus, sem um profeta, podemos legitimamente nos referir a isso como uma religião? Deixe-me, neste momento, fazer uma citação de Stanislav Andreski sobre o confucionismo. Stanislav Andreski é um sociólogo polonês que deu aula a maior parte de sua vida na Inglaterra e é um dos poucos sociólogos que não é esquerdista. Existem alguns outros como Robert Nisbet e Helmut Schoeck. Como eu disse, Stanislav Andreski é muito interessante.[19] Ele escreve sobre o confucionismo,

Se quisermos classificar as religiões de acordo com sua compatibilidade com as descobertas da ciência, devemos colocar o confucionismo disparado em primeiro lugar. Na verdade, sua perspectiva racionalista e mundana levou alguns estudiosos a negar que seja uma religião. Não obstante, é certamente uma religião no sentido etimológico (que deriva da palavra latina "ligar") porque, sem dúvida, constituiu um vínculo que uniu muitos milhões durante dois milênios. No entanto, se incluirmos um conceito antropomórfico de divindade e uma promessa de vida após a morte como características essenciais de uma religião, então

---

[19] Recomendei o sociólogo Stanislav Andreski. Além de seus livros gerais, quero mencionar um em particular, que também é um livro hilário. É chamado de *Social Sciences as Sorcery [Ciências Sociais como Feitiçaria]*. Zomba da profissão de sociologia em geral. Se você ainda não leu esse livro, eu o recomendo fortemente. É algo que você deve ler tarde da noite, antes de ir para a cama, e você vai rir até dormir. É um livro maravilhoso e é tudo que você precisa saber sobre sociologia.

temos que concluir que o confucionismo não era uma religião porque para os confucionistas, a entidade suprema são os céus – uma força invisível e impessoal em vez de um deus personalizado modelado na imagem de um déspota terrestre como nas religiões nascidas no Oriente Próximo.

> Quando questionado sobre o que acontece após a morte, Confúcio respondeu: "Se você não sabe o suficiente sobre os vivos, como pode saber sobre os mortos?" Ele nunca reivindicou, nem foi atribuído postumamente por seus seguidores, quaisquer poderes que pudessem ser chamados de sobrenaturais ou mágicos. Os confucionistas não esperam milagres, não têm santos e reverenciam seu fundador não como uma divindade, mas como um grande mestre.[20]

Portanto, podemos dizer que o confucionismo é certamente uma visão de mundo claramente compatível com o capitalismo. Tem uma ênfase muito forte na piedade filial, na solidariedade familiar, e isso pode ter algum tipo de efeito negativo quando se trata da inventividade individual com relação à quebra de tradições existentes, mas em princípio, é claro, a piedade filial e o familiarismo são algo que seja incompatível com o capitalismo. Mais uma vez, deixe-me, quanto a essa falta de espírito inovador que você pode encontrar entre os confucionistas, apresentar uma citação de Charles Murray, de seu livro *Human Accomplishment: The Pursuit of Excellence*, que penso captar muito bem essa ideia. Ele diz,

> No cerne da ética confucionista estava a qualidade chamada *ren*, a virtude suprema do homem – uma qualidade que combina elementos de bondade, benevolência e amor. Essa ética era mais essencial para aqueles com mais poder. “Aquele que é magnânimo vence a multidão”, ensinou Confúcio. “Aquele que é diligente atinge seu objetivo, e aquele que é bondoso pode obter o serviço do povo.”

[20] Stanislav Andreski, *Insights and Errors de Max Weber* (1984; Londres: Routledge, 2006), cap. 5, seg. 3.

> Na verdade, para ser um cavalheiro – outro conceito-chave no pensamento confucionista – era necessário, acima de tudo, incorporar o ren. E para que não se pensasse que um cavalheiro poderia sobreviver dizendo os chavões adequados, Confúcio acrescentou: "O cavalheiro primeiro pratica o que prega e depois prega o que pratica".[21]

Agora, as crianças chinesas e japonesas também, em certa medida, por causa dessa forte orientação familiar, devem tomar suas decisões de vida sempre levando em consideração, primeiro, os desejos e o bem-estar de seus pais, depois de sua família extendida, e finalmente de sua comunidade. Há uma falta de incentivo para alcançar a própria realização, não importa o que aconteça, algo que você encontra em uma extensão muito maior, é claro, na tradição ocidental. Além disso, há grande ênfase na aprendizagem entre os chineses; A China é um sistema meritocrático, onde pessoas de todas as esferas da vida, de todas as classes, podem, por meio de algum tipo de sistema de exames, alcançar os níveis mais elevados da sociedade. Ou seja, é uma sociedade que, de certa forma, seleciona por QIs elevados e, portanto, também tende a vincular a população aos poderes terrenos. É porque todos podem subir e há um sistema meritocrático que faz parecer justo quem sobe e quem não sobe, mesmo as camadas mais baixas da sociedade se consolam de alguma forma em conviver com esse sistema.

O que deve ser dito como uma das explicações para por que a China, apesar de tudo, não foi capaz de competir em última instância com o Ocidente, foi a conexão que existiu entre o confucionismo e as burocracias estatais desde o início. Ou seja, você tinha, como vocês verão que não temos no Ocidente, uma identidade imediata ou mais ou menos direta entre os governantes terrenos (o imperador chinês) e as hierarquias superiores da doutrina confucionista, do Teologia confucionista, por falta de palavra melhor. Assim, o confucionismo vinculou suas forças desde o início ao Estado e, por causa disso, a relutância inerente em inventar e inovar foi ainda mais fortalecida.

---

[21] Charles Murray, *Realização Humana: A Busca da Excelência nas Artes e Ciências, 800 a.C. a 1950* (New York: HarperCollins, 2003), pp. 41–42.

Novamente, eu aponto isso. Esta combinação de confucionismo com o estado levou a uma certa quantidade de pensamento acrítico, isto é, o que sabemos no Ocidente e o que aprendemos no Ocidente em particular, com os gregos, para apresentar um argumento e então um contra-argumento e então outro contra-argumento e tentar decifrar o que é certo e o que é errado, tentar refutar um ao outro em um jogo interminável de idas e vindas, isso é algo que raramente se encontra entre os chineses. Devo dizer que, com base em minha experiência pessoal (porque temos muitos alunos orientais em Nevada), posso até detectar isso entre meus alunos sempre que se trata de escrever ensaios críticos. Eles são sempre extremamente bons quando fazem equações matemáticas e de múltipla escolha, eles se lembram de tudo, eles sempre se classificam no topo da classe. Mas quando se trata de escrever ensaios como aprendemos na escola, você tem a tese e, em seguida, apresenta os contra-argumentos e, em seguida, precisa filtrar quais argumentos são mais fortes e quais são mais fracos e, possivelmente, sintetizar esse tipo de coisa de alguma forma, eles mostram uma fraqueza significativa neste quesito. Outro indicador para isso – novamente, isso é um pouco especulativo – é que enquanto você encontra uma super-representação maciça dos orientais em campos como matemática, física, engenharia e assim por diante, eles estão significativamente sub-representados nas faculdades de direito. E nas faculdades de direito é precisamente onde está esse tipo de argumentação ao estilo grego, que todos nós no Ocidente aprendemos desde o ensino fundamental. Mas, onde esse estilo grego de argumentação tem uma demanda particularmente alta, eles são sub-representados, em comparação com outros campos onde estão claramente sobrerrepresentados. Novamente, uma breve citação de Charles Murray sobre esta observação. Ele fala sobre o Leste Asiático,

> Nas ciências, a desaprovação da disputa aberta afetou a capacidade da ciência do Leste Asiático de construir um edifício de conhecimento cumulativo ... [A] história da ciência chinesa é episódica, com a ocasional descoberta acadêmica brilhante, mas sem darem sequência. O progresso da ciência no Ocidente tem sido fomentado por argumentos

> competitivos entusiásticos, incessantes, nos quais o objetivo é sair por cima. O Leste Asiático não tinha os recursos culturais para apoiar argumentos competitivos entusiásticos, ininterruptos. Mesmo no Japão de hoje, um século e meio depois que a nação começou a se ocidentalizar, é comum observar que os feitos tecnológicos do Japão superam em muito suas parcas descobertas originais. Uma explicação pronta para essa discrepância é a diferença entre o progresso que pode ser feito consensualmente e hierarquicamente contra o progresso que requer indivíduos que insistem que apenas eles estão certos.[22]

E é claro que você pode dizer que no Ocidente há muitas pessoas que pensam que estão certas, que ninguém mais está certo.

Agora, do Confucionismo, iremos para o Judaísmo. Desde o início, teremos que dizer que o Judaísmo sempre foi um grupo de pessoas muito pequeno e disperso e, como tal, teve de certa forma muito pouca influência no mundo moderno. Além disso, por se tratar de uma religião não proselitista, ou seja, que não procuram fazer missões e convencer outras pessoas a se converterem à sua religião, sempre foram um grupo pequeno, disperso em muitos lugares, com influência relativamente limitada. Existem algumas pessoas, como o socialista alemão Werner Sombart, um dos oponentes de Ludwig von Mises, um dos chamados socialistas Katheder, que propôs a tese de que os judeus foram os inventores do capitalismo moderno, mas esta tese é claramente falsa, pelo seguinte motivo. Sim, é verdade, por exemplo, que Holanda, Veneza e uma cidade como Frankfurt floresceram após o influxo de judeus nesses lugares, e também é verdade que após a expulsão dos judeus da Espanha, a Espanha declinou, mas isso não mostra necessariamente qualquer relação causal. Existem também exemplos contrários. Por exemplo, na Grã-Bretanha, o capitalismo industrial surgiu precisamente durante o

[22] Ibid., Pp. 398–99.

período depois que os judeus foram expulsos da Inglaterra e antes de serem readmitidos na Inglaterra, o que mostra que sua presença não era de forma alguma necessária para desenvolver as instituições capitalistas.

E existem outros indicadores que vão em uma direção diferente. Por exemplo, onde quer que você tenha um grande número de judeus na população, isto é, onde quer que os judeus não sejam uma minúscula minoria cercada por uma cultura diferente, como era o caso, por exemplo, na Europa Oriental, lá, o desenvolvimento econômico era sempre negativo. Ou seja, ali a presença judaica andava de mãos dadas com a pobreza abjeta. Os judeus eram mais numerosos nos países atrasados como Polônia e Rússia do que nos países avançados, Alemanha, França e Inglaterra.

Quando eles começam a fazer contribuições importantes para a ciência, é claro, ninguém duvida disso. Isso ocorre apenas quando são pequenas minorias em contato com as culturas dominantes ao seu redor. Por exemplo, no Oriente Médio, na Espanha, durante a chamada era de ouro do domínio árabe e, em particular, após a emancipação dos judeus pelos cristãos a partir do final do século XVIII. Devo enfatizar que a emancipação dos judeus é uma conquista cristã. Os judeus foram emancipados de seu próprio governo e não por si próprios, mas por forças externas, pelos cristãos, não estando mais dispostos, por assim dizer, a oprimi-los e tratá-los como eram tratados pelos seus. Portanto, antes do ano 1800, você vê comparativamente pouco em termos de realizações vindas dos judeus, e as realizações que você vê são tipicamente de pessoas que romperam com sua religião.

O Judaísmo Ortodoxo Tradicional requer, novamente, uma subordinação rígida à sua família e à sua comunidade, não muito diferente do que você encontra nas sociedades islâmicas. Nos chamados guetos, existia a autoadministração dos judeus, e essa autoadministração era frequentemente dada a eles pelo governante externo em troca de pagar ao governante externo parte das multas que os rabinos impunham internamente a sua própria comunidade. Os judeus que viviam em guetos tinham algo a ver com o fato de que alguns de seus tabus envolviam que eles tinham que viver muito perto da sinagoga e não podiam trabalhar durante certos períodos do dia, então eles tinham que estar próximos de

certos lugares. Eles não poderiam viver amplamente separados uns dos outros, pelo menos se você fosse um judeu ortodoxo.

Na Espanha, por exemplo, era exatamente esse o arranjo. Você consegue autoadministração em seu gueto; você pode impor qualquer tipo de multa, qualquer tipo de punição que a Lei Rabínica permite que seja imposta a outros judeus, mas uma certa porcentagem do dinheiro arrecadado você tem que dar ao rei espanhol. Assim, um acordo mutuamente benéfico foi encontrado e estabelecido entre o governante espanhol, por um lado, e os rabinos encarregados dos guetos judeus. Agora, a vida nos guetos estava quase completamente sob controle rabínico, não muito diferente do controle que os aiatolás islâmicos exercem sobre sua população. Ganhar dinheiro era permitido. Ganhar dinheiro fora dos guetos era permitido, mas apenas para apoiar os estudos talmúdicos. E para isso, os judeus se tornaram as ferramentas dos governantes, frequentemente na repressão da população nativas. Esse foi, em particular, o caso em lugares como a Polônia e a Rússia. Judeus trabalhando fora do gueto eram usados pelos governantes como cobradores de impostos vis-à-vis as populações polonesa e russa. Os judeus foram autorizados a fazer isso porque ... Max Weber se refere a eles como tendo uma dupla ética. Ou seja, eles tinham regras que se aplicavam a eles internamente que eram diferentes das regras que se aplicavam a eles externamente. Para lhe dar apenas um exemplo: enquanto os cristãos, por muito tempo, proibiram a cobrança de juros, os judeus também proibiram a cobrança de juros exceto dos cristãos. Não era permitido cobrar juros de outros judeus, mas era permitido cobrar juros de cristãos, o que, é claro, os tornava particularmente adequados para certos tipos de profissões, como agiotas.

Nos guetos – vou lhes apresentar algumas citações sobre isso em um segundo – a leitura de livros em línguas modernas era completamente proibida. Não era permitido escrever, mesmo em hebraico, a menos que fosse explicitamente permitido pelos rabinos. Hoje em dia, estamos acostumados com o fato de que os judeus são pessoas particularmente engraçadas. Basta pensar em Woody Allen ou Murray Rothbard. Mas o humor era considerado tabu nos guetos. Havia uma aplicação rigorosa dos tabus alimentares e sexuais. A educação preocupava-se

exclusivamente com o Talmud e os escritos místicos. Nenhuma matemática foi ensinada, nenhuma ciência, nenhuma história, nenhuma geografia. Todas as violações foram severamente punidas, podendo chegar a ser açoitados até a morte. E, como eu disse a respeito da libertação dos judeus, a partir daí vemos que as conquistas dramáticas de que foram capazes foi essencialmente uma conquista cristã, devido ao apego aos valores puritanos do Antigo Testamento, que também fazia parte da tradição do Judaísmo. Assim que foram emancipados, combinem isso com a atitude puritana que tinham, eles então se tornaram de fato empresários de enorme sucesso, tão bem-sucedidos quanto qualquer outro grupo. Quero ler uma pequena citação sobre essa atmosfera nos guetos judeus.

> [Antes da emancipação] não havia comédias judaicas, assim como não havia comédias em Esparta, e por razões semelhantes. Ou considere o amor pelo aprendizado. Exceto para o ensino puramente religioso, que estava ele mesmo em um estado degradado e degenerado. Os judeus da Europa (e em menor medida também dos países árabes) eram dominados por um desprezo supremo e ódio por todo o saber (exceto o Talmud e o misticismo judaico). Grande parte do Antigo Testamento, toda poesia hebraica não litúrgica, a maioria dos livros de filosofia judaica não eram lidos e seus próprios nomes eram frequentemente anatematizados. O estudo de todas as línguas era estritamente proibido, assim como o estudo da matemática e das ciências. Geografia, história, até mesmo a história judaica, eram completamente desconhecidas. Nada foi tão proibido, temido e, portanto, perseguido, quanto a mais modesta inovação ou a mais inocente crítica.
>
> Era um mundo afundado na mais abjeta superstição, fanatismo e ignorância, um mundo em que o prefácio à primeira obra de geografia em

hebraico, publicada em 1803 na Rússia, podia reclamar que muitos grandes rabinos negavam a existência do continente americano e dizendo que isto é "impossível".

A contribuição judaica começa após a emancipação dos judeus, basicamente de fora. Antes disso, eles não desempenham um papel dominante no desenvolvimento do capitalismo, mas podem realmente ser considerados como um obstáculo a esse desenvolvimento.

Agora chego ao Cristianismo. Enquanto a civilização ocidental acabou superando todas as outras civilizações, é preciso admitir que isso não era nada óbvio no início. O Cristianismo primitivo não era individualista, mas estava absorvido na comunidade coletiva, à qual a pessoa estava rigidamente subordinada. Novamente, não muito diferente do Islã, a vida terrena era considerada uma mera preparação para a vida após a morte, e durante o primeiro milênio de influência exercida pelo Cristianismo, deve-se admitir que o Cristianismo conduziu a uma regressão no conhecimento científico e na divisão do trabalho. Lembre-se, vimos isso em uma palestra anterior, quando examinamos os números da população de 200 ou 300 DC até cerca do ano 1000; na verdade, está ocorrendo um retrocesso – a população não aumenta em absoluto e nada em termos de realizações científicas, acadêmicas ou tecnológicas é realizado durante esse período. Portanto, o que temos a dizer é que o que descrevemos como uma perspectiva cristã ocidental se desenvolveu apenas gradualmente, especialmente por meio da incorporação das ideias aristotélicas gregas, culminando em Tomás de Aquino.

Com Tomás de Aquino, desenvolveu-se a visão cristã moderna. Deixe-me agora descrever essa visão cristã moderna que acabou sendo, obviamente, muito bem-sucedida em termos das contribuições que fizeram à ciência e ao desenvolvimento econômico. Nesta visão de mundo cristã moderna, o mundo é visto basicamente como bom e o maior bem está no futuro. Os mundos material e espiritual são vistos como uma unidade. Lembre-se, no budismo, por exemplo, é sugerido em algum lugar que a vida espiritual se separe da carne. No Cristianismo, espírito e corpo formam uma unidade, e a salvação também envolve o corpo e a alma. Não existe alma sem corpo e somente pela realização de ações corporais a alma

pode ser salva. O homem, como mencionei antes, na visão de mundo cristã, é considerado o ponto alto da criação. O homem recebe domínio sobre o mundo; ele está claramente separado e está acima do reino animal. Para os cristãos, não existe uma idade de ouro que ficou no passado. Muito pelo contrário, o progresso é possível e o futuro guarda promessas para os cristãos. O mundo e a verdade são conhecíveis, porque Deus se retirou e podemos descobrir as leis eternas. A sabedoria vem como consequência do esforço; não existe automaticamente, mas requer realizações e esforços por parte do homem e leva tempo para se desenvolver.

O mundo social é hierárquico, até certo ponto. Existe Deus e o papa, e depois os cardeais, os bispos e os sacerdotes, e no reino terreno, existe um rei, o lorde, o pai, a mãe e o filho. Não existe uma ridícula "igualdade". A igreja cristã é antidemocrática, pelo menos a Igreja Católica é antidemocrática, mas também é individualista, no sentido de que todos são criados por Deus e todos são capazes de salvação, cuja atitude ou perspectiva, é claro, é a principal responsável pelo fato que foi apenas no Cristianismo que gradualmente se livrou da instituição da escravidão. Inicialmente, é claro, no antigo cristianismo, a escravidão também existia, e não há uma proibição clara contra ela, mas com base nessa visão de que todos são criaturas de Deus e capazes de salvação e na atitude de que os cristãos eram uma religião missionária, tentando converter as pessoas, gradualmente se tornou a visão dominante de que a escravidão é incompatível com as atitudes cristãs. Não foi por acaso que foram alguns padres espanhóis que, após a ocupação e conquista da América do Sul, foram responsáveis, não com sucesso imediato, obviamente, mas ao longo do tempo, com algum sucesso, por dar origem ao parecer de que afinal, os índios também são seres humanos e não criaturas selvagens que deveriam automaticamente ser objetos de escravidão.

Além disso, o cristianismo é social e cooperativo e vê o progresso que é possível como resultado de um esforço cooperativo. Portanto, é a cooperação entre as pessoas que nos aproxima da verdade. E farei apenas uma observação sobre o catolicismo e, em seguida, farei uma comparação entre o protestantismo e o catolicismo. Há, é claro, uma vertente do cristianismo que deve ser considerada com certo grau de suspeita quando

se trata da questão de quão adequado é permitir o desenvolvimento do capitalismo e a acumulação de capital. Essa seria a visão paulina extrema de que se deve amar a *todos* como se ama a si mesmo, em vez de considerar que se deve amar o *próximo* como se ama a si mesmo. É possível amar o próximo, mas se o próximo engloba, por assim dizer, o mundo inteiro e você deve ser caridoso para com o mundo inteiro, então isso seria, obviamente, o principal obstáculo no caminho da acumulação de capital. Mas, no entanto, esta não é a visão dominante, de acordo com o meu entendimento.

Agora vamos à famosa tese de Max Weber, com a qual todos vocês estão familiarizados. Max Weber, é claro, explica a ascensão do capitalismo com o desenvolvimento de religiões puritanas. E, como veremos, há alguma verdade básica nesta tese, com algumas ressalvas. Bem, o capitalismo como o conhecemos, é claro, nasceu na Itália e a Itália é católica, o que mostra claramente que o catolicismo é definitivamente compatível com o capitalismo. Na verdade, a igreja romana era uma grande instituição bancária, ou seja, se representava como uma instituição capitalista. E os primeiros grandes centros do capitalismo foram Florença e Veneza, mais uma vez, lugares católicos. E, além disso, pode-se dizer que, como uma questão de teologia, o catolicismo é, obviamente, muito mais entusiasta da existência humana e da autonomia humana e da razão humana e do intelecto humano do que, digamos, o luteranismo e o calvinismo. O luteranismo e o calvinismo são doutrinas anti-intelectuais, até certo ponto. Para o tomista, fé e intelecto podem de alguma forma ser reconciliados e combinados. Para luteranos e calvinistas, existe uma separação estrita entre os dois, e eles enfatizam muito mais a importância da fé, da fé cega, do que enfatizam a razão.

Por outro lado, na religião católica, você tem, é claro, uma ênfase maior no gozo da vida e você tem, relativamente falando, um certo desprezo pelas coisas materiais, que, em relação à palestra anterior, indicaria que os católicos tendem a ter um grau ligeiramente mais alto de preferência temporal. E, novamente, ao olhar para o mundo presente, você pode de alguma forma ver que isso é verdade. Quer dizer, *la dolce vita* – a vida boa ou a doce – é algo típico dos países do sul, da Itália e da Espanha. *La dolce vita* na Alemanha do século XIX era mais ou menos

inédita. Nesse ínterim, é claro, todos vivemos em uma espécie de era secular, então os alemães também praticam a *dolce vita*. Mas, novamente, falando sobre a época de algumas centenas de anos atrás quando o capitalismo se desenvolveu, é bastante claro que havia mais, como diria Murray Rothbard, atitude de afirmação da vida entre os católicos, do que entre os protestantes para quem a vida era que não era agradável, para dizer o mínimo.

No século XX, não tenho certeza se isso ainda é assim, mas parece que todo mundo se diverte o tempo todo, mas nos velhos tempos, acho que os católicos definitivamente se divertiam mais porque seus pecados podiam ser facilmente perdoados, enquanto os protestantes ficam com seus pecados para sempre. Eles nunca se livram deles. Na verdade, a propriedade privada, até 1891, quando o Papa Leão XIII a declarou como um bem, a propriedade privada tinha, antes, sido vista pelos católicos, como uma concessão lamentável, embora inevitável à fraqueza da natureza humana. Eles não se opuseram a ela, mas pensaram que tinha algo a ver com a fraqueza humana e que era preciso, lamentavelmente, aceitar esta instituição. Só relativamente tarde, com Leão XIII, como afirmação positiva, a propriedade privada foi vista como algo bom.

No entanto, apesar dessa atitude mais racionalista entre os católicos, em comparação com a atitude de fé cega encontrada entre os protestantes, Weber parece estar fundamentalmente certo da seguinte maneira. Em populações mistas, como na França ou Alemanha, onde grande parte da população é católica e grande parte é protestante, e a Alemanha é quase meio a meio, encontramos uma significativa super-representação de protestantes entre os capitalistas e, em geral, podemos dizer que, é claro, o capitalismo foi desenvolvido e teve mais sucesso no norte da Europa e também nos Estados Unidos, do que no sul da Europa. E, é claro, o norte da Europa é predominantemente protestante. Isso não pode ser explicado com a questão dos juros. Ou seja, os protestantes tinham menos dificuldade em cobrar juros do que os católicos, mas, na doutrina católica, a proibição dos juros havia sido, em geral, minada completamente na época. Portanto, essa provavelmente não é a explicação para o maior sucesso, no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, dos lugares protestantes.

Certamente, a doutrina da predestinação nada tem a ver com o maior sucesso das religiões protestantes. No mínimo, se as pessoas tivessem levado a sério a doutrina da predestinação, teriam caído em algum tipo de fatalismo letárgico oriental. Afinal, se tudo está predestinado, por que devo fazer alguma coisa? Portanto, o que podemos inferir disso é que a doutrina da predestinação, embora existisse nos livros, nunca foi realmente levada a sério por ninguém. O que é a explicação mais provável para a maior quantidade de acumulação de capital e sucesso e assim por diante, da religião protestante é simplesmente sua visão puritana, que envolve a ideia de que você trabalha sem prazer. O trabalho é o único caminho para a riqueza. As riquezas ou bens que você acumula são um indicador de graça. O trabalho é, para os protestantes, quase como a oração. Há uma certa quantidade de ascetismo que os protestantes aceitam. Você não aproveita a vida; você apenas sofre, trabalha cada vez mais.

Há, entre os protestantes, uma rejeição mais acentuada do consumo ostentoso e das exibições ostensivas de riqueza. Novamente, você pode ver isso mesmo agora; os ricos em países como a Itália ou a Espanha vivem em lugares que parecem ricos. Eu conheço muitas pessoas ricas na Alemanha que vivem em lugares que não parecem diferentes de onde eu moro. Há uma rejeição, é claro, do jogo entre os puritanos, da bebida, tudo o mais. Tudo isso que podemos considerar como uma conquista das religiões puritanas, luteranismo e calvinismo, no entanto, pode ser visto como uma espécie de bênção mista, porque o que foi verdadeiramente único no mundo ocidental, e pode ter tido um impacto muito maior na suprema superioridade da civilização ocidental em comparação com outras do que a própria religião cristã, é o fato de que apenas na Europa o poder da igreja e o poder dos governantes terrestres foram institucionalmente separados.

Tivemos o papa em Roma, a Igreja Católica sendo uma igreja internacional, contrabalançando o poder dos vários senhores locais, reduzindo o poder desses senhores porque eles não controlavam a igreja ao mesmo tempo. Mas, essa separação entre Igreja e Estado, que era única na Europa e não existia em nenhuma outra parte do mundo, essa separação única foi, é claro, em grande parte, senão completamente,

quebrada e abolida, precisamente por meio da Revolução Protestante. Ou seja, ao quebrar a Igreja Católica internacional e fundar várias igrejas nacionais – luteranos, calvinistas e o Sr. Knox na Escócia e assim por diante – de repente, os príncipes regentes perceberam que isso abria a possibilidade de combinar a posição mais alta na hierarquia mundana, como rei ou príncipe, com a posição mais alta também na igreja.

E na medida em que – e esta é a benção ambígua – o protestantismo sistematicamente fortaleceu o poder do estado, o protestantismo também foi responsável, em grande medida, pela promoção dos valores democráticos. Lembre-se, eu expliquei que na Igreja Católica você tem hierarquias. A Igreja Católica é, neste sentido, antidemocrática. As igrejas protestantes são muito mais democráticas. As grandes igrejas, as grandes igrejas protestantes retrocederam, até certo ponto, na direção da Igreja Católica porque estavam cientes dos perigos que resultariam se você deixasse cada indivíduo interpretar a Bíblia por conta própria. Se você fizer isso e tiver um documento que não seja internamente consistente, você terá uma divisão de todos os tipos de seitas estranhas. Este é, claro, precisamente o que foi um dos efeitos colaterais da Revolução Protestante, que você teve uma multiplicação de pessoas estranhas, de coisas esquisitas acontecendo de repente, obviamente é o que acontece quando cada indivíduo apenas interpreta o que quer que seja que ele pensa que está certo e nada é filtrado por algumas pessoas que têm mais sabedoria do que outras. E, claro, a Igreja Luterana, que inicialmente era bastante democrática, aboliu isso, e também construiu hierarquias, embora não na mesma extensão que a Igreja Católica, e o mesmo aconteceu com a Igreja Anglicana. E se você olhar para a situação atual, as igrejas mais loucas são, claro, as igrejas que são mais democráticas, até agora.

Quero abordar brevemente um assunto muito sensível do ponto de vista político, para não dizer perigoso. Mais uma vez, devo dizer, me atrevi a trazer isso à tona na minha universidade e ainda não recebi nenhuma reclamação. Esta é uma tabela que foi retirada de *IQ and the Wealth of Nations*, um livro publicado recentemente por Richard Lynn e Tatu Vanhanen, que fizeram uma investigação muito simples e

elementar e o que eles fizeram foi tentar mostrar se existe ou não algum tipo de correlação entre QI e medidas de produção econômica, como PIB.

Devo dizer desde o início que eles não usaram apenas uma medida de QI para os países; eles normalmente tinham, na maioria dos países, vários tipos de medidas de QI disponíveis. Eles mostraram primeiro que essas medidas são altamente intercorrelacionadas, nos convencendo de que podemos depositar uma certa confiança nos números que eles usam, e eles também não usaram apenas uma medida de produção econômica como o PIB, mas também se estavam disponíveis, duas ou três, e novamente os intercorrelacionaram e tentaram mostrar que havia alta consistência interna entre os números. Agora, a correlação que eles estabeleceram – e direi algo sobre a interpretação desta tabela – é extremamente alta para as ciências sociais. É perto de 0,7, o que é, se você já fez pesquisas empíricas em sociologia ou psicologia ou algo assim, assustadoramente alto. Quer dizer, as pessoas geralmente já ficam impressionadas se você tem correlações de 0,2 ou 0,3 ou algo assim. Já se considera que vale a pena mostrar. Então, aqui, temos correlações muito altas.

A interpretação da Tabela 1 decorre simplesmente do título. O primeiro número refere-se ao QI; o segundo número é o PIB per capita real no ano de 1998, e o terceiro número é chamado de PIB ajustado, que seria o PIB calculado com base em uma análise de regressão; ou seja, o que devemos esperar que o PIB seja, dado o QI naquele país e levando em consideração a relação estável entre o QI e o PIB. Os países são ordenados aqui em ordem alfabética, até o Zimbábue.

Tabela 1
Resultados da análise de regressão onde o PIB per capita de 1998 é usado como a variável dependente e o Q.I. nacional é usado como variável independente para 81 países

País	Q.I.	PIB real per capita 1998	PIB real residual	PIB real ajustado
Argentina	96	12,013	-2,094	14,107
Australia	98	22,452	7,307	15,145
Austria	102	23,166	5,945	17,221
Barbados	78	12,001	7,236	4,765
Belgium	100	23,223	7,040	16,183
Brazil	87	6,625	-2,811	9,436
Bulgaria	93	4,809	-7,741	12,550
Canada	97	23,582	8,956	14,626
China	100	3,105	-13,078	16,183
Colombia	89	6,006	-4,468	10,474
Congo (Brazzaville)	73	995	-1,175	2,170
Congo (Zaire)	65	822	2,804	-1,982
Croatia	90	6,749	-4,244	10,993
Cuba	85	3,967	-4,431	8,398
Czech. Republic	97	12,362	-2,264	14,626
Denmark	98	24,218	9,073	15,145

Reproduced from Richard Lynn and Tatu Vanhanen, *IQ and the Wealth of Nations* (Westport, CT: Praeger, 2002), pp. 100–03.

País	Q.I.	PIB real per capita 1998	PIB real residual	PIB real ajustado
Ecuador	80	3,003	-2,800	5,803
Egypt	83	3,041	-4,319	7,360
Equatorial Guinea	59	1,817	6,913	-5,096
Ethopia	63	574	3,594	-3,020
Fiji	84	4,231	-3,648	7,879
Finland	97	20,847	6,221	14,626
France	98	21,175	6,030	15,145
Germany	102	22,169	4,948	17,221
Ghana	71	1,735	603	1,132
Greece	92	13,943	1,912	12,031
Guatemala	79	3,505	-1,779	5,284
Guinea	66	1,782	3,245	-1,463
Hong Kong	107	20,763	946	19,817
Hungary	99	10,232	-5,432	15,664
India	81	2,077	-4,245	6,322
Indonesia	89	2,651	-7,823	10,474
Iran	84	5,121	-2,758	7,879
Iraq	87	3,197	-6,239	9,436
Ireland	93	21,482	8,932	12,550
Israel	94	17,301	4,232	13,069
Italy	102	20,585	3,364	17,221
Jamaica	72	3,389	1,738	1,651
Japan	105	23,257	4,478	18,779
Kenya	72	980	-671	1,651
Korea, South	106	13,478	-5,820	19,298
Lebanon	86	4,326	-4,591	8,917
Malaysia	92	8,137	-3,894	12,031
Marshall Islands	84	3,000	-4,879	7,879
Mexico	87	7,704	-1,732	9,436
Morocco	85	3,305	-5,093	8,398
Nepal	78	1,157	-3,608	4,765
Netherlands	102	22,176	4,955	17,221
New Zealand	100	17,288	1,105	16,183

País	Q.I.	PIB real per capita 1998	PIB real residual	PIB real ajustado
Nigeria	67	795	1,739	-944
Norway	98	26,342	11,197	15,145
Peru	90	4,282	-6,711	10,993
Philippines	86	3,555	-5,362	8,917
Poland	99	7,619	-8,045	15,664
Portugal	95	14,701	1,113	13,589
Puerto Rico	84	8,000	121	7,879
Qatar	78	20,987	16,222	4,765
Romania	94	5,648	-7,421	13,069
Russia	96	6,460	-7,647	14,107
Samoa (Western)	87	3,832	-5,604	9,436
Sierra Leone	64	458	2,959	-2,501
Singapore	103	24,210	6,470	17,740
Slovakia	96	9,699	-4,408	14,107
Slovenia	95	14,293	705	13,588
South Africa	72	8,488	6,837	1,651
Spain	97	16,212	1,586	14,626
Sudan	72	1,394	-257	1,651
Suriname	89	5,161	-5,313	10,474
Sweden	101	20,659	3,957	16,702
Switzerland	101	25,512	8,810	16,702
Taiwan	104	13,000	-5,260	18,260
Tanzania	72	480	-1,171	1,651
Thailand	91	5,456	-6,056	11,512
Tonga	87	3,000	-6,436	9,436
Turkey	90	6,422	-4,571	10,993
Uganda	73	1,074	-1,096	2,170
United Kingdom	100	20,336	4,153	16,183
United States	98	29,605	14,460	15,145
Uruguay	96	8,623	-5,484	14,107
Zambia	77	719	-3,527	4,246
Zimbabwe	66	2,669	4,132	-1,463

Devo fazer uma observação sobre os países mais subdesenvolvidos. Nos países mais subdesenvolvidos, o PIB real tende a ser subestimado, porque em sociedades altamente agrícolas, onde há um grau relativamente alto de autossuficiência, os números do PIB subestimam a produção produtiva porque o PIB mede apenas bens e serviços que foram realmente comprados e vendidos em mercados. Portanto, se você cultivar seus próprios tomates e suas próprias batatas, eles não serão contados, ao passo que, se você cultivar batatas e tomates e depois vendê-los no mercado, eles serão contados. Obviamente, em termos de padrão de vida, isso não faria diferença, mas em termos de PIB ou PNB, números como esse, em um caso seria contado e no outro não seria contado.

A impressão geral que você obtém dessa lista é que os países com QI alto também têm PIBs altos. E os países com QIs muito baixos têm, em média, PIBs muito baixos. Existem, no entanto, algumas exceções claras, obviamente, que teriam de ser explicadas de forma diferente. Considere o caso da China, que está listada aqui com um QI de 100 e um PIB per capita de $3.000 e um PIB calculado de $16.000. Agora, aqui, a explicação é que a China foi e ainda é, até certo ponto, um país comunista, levando, é claro, a um PIB real extremamente baixo e nos levando, por outro lado, à conclusão de que, se esse tipo de sistema fosse abolido, o potencial da China seria significativo. Ou seja, podemos esperar PIBs de $16.000 por pessoa ou algo próximo disso. Existem também alguns países que parecem apresentar desempenho superior. Os alemães produzem um PIB maior do que seu QI indicaria, por exemplo. O mesmo é verdade para os EUA, se bem me lembro. Os EUA têm um QI de 98 e um PIB real significativamente maior do que o PIB previsto com base na inteligência da população, o que, novamente, explicaríamos com um sistema de mercado relativamente mais livre do que alguns outros lugares. Alguém pode se opor a uma tabela como esta: "A inteligência não tem algo a ver com a escolha do sistema econômico certo?" Então, talvez haja algo de errado com os chineses, apesar de terem um potencial tão grande; afinal, por um período considerável de tempo, eles ficaram muito para trás.

Não quero interpretar demais esta tabela, mas vocês também podem ver, por exemplo, como é relativamente vã a tentativa de, por exemplo, esperar que milagres econômicos ocorram na África. Se vocês

olharem para os países africanos e observarem seus QIs, não verão a possibilidade de um futuro muito promissor no que diz respeito ao potencial de crescimento desses países.

Concluirei esta discussão – acho que a própria tabela é altamente interessante de estudar – dizendo que, é claro, os QIs também não são o que poderíamos chamar de constantes biológicas invariáveis. Eles também estão sujeitos a variações, embora não seja tão fácil alterá-los como muitas outras coisas. Obviamente, esperaríamos que os antigos babilônios e os antigos egípcios tivessem se saído um pouco melhor do que os babilônios e os egípcios de hoje, dado seu desempenho relativamente baixo hoje em dia e suas conquistas gloriosas no passado. A maneira mais direta de imaginar que esses números estão sujeitos a influência é simplesmente perceber que as populações podem, é claro, se envolver em práticas de reprodução eugênica, por assim dizer. Por exemplo, sociedades onde as classes mais altas, as pessoas mais inteligentes, têm o hábito de ter um número maior de filhos, e as classes mais baixas com QIs mais baixos têm um número menor de filhos, o que levaria, obviamente, ao longo de algumas gerações, a um aumento dos QIs médios. A mesma coisa, é claro, também se aplica ao contrário. Ou seja, se você tivesse as classes mais baixas com níveis mais baixos de QI, produzindo uma grande quantidade de crianças, e as classes mais altas, produzindo muito poucas ou nenhuma, então seria de se esperar que, ao longo do tempo de várias gerações, o QI médio cairia.

Hipóteses foram apresentadas, por exemplo, sobre por que os judeus tendem a ter um QI muito alto, embora Israel aqui não seja particularmente notável, com um QI de 94, mas a população judaica nos Estados Unidos tem um QI bem acima. Parcialmente, isso pode ser explicado simplesmente pela migração. Ou seja, as pessoas mais bem-sucedidas têm mais capacidade de mobilidade e vão a lugares onde há mais oportunidades para elas, e nestes lugares ocorre uma concentração maior delas. Por exemplo, eles fizeram estudos nos quais compararam o QI dos escoceses que moram em Londres com os escoceses que permaneceram na Escócia e descobriram que o QI dos escoceses em Londres era significativamente maior do que os escoceses que ficaram na Escócia. Novamente, isso tem uma explicação bastante óbvia: os mais

inteligentes se mudaram. O caso da Alemanha Oriental versus Alemanha Ocidental também é interessante. Eles não a separam aqui; a Alemanha é simplesmente listada como QI de 102, mas já vi comparações entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, e aí a diferença era que a Alemanha Ocidental tinha um QI de 104 e a Alemanha Oriental de 98. E, novamente, existe uma explicação muito simples para um fenômeno como este. A Alemanha Oriental estava sob o domínio socialista e expropriou a propriedade da maioria dos indivíduos bem-sucedidos, e os indivíduos mais bem-sucedidos deixaram o país. Então, é claro, isso elevou o QI na Alemanha Ocidental e reduziu o QI na Alemanha Oriental. Outra explicação que foi apresentada, voltando ao caso dos judeus, por exemplo – tendo a ser um pouco cético sobre essa explicação, mas apenas para fins ilustrativos, devo mencioná-la – que o maior número de filhos eram de famílias de judeus ortodoxos, tipicamente gerados por rabinos. Se alguém presumir que os rabinos eram os mais inteligentes do grupo, então seria de se esperar uma tendência ascendente no QI simplesmente por um tipo diferente de comportamento de procriação. Claramente, explicações ao longo desta linha não são suficientes quando se trata de explicar a riqueza das nações, mas eu acho que alguém também estaria cego para os fatos, se simplesmente descartar coisas como essa. A evidência que Lynn e Vanhanen apresentam é dramática e esmagadora. Você ficará chocado ao ver como a explicação para um fenômeno pode ser fácil às vezes, uma explicação pela qual outras pessoas se dedicam por décadas para encontrar e não conseguem.

Palestra 6

A produção de Lei e Ordem, Ordem Natural, Feudalismo e Federalismo

O tópico desta palestra é a produção da lei e da ordem dentro de uma ordem natural. Ou seja, a produção de lei e ordem sem estado. Amanhã, falarei sobre a origem do estado, mas ainda estamos considerando o que evoluiria naturalmente; assim como a divisão do trabalho evolui naturalmente, o dinheiro como meio de troca evolui naturalmente, a acumulação de capital ocorrerá em circunstâncias decentemente favoráveis e não tanto em circunstâncias menos favoráveis, portanto, também pode-se esperar que toda sociedade desenvolverá mecanismos de defesa contra indivíduos não-sociais. Enquanto a humanidade for o que é, teremos pessoas que se dedicam a atividades produtivas e nunca desejarão ser nada além do que indivíduos produtivos. Enquanto for esse o caso, também teremos pessoas que tentarão bater na cabeça de outras pessoas, roubá-las e estuprá-las, e toda sociedade que quiser sobreviver terá que fazer algo a respeito.

Retornarei primeiro brevemente ao assunto da propriedade e dos direitos de propriedade, porque o que queremos defender em uma ordem natural é, obviamente, a propriedade e os direitos das pessoas à sua propriedade. Vimos que as pessoas têm como certo, mesmo desde a situação mais primitiva, que são donas de si mesmas, devido à conexão direta que temos com nossos corpos físicos. As pessoas também nunca tiveram dúvidas de que as ferramentas que elas próprias produziram eram suas ferramentas e não as ferramentas de outra pessoa. Quando se tratou do desenvolvimento da agricultura, essa ideia foi expandida para pedaços de terra. As pessoas então começaram a colocar sinais a fim de reivindicar certos terrenos como seus, e esses sinais normalmente consistiam em fazer algo visivelmente à terra para que outras pessoas pudessem ver que este não é um pedaço de terra ermo não cultivado, mas sim que este é um terreno que foi trabalhado. Alguém fez algo nele, e posso ver isso. E, como vocês devem admitir, é muito fácil, em quase todos os casos, distinguir entre um pedaço de terra que foi cultivado de alguma

forma pela humanidade e um pedaço selvagem. Basta dirigir através, digamos, das Montanhas Rochosas e você verá que a maioria dos lugares está completamente intocada, ninguém fez nada a eles e você pode ver isso. Por outro lado, dirija por cadeias de montanhas semelhantes na Europa, digamos na Áustria e na Suíça. Você vê que as pessoas, de fato, cultivaram as montanhas até o topo. Isso é visível para quem tem olhos para ver. E, é claro, as pessoas demonstrarão vontade de se defender contra invasores que tentam tirar essas terras cultivadas delas.

Deixe-me enfatizar novamente por que precisamos de normas de propriedade. Se os bens são escassos, conflitos sobre esses bens são possíveis. Se quisermos evitar conflitos pelo uso de recursos escassos, só existe um método para fazê-lo, que é formular regras de uso exclusivo para recursos escassos. Ou seja, formular regras que digam que uma pessoa pode fazer algo com ela, mas outras são excluídas de fazer o mesmo. Enquanto todos nós tivermos acesso aos recursos escassos, os conflitos serão inevitáveis. Como resultado, podemos dizer que as normas de propriedade, nesse sentido, são instituições naturais e necessárias para evitar conflitos. E a regra de que o primeiro a produzir algo, o primeiro a se apropriar de algo, é que se torna o dono e não outra pessoa (como o segundo ou o terceiro ou o resto da humanidade compartilhar o que outra pessoa originalmente apropriou). Você pode reconhecer a naturalidade desta regra, reconhecendo que se a humanidade quer agir sem conflitos, desde o início da humanidade, então, a regra de que o primeiro a usar algo torna-se o dono desse algo é a única regra que torna isso possível – isto é, que a humanidade pode, desde o início da humanidade, concebivelmente agir sem quaisquer conflitos. Nesse sentido, essas normas são normas naturais ou leis naturais. Nenhuma outra lei tem a vantagem de permitir evitar conflitos entre os humanos desde os primórdios da humanidade.

Há apenas uma consideração adicional que desejo apresentar quando se trata de conflitos sobre direitos de propriedade, e que diz respeito ao problema das *servidões*. Então, se esse terreno é meu e eu não tenho vizinho até agora e despejo fumaça aqui, ali e em todo lugar, e depois de um tempo alguém se estabelece ao meu lado, essa pessoa (B) pode reclamar da pessoa A (eu, o colono original) causa danos físicos à

propriedade de B? E a resposta é não, neste caso, ele não pode, porque a pessoa A adquiriu o que se chama servidão. Ela chegou primeiro e a propriedade de ninguém foi danificada por suas atividades iniciais. Se outra pessoa aparecer agora, B, então o que B se apropriou é, desde o início, propriedade *suja ou conspurcada*. E se B quiser ter propriedade *limpa ou despoluída*, então B deve pagar A para impedir isso. Mas, estando lá primeiro, A adquiriu uma servidão para continuar com esta atividade se assim o desejar. B deve pagar A para parar isso.

Se a situação for o contrário, ou seja, B está aqui primeiro e, em seguida, A se estabelece ao lado de B e, em seguida, expele sua fumaça ou o que quer que seja, na propriedade de B, então a situação é diferente. B adquiriu uma propriedade limpa, e ele adquiriu uma servidão para sua propriedade ser deixada limpa. Nesse caso, ele poderia entrar com uma liminar contra A e dizer a A que ele deve parar com isso ou me pagar para que eu permita que você continue com essa atividade. Estas são as regras elementares que foram aceitas pela humanidade por milhares de anos. Novamente, às vezes existem disputas sobre quem estava lá primeiro e quem estava lá depois, mas essas regras foram consideradas as regras fundamentais básicas para lidar com conflitos que surgem sobre quem possui o quê e quem tem permissão para fazer o quê e quem não tem permissão para fazer o que. Quando falamos em produção de segurança em uma ordem natural, tenho em mente a defesa desses princípios. Quem primeiro se apropriou de algo tem o direito de defendê-lo. Quem estava lá primeiro, sem vizinhos, adquire uma servidão se resultarem certas externalidades negativas, ou se vierem depois, o dono inicial tem o direito de interromper essas externalidades negativas.

Agora, em uma ordem natural, a primeira coisa que quero salientar é que isso não inclui apenas autodefesa. Já mencionei o fato de que, na medida em que controlamos algo, automaticamente nos defenderíamos contra pessoas que tentam tirar o controle de coisas que controlamos. Nós também, desde o início, selecionamos os lugares onde temos nossa propriedade, em parte levando em consideração como essas coisas são fáceis ou difíceis de defender onde estão. Para dar apenas um exemplo, a localização de Veneza é por algum motivo nos pântanos, mas que dificulta a ação de inimigos, especialmente em uma época em que você tinha

habilidades tecnológicas muito limitadas, invadirem um lugar como este porque você tem que passar pela água e a água é fixa e você não sabe como atravessa-la; é mais fácil defender um lugar assim. Assim, a localização de muitos lugares foi escolhida precisamente com essa ideia em mente. É um lugar que pode ser facilmente defendido? Claro, se não há ninguém por perto por dezenas de milhares de quilômetros, você está sozinho, então isso pode não ser uma consideração importante para você escolher determinados locais, mas se você estiver cercado por outras pessoas, então esse tipo de consideração é importante. A mesma coisa vale para os países baixos, a Holanda. Eles também oferecem certas possibilidades de se defender inundando certas áreas e dificultando uma invasão por terra. Outro exemplo seriam vales em regiões montanhosas. Algumas pessoas se estabeleceram em vales suíços, vales muito remotos em altitudes elevadas, precisamente porque sabiam que eram lugares comparativamente fáceis de defender e muito difíceis de ocupar. Mesmo nos tempos modernos, isso fez a diferença. Os alemães provavelmente poderiam, devido ao seu tamanho significativamente maior, invadir um país como a Suíça, mas a Suíça tinha, por um lado, uma milícia, cada homem armado e com metralhadoras semiautomáticas em casa com munição no armário.[23] E também, é claro, porque um país como a Suíça é muito difícil de invadir e ocupar por causa de seu terreno montanhoso. Você pode ver isso, novamente, como nossos bravos soldados no Afeganistão se esforçam para subir e descer as montanhas para encontrar as pessoas que procuram. Ou considere um lugar como San Marino, que fica no topo de uma montanha de 300 metros com uma grande fortaleza ao redor e uma população de 8.000 pessoas; eles foram capazes de se defender por 1.500 anos de qualquer invasão.

A segunda coisa que quero destacar é a maneira como a justiça será feita nas sociedades pequenas. Sempre ouvimos falar da necessidade de ter um estado, para fazer justiça. O mundo nos fornece centenas de milhares de exemplos de como essa ideia é absolutamente ridícula. Em toda pequena sociedade que engloba algumas pessoas, há muito

---

[23] Ainda me lembro de como meus filhos ficaram impressionados quando os levei na casa de um amigo suíço e então ele abriu o armário e havia uma grande arma e munição suficiente para matar metade da população alemã.

rapidamente algumas pessoas ascendendo ao posto de algum tipo de autoridade. Elas são mais corajosas, mais espertas, mais bem-sucedidas e mais confiáveis do que as outras. Vocês podem ver isso em cada aldeia. E sempre que houver um conflito, ou seja, A rouba alguma coisa de B ou A tromba com B e eles brigam para ver quem trombou em quem, enquanto era possível que fizessem justiça vigilante, ou seja, tentar espancar o outro na hora, na maioria dos casos e por boas razões, eles não fazem isso porque é muito difícil, depois, justificar suas ações diante dos outros membros da aldeia. Então, eles se voltam para pessoas que têm mais autoridade do que outras e essas pessoas, vamos chamá-las de nobres, ou aristocratas, ou a elite, ou qualquer que seja o termo, não importa – essas pessoas então agirão como juízes, normalmente sem cobrar nenhuma taxa, apenas por causa da responsabilidade de ser um líder de uma pequena comunidade. E com base em seu julgamento e na autoridade que têm entre seus semelhantes, esse julgamento será executado automaticamente. Na maioria dos casos, nem mesmo a violência é necessária para aplicá-lo à pessoa que foi considerada culpada. A própria pessoa o aceitará e estará disposta a restituí-la, caso contrário será expulso da comunidade; ela será um pária e nada é, nessas sociedades, pior do que ser um pária. Novamente, mesmo nos tempos modernos, esse tipo de ostracismo funciona magnificamente em muitas profissões.

Certa vez conheci um grande negociante de grãos na Suíça. Ele tinha negócios com negociantes de grãos em todo o mundo e relatou que eles tinham uma disputa a respeito de certas qualidades de grãos e atrasos nas entregas de um negociante de grãos na União Soviética. Isso foi na época em que a União Soviética ainda estava intacta. Nenhum tribunal regular foi envolvido, apenas a associação de negociantes de grãos tratou disso. O processo ocorreu na União Soviética, e o veredicto unânime foi que o cara da União Soviética havia agido errado. A sentença foi executada e essa pessoa foi expulsa dessa associação de negociantes, de negociantes de grãos. Ninguém lidando com grãos teria relações com essa pessoa nunca mais. O mero ostracismo era inteiramente suficiente para isso.

Agora, é claro, às vezes temos pessoas recalcitrantes, pessoas que foram, em geral, forçadas a compensar a vítima. Esse era um princípio de punição, para compensar a vítima. Vocês percebem, é claro, que os criminosos hoje em dia não compensam suas vítimas de forma alguma. Na verdade, as vítimas normalmente precisam desembolsar mais dinheiro para que criminosos recalcitrantes possam jogar tênis de mesa, assistir TV, se exercitar, comer seu cereal matinal e o que quer que tenha na prisão. Uma situação muito diferente daquela que existiria em uma ordem natural. Mas, mesmo nesse nível relativamente primitivo, é claro que esperaríamos que existissem certas limitações à autodefesa e que as pessoas desejassem contar com provedores de defesa especializados. Elas querem aproveitar a divisão do trabalho também neste campo. Nem todo mundo é igualmente bom em proteger outra pessoa. É por isso que os bares costumam ter caras grandes em frente à porta, e não velhinhas pequenininhas, certificando-se de quem entra e quem não entra. Portanto, sim, a divisão do trabalho é tão importante nessa área quanto em outras.

E o que quero fazer agora é primeiro descrever como funcionava esse sistema de defesa contra agressores durante a época feudal, durante a Idade Média, uma época em que não existia Estado, apenas um grande número de senhores e vassalos altamente descentralizados, etc. E então, na próxima etapa, explicarei com algumas dicas tiradas da ordem feudal como tal sistema funcionaria nos tempos modernos.

Agora, nestes tempos feudais, existiam latifundiários, donos de extensões de terra, e eles tinham arrendatários, fazendeiros arrendatários. Ambos estavam vinculados contratualmente. A maioria das coisas que aprendemos sobre o feudalismo tende a ser, na melhor das hipóteses, meias-verdades. O feudalismo tem uma fama muito ruim, uma fama indevidamente ruim. O contrato entre os locadores e os inquilinos normalmente prevê que o locador forneça proteção e o locatário trabalhe por um determinado período de tempo para o locador, e em casos de conflito, o locatário também esteja disposto e preparado para lutar ao lado do locador. Na época, a lei era considerada algo dado. O direito não era considerado algo feito por pessoas, mas algo que existiu eternamente e foi simplesmente descoberto. As pessoas aprenderam o que ele era. A lei

nova foi desde o início considerada suspeita, porque a lei tinha que ser velha, tinha que ser algo que sempre existiu. Qualquer pessoa que surgisse com algum tipo de nova lei era automaticamente rejeitada como provavelmente uma fraude. Os súditos, os inquilinos, tinham o direito de resistir. Ou seja, eles não estavam sujeitos aos seus senhores, não importa o que, porque, como eu disse, existia uma lei eternamente válida, que protegia o inquilino tanto quanto o proprietário, e se o proprietário violasse essa lei, então os inquilinos teriam o direito de resistir, a ponto de matar o senhorio.

Os proprietários, por sua vez, haviam sido contratualmente vinculados a outros proprietários. Os senhores tinham, por assim dizer, outros senhores feudais e, novamente, esses contratos estipulavam em geral acordos de assistência mútua. Se isso ou aquilo acontecer, você providenciará x número de camponeses como soldados para fazer isso e você fará isso e aquilo e assim por diante. E o que surgiu foi chamado de pirâmide feudal. Ou seja, outro contrato com alguém que pode ser ainda mais poderoso, ou seja, neste caso, alguém que tinha terras ainda maiores e um número maior de inquilinos, até o rei. Não só isso, as pessoas frequentemente tinham contratos com vários lordes, com lordes concorrentes, por assim dizer, como uma espécie de apólice de seguro. Ou seja, se esse cara fizer alguma coisa comigo, eu também tenho outro protetor. E, em combinação com esses tipos de alianças múltiplas que existiam, eles normalmente concordavam que se houvesse um conflito entre os dois senhores aos quais haviam jurado lealdade, eles permaneceriam neutros. Os camponeses que não estavam associados diretamente a nenhum senhor em particular em algum tipo de acordo de proteção, camponeses isolados, geralmente escolhiam o rei como seu protetor. Ou seja, alguém um pouco mais distante, mas também recebiam algum tipo de proteção legal por se associar diretamente ao rei.

Existiam também os chamados proprietários *alodiais*, isto é, pessoas que eram grandes proprietários de terras por direito próprio e que não tinham lealdade a ninguém e estariam em um nível igual ao do rei, por assim dizer. Eles podiam ter menos terras do que o rei, e menos inquilinos e menos soldados trabalhando para eles, mas no trato com o rei eles eram seus iguais. Os senhores, em seu território, tinham

jurisdição completa sobre seu território, incluindo todas as pessoas que viviam naquele território. Ou seja, eles eram os juízes sobre seus próprios camponeses, seus guerreiros, seu pessoal doméstico, etc. Não era permitido intervir nos assuntos internos de um senhor. Nesse sentido, eles tinham um status semelhante ao que, digamos, as embaixadas têm hoje, em que os Estados Unidos não podem simplesmente entrar na Embaixada da China e fazer o que quiserem. Na Embaixada da China, os próprios chineses governam. Os senhores estavam encarregados de seu domínio e representavam seus inquilinos ou vassalos nos assuntos externos. O rei era tipicamente uma pessoa que veio de uma família particularmente nobre, uma família que foi reconhecida como uma família de grandes realizações, e sempre foi escolhido dessa família, mas não era hereditário no sentido de que era perfeitamente claro quem se tornaria o próximo rei. Foram todos os outros nobres, que estavam contratualmente ligados uns aos outros, que determinaram por unanimidade qual dos membros da família do rei deveria se tornar rei.

Eventualmente, esse tipo de princípio que combinava elementos hereditários com elementos eletivos desapareceu, e ou o elemento hereditário assumiu ou o elemento eletivo puro assumiu. Mas nos estados iniciais, era uma combinação desses dois elementos, o rei vindo sempre da mesma família, mas quem dessa família se tornaria rei dependia do resultado de uma eleição entre os senhores. Essas assembleias de senhores que elegeram o rei tornaram-se, de certa forma, as precursoras do que hoje consideramos parlamentos. Mas, é claro, apenas os nobres, ou seja, os próprios proprietários, e não os inquilinos, eram encarregados de eleger o rei.

A principal tarefa do rei consistia, com o acordo de seus nobres reunidos, em declarar casos de emergência, guerra ou algo assim, mas apenas com o consentimento unânime dos nobres reunidos neste parlamento. E, além disso, o rei tinha a função de algum tipo de tribunal de apelação, para que as pessoas que achassem que uma injustiça havia sido cometida contra elas, incluindo uma injustiça de seu próprio senhor, pudessem apelar ao rei para a justiça final. Os primeiros reis feudais viajavam frequentemente de cidade em cidade. Eles eram uma espécie de juízes errantes. Não existiam capitais. No caso alemão, por exemplo,

havia locais onde se realizavam sessões judiciais regulares, em Nierenberg, em Augsburg, em Ladenburg, em Frankfurt, em Praga, em Viena e vários outros locais. Todos esses lugares tinham um status elevado como lugares onde se podia buscar justiça, mas não existia capital.

Além disso, o rei não podia cobrar impostos. Impostos, no sentido moderno, não existiam. O rei vivia de suas próprias propriedades, assim como todos os senhores viviam de suas próprias propriedades. Tudo o que ele podia fazer em caso de guerra era ir aos seus vários nobres e implorar-lhes por poucas doações, ao que todo nobre tinha todo o direito de dizer não e nada lhe aconteceria. A tarefa do rei era também, além disso, com o consentimento dos nobres, decidir sobre os casos de guerra, estabelecer na periferia dessas associações dispersas de senhores e nobres, as chamadas aldeias de proteção, onde pessoas eram colocadas, selecionadas devido às suas habilidades particulares como lutadores, a fim de proteger, digamos, a cristandade dos turcos ou algo assim. Eles eram chamados de WereDörfer ou aldeias fortificadas, especialmente porque sua tarefa ajudava na defesa contra sociedades que eram consideradas fora da sociedade que foi combinada ou integrada por meio desses intrincados sistemas de relações de contrato feudal.

Não só existia o direito de resistência entre os inquilinos contra seus senhorios, como também muito importante, era possível que esses inquilinos, se se sentissem oprimidos por seu senhorio, pudessem partir e simplesmente se associar e obter proteção de um senhor vizinho, o que era, obviamente, a melhor proteção que você pode ter contra ser oprimido em primeiro lugar, sabendo que tudo o que você precisa fazer é partir e se ligar a algum outro protetor e, assim, livrar-se de seu senhor anterior. Sobre este ponto, em particular, ou seja, a capacidade das pessoas de partirem e se ligarem a um protetor diferente, quero citar Herbert Spencer, que descreve a situação na Roma antiga, que era muito semelhante em sua estrutura feudal à Europa durante a Idade Média. Roma também era um lugar famoso pelo domínio completo do dono da casa sobre seus inquilinos e servos, incluindo seus filhos e esposa. Herbert Spencer escreve sobre o início de Roma,

> Enquanto a regra coercitiva dentro da família e do grupo de famílias aparentadas era fácil, havia dificuldade em estender a coerção a muitos desses grupos; fortificados como estavam [e, novamente, esses senhores feudais, é claro, todos tinham certas quantidades de fortificações] uns contra os outros. Além disso, o rigor do governo dentro de cada uma das comunidades [isto é, cada um dos clãs,] constituindo a cidade primitiva, foi diminuído pela facilidade de fuga de uma e admissão em outra. Como vimos entre tribos simples, as deserções acontecem quando o governo é severo; e podemos inferir que, na Roma primitiva, havia um freio ao exercício da força pelas famílias mais poderosas em cada assentamento sobre as menos poderosas, causado pelo medo de que a migração pudesse enfraquecer o assentamento e fortalecer um adjacente. Assim, as circunstâncias eram tais que, quando, para a defesa da cidade, a cooperação se tornou necessária, os chefes dos clãs incluídos em suas várias divisões passaram a ter poderes substancialmente iguais. O senado original era o corpo coletivo dos anciãos do clã; e "esta assembleia de anciãos era o detentor final do poder governante": era "uma assembleia de reis".[24]

Agora, deixe-me enfatizar este ponto novamente. Tão importante quanto para o desenvolvimento bem-sucedido da Europa Ocidental foi o fato de que havia separação entre igreja e estado, o que era diferente de todas as outras regiões do globo. Portanto, era de extrema importância para o desenvolvimento dinâmico da Europa Ocidental que a Europa Ocidental fosse uma anarquia política, ou seja, milhares de proprietários nobres independentes de alguma forma conectados por meio de contratos,

---

[24] Herbert Spencer, *Principles of Sociology*, 2ª ed. (Nova York: D. Appleton Co., 1916), vol. 2, pp. 378–79.

mas cada um sendo seu próprio homem, e a facilidade com que as pessoas poderiam passar de uma jurisdição a outra, o que tende a contribuir, é claro, para a moderação por parte de cada um desses governantes. Cada um deve ter medo de que, se eu for muito draconiano em punir meus próprios homens, eles se apeguem a outra pessoa e fortaleçam as pessoas que, em algumas situações, podem se tornar minhas inimigas. Além disso, mais um elemento deve ser mencionado para caracterizar o mundo feudal, que é a existência de cidades. E essas cidades eram tipicamente fundadas por bispos ou por nobres, por senhores ou por associações de mercadores e, em alguns casos, é claro, também por – como no caso da Suíça, por exemplo – *Eidgenossenschaften*, "congregações de juramento" ou confederações.

Esta é a estrutura que tinham os primeiros cantões fundadores na Suíça, onde todos os homens livres juravam que viriam ajudar-se mutuamente em caso de um ataque contra eles. E essas cidades frequentemente tinham códigos legais escritos, isto é, a Lei de Magdeburg ou a Lei de Hamburgo ou a Lei de Hanover ou a Lei de Lübeck, etc., de modo que as pessoas que se mudassem para essas cidades soubessem que código legal se aplicaria a elas e quando novas cidades eram fundadas, a coisa normal a fazer era adotar um dos códigos de lei já existentes e talvez fazer algumas alterações nele. Ou seja, alguns códigos de leis tornaram-se códigos de leis, não apenas de uma cidade, mas de muitas, muitas cidades, que adotaram o exemplo inicial de um local que primeiro tomou a iniciativa de redigir essas leis.

A este respeito, deixe-me fazer uma pequena observação secundária. Nos países de língua inglesa, Estados Unidos da América e Inglaterra, há um certo orgulho em ter a chamada *common law*, direito consuetudinário, que é, de certa forma, uma lei não codificada, ou jurisprudência. A tradição continental, como você sabe, é diferente há muito tempo. Lá, tivemos a lei codificada tirada dos romanos, especialmente dos romanos orientais, que codificaram essa lei pela primeira vez de maneira extensa e depois, é claro, nos tempos modernos, o Código Napoleônico, que foi assumido pela maioria dos estados da Europa Continental de uma forma ou de outra com algumas modificações. E, como eu disse, os anglo-saxões menosprezavam a lei codificada e

aclamavam sua própria *common law* não codificada. Quero apenas comentar que, por exemplo, Max Weber tem uma observação muito interessante a respeito disso. Ele vê a razão para a não-codificação da *common law* no interesse próprio dos advogados para tornar a lei difícil de entender para o leigo e, assim, ganhar muito dinheiro. Ele enfatiza que a lei codificada permite que o leigo na rua que sabe ler estude o livro jurídico por si mesmo e vá ao tribunal ele mesmo e apontar o que essa lei diz. Então, talvez esse orgulho excessivo que os anglo-saxões têm em sua *common law* seja um pouco exagerado.

Em termos de punição, como eu disse, a indenização à vítima era o princípio fundamental; algum sistema de pagamento de multas por vários tipos de delitos foi elaborado com relativa rapidez. E, em geral, eles aceitaram o princípio da proporcionalidade. Se você matasse alguém, teria que pagar mais do que se cortasse o braço de alguém. Se você cortasse o braço de alguém, a multa que lhe era imposta era maior do que se você cortasse o dedo do pé de alguém, e assim por diante, mas a maioria das punições eram de fato na forma de multas, ou multas monetárias ou multas na forma de bens naturais.

Então agora devo ir para o mundo moderno. Obviamente, não podemos voltar a esse sistema feudal. Meu objetivo era apenas mostrar que temos exemplos históricos em que as sociedades desenvolveram meios relativamente eficazes de se proteger por meio de sistemas de alianças. No mundo moderno, esperaríamos, é claro, uma configuração ligeiramente diferente e essa configuração seria composta principalmente de três dispositivos institucionais. Por um lado, as companhias de seguros comerciais. Por outro lado, as forças policiais financiadas livremente e as agências de arbitragem e julgamento financiadas livremente. Podemos imaginar que essas três instituições operariam separadamente umas das outras, mas estariam contratualmente alinhadas com as outras, ou podemos imaginar que essas três instituições estariam integradas verticalmente. Ou seja, uma seguradora também poderia ter uma divisão de polícia e uma divisão de juízes anexadas a ela. Realmente não importa se é verticalmente integrado ou se são instituições independentes. O elemento decisivo aqui seria, novamente, que as relações entre todas essas instituições seriam contratuais e voluntárias, semelhantes à

situação que existia durante a era feudal. E eu quero explicar, em particular, que por meio de tal configuração, nós gradualmente criaríamos algo como a unificação da lei, assim como o mundo se torna unificado por meio de um dinheiro, e o mundo se torna unificado por meio de uma divisão mundial do trabalho, então o mundo também se tornaria integrado por meio de um conjunto de padrões universais de lei.

Agora, como isso aconteceria? Acho que o principal impulso nessa direção viria das seguradoras. Todas as instituições no mundo moderno, todas as empresas, todas as companhias, todos os que têm um negócio, carecem de seguro. Operar sem seguro é quase impossível no mundo moderno. Você só pode ser um empresário de muito pequena escala para fazer tudo por conta própria, sem ter algum tipo de proteção de seguro. Por causa disso, não seria possível, como algumas pessoas argumentaram, que todas as instituições, todos os lugares, estabeleceriam suas próprias regras e leis peculiares. Ou seja, o shopping tem as leis do shopping, a escola tem as leis da escola, a siderúrgica tem as leis da siderúrgica. Na casa de Edward, as leis seriam que se alguém entrar lá sem ele ter convidado, pode haver dispositivos de tiro automático que matam a pessoa que entra e coisas assim. Por que não seria esse o caso? Porque as seguradoras, é claro, insistem que muitas dessas práticas simplesmente não são seguráveis. Elas insistiriam em uma certa uniformidade de padrões, que todas essas seguradas (seus clientes) teriam que adotar. Elas eliminariam as regras arbitrárias aplicáveis neste ou naquele local e insistiriam em regras bastante gerais e geralmente conhecidas: por um lado, a fim de reduzir a incerteza geral, e por outro lado, porque somente se estabelecerem regras bastante gerais serão elas capazes de atrair uma grande clientela, que é, naturalmente, o seu desejo.

Em segundo lugar, as seguradoras terão um interesse inerente, um interesse financeiro, em impor a todos os segurados por elas um código de comportamento defensivo. A razão para isso é que você só pode se segurar contra riscos sobre cujos resultados você não tem controle pessoal. Eu não posso me segurar, por exemplo, contra o risco de eu provocar outra pessoa e ela então me deu um soco na cara e depois eu ir para a minha seguradora e dizer que ela me deu um soco na cara e agora você deve me

defender contra ela. A seguradora diria: “Olha, você tem que se comportar de maneira totalmente defensiva, o ataque deve ter sido totalmente não provocado, só então iremos defendê-lo, mas não se você tiver algo a ver com o ataque”. Não posso me garantir contra o risco de queimar deliberadamente minha própria casa. Posso me segurar contra o risco de minha casa pegar fogo, mas nenhuma seguradora me faria um seguro e permitiria que eu incendiasse minha própria casa e depois pagasse por isso. Assim, as seguradoras irão insistir que, para que possam cobri-lo por qualquer tipo de contingência, você deve se comprometer com uma forma de comportamento e conduta fundamentalmente defensiva.

Por sua própria natureza, as seguradoras desejam minimizar os danos. Minimizar o risco de danos é o negócio em que atuam; caso contrário, elas têm que pagar. O que obteríamos é que as seguradoras podem oferecer uma certa variedade nos tipos de contratos que oferecem. Uma seguradora pode se especializar em clientes católicos e impor certos tipos de punição por cometer adultério, por exemplo, algo que outras empresas não teriam em seu repertório. Porém, eles não podem ser fundamentalmente diferentes no tipo de códigos que oferecem.

Além disso, porque agora é possível que surjam conflitos entre membros de diferentes seguradoras, visto que os contratos dessas diferentes seguradoras são ligeiramente diferentes, sempre que houver conflitos entre pessoas sendo seguradas por diferentes seguradoras, a única solução pacífica possível é recorrer a um árbitro terceirizado independente. Estes podem ser agências que oferecem esses serviços de arbitragem e seriam independentes de ambas as seguradoras. Essas agências de arbitragem independentes são concorrentes, e nenhuma agência de arbitragem pode ter certeza de que será escolhida novamente. Essas agências de arbitragem independentes obviamente têm interesse em não perder seus clientes, ou seja, as duas seguradoras conflitantes, por isso desenvolvem um conjunto de leis que podem ser consideradas aceitáveis por todas, independentemente da seguradora com que lidam na maioria casos. Ou seja, essas agências de arbitragem independentes criariam, em um processo de competição, algo como um direito internacional universalmente válido por meio de um processo de

competição, e isso levaria a uma situação em que teríamos uma estrutura jurídica unificada que é válida praticamente no mundo todo.

E isso completa o processo de integração econômica e social: integração por meio da divisão do trabalho, integração por meio do dinheiro e integração por meio do direito internacional que une todas as sociedades, por mais diferentes que sejam suas estruturas jurídicas internas. Isso é o que eu acho que uma ordem natural efetivamente defendendo os direitos de propriedade dos indivíduos seria no mundo moderno.

Palestra 7

Parasitismo e a origem do Estado

Meu assunto hoje é parasitismo e a origem do estado. Até agora, faltou um elemento importante na minha reconstrução do mundo atual. Vimos qual é a natureza do homem, falamos sobre propriedade, a divisão do trabalho baseada na propriedade, o desenvolvimento do dinheiro, a acumulação de capital, a produção da lei e da ordem e a ordem natural resultante de tudo isso. Agora temos que chegar aos elementos perturbadores que se desenvolveram na história, aqueles eventos que de alguma forma tiraram as tendências naturais desse caminho e fizeram a história se desviar de seu curso natural.

Começarei lembrando vocês por que tínhamos essa tendência para uma ordem natural. O insight fundamental foi que a divisão do trabalho e a cooperação humana são benéficas para todas as pessoas que dela participam. A divisão do trabalho implica maior produtividade e fornece à humanidade uma razão para cooperar pacificamente entre si. Do contrário, se essa produtividade mais alta associada à divisão do trabalho não existisse, teríamos de fato algum tipo de guerra permanente de todos contra todos. Mises escreve, por exemplo,

> Se não fosse por essa maior produtividade do trabalho, baseada na divisão do trabalho, os homens teriam permanecido para sempre inimigos mortais uns dos outros; rivais irreconciliáveis em seus esforços para assegurar uma parte do escasso suprimento de meios de subsistência fornecidos pela natureza. Cada homem teria sido forçado a ver todos os outros homens como seus inimigos; sua ânsia pela satisfação de seus próprios apetites o teria levado a um conflito implacável com todos

> os seus vizinhos. Nenhuma simpatia poderia se desenvolver sob tal estado de coisas.[25]

E, novamente, por causa dessa maior produtividade, não é necessário que as pessoas se considerem inimigas, mas podem se considerar parceiros cooperativos, senão mesmo amigos. E para insistir neste ponto, deixe-me mais uma vez citar brevemente algo que já citei antes, em uma conexão um pouco diferente, onde Mises diz que

> Se alguém reconhece um princípio que resulta na união de todos os alemães ... ou de todos os proletários e forma uma nação, raça ou classe especial de indivíduos, então esse princípio não pode ser provado ser eficaz apenas dentro dos grupos coletivos. As teorias sociais antiliberais [as teorias que de alguma forma enfatizam que deve haver conflito entre os humanos] esquecem o problema, confinando-se à suposição de que a solidariedade de interesses dentro do grupo é tão evidente a ponto de ser aceita sem discussão adicional, e esforçando-se apenas para provar a existência do conflito de interesses entre os grupos e a necessidade do conflito como a única força dinâmica do desenvolvimento histórico. Mas se a guerra deve ser o pai de todas as coisas, a fonte fecunda do progresso histórico, é difícil ver por que sua atividade fecunda deveria ser restringida dentro de estados, nações, raças e classes. Se a natureza precisa da guerra, por que não a guerra de todos contra todos, por que apenas a guerra de todos os grupos contra todos os grupos?[26]

Agora, neste ponto, antes de chegar ao meu assunto genuíno aqui, deixe-me alertá-lo para o fato de que este princípio de que as pessoas

---

[25] Ludwig von Mises, *Ação Humana: Um Tratado de Economia*, ed. (1998; Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2008), p. 144

[26] Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (1951; Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2009), p. 318.

podem cooperar pacificamente umas com as outras para seu próprio benefício não significa necessariamente que todos os grupos tenham que viver na vizinhança próxima uns com os outros. Isto é, mesmo que as pessoas não gostem umas das outras, que se odeiem por vários outros motivos, elas ainda podem cooperar pacificamente umas com as outras a alguma distância. Ou seja, aceitar o princípio da cooperação pacífica não implica de forma alguma a defesa, por exemplo, de sociedades multiculturais. Sociedades multiculturais podem, de fato, e provavelmente serão, instituições extremamente perigosas, porque pessoas que são étnica ou culturalmente diferentes não necessariamente gostam muito umas das outras. Mas à distância, de uma distância física, novamente, existe essa solidariedade primordial da humanidade como um todo, isto é, todos nós podemos nos beneficiar uns com os outros cooperando pacificamente uns com os outros, sem a necessidade de ter sociedades multiculturais em qualquer lugar do globo.

Em todas as minhas palestras até agora me concentrei, com breves desvios, no que poderíamos chamar de atividades produtivas. E deixe-me explicar brevemente novamente o que quero dizer com atividades produtivas, a fim de distinguir as atividades produtivas do que se poderia chamar de atividades parasitárias. Atividades produtivas são atividades que aumentam o bem-estar de pelo menos uma pessoa, sem reduzir o bem-estar de outras pessoas. Você percebe que, por esta definição, evitamos todos os tipos de comparações interpessoais de utilidade. Essa formulação é semelhante à formulação do chamado critério de Pareto, que também assume que não podemos comparar minha felicidade com a sua. Se não podemos comparar a sua felicidade com a minha, ainda podemos dizer algo sobre o aumento ou não do bem-estar social? A resposta é sim, podemos fazer isso se reconhecermos que se através de minhas atividades meu bem-estar aumenta e o bem-estar dos outros não diminui, então podemos de fato dizer que o bem-estar social aumentou.

E existem três tipos de atividades que realizam isso, isto é, deixar pelo menos uma pessoa melhor sem piorar a situação de outra: primeiro, um ato de apropriação original, ou seja, eu sou a primeira pessoa a colocar algum recurso anteriormente sem dono para algum uso, é, neste sentido, um movimento ótimo de Pareto. Isso me deixa melhor, caso contrário eu

não teria me apropriado do que me apropriei, e não tira nada de ninguém porque todos teriam a chance de se apropriar da mesma coisa, mas eles demonstram pela própria inatividade, que eles não atribuíram valor suficiente a ela. Portanto, nada foi tirado de ninguém por meio de um ato de apropriação original, mas uma pessoa está definitivamente em melhor situação; ninguém mais fica pior por causa disso.

O segundo tipo de movimento ótimo de Pareto é se envolver em atos de produção. Eu uso meu próprio corpo físico e, com a ajuda de recursos originalmente apropriados, agora transformo algo que era menos valioso em algo que espero ser mais valioso. Obviamente, estou melhor por causa disso, caso contrário não teria me envolvido neste ato de produção. E nada é tirado de ninguém; todos os outros têm exatamente os mesmos recursos à sua disposição que tinham antes do meu ato de produção. Uma pessoa está melhor; ninguém fica pior.

E, finalmente, os atos de troca contratual voluntária também são produtivos, no sentido de que dois indivíduos esperam se beneficiar da troca; caso contrário, essa troca voluntária não teria ocorrido e, novamente, nenhum recurso à disposição de terceiros é afetado por essa transação voluntária entre dois indivíduos. Portanto, neste caso, temos dois indivíduos ganhando em utilidade e satisfação e ninguém perdendo em utilidade ou satisfação. Por isso, esses três tipos de atividades podem ser referidos como atividades produtivas, como atividades que aumentam o bem-estar social.

Em contraste, temos, é claro, o que chamamos de atividades parasitárias e quero dizer parasitária, desta vez, em um significado ligeiramente diferente daquele que mencionei anteriormente como tendo sido usado por Carroll Quigley. Lembre-se de que Quigley se refere a atividades parasitárias como atividades que de alguma forma diminuem a quantidade de bens existentes, como colher frutos e não substituí-los por nada. Eu me referiria a isso, na definição atual, como uma atividade produtiva, então ele usa esse termo de uma maneira um pouco diferente. Naquela ocasião, quando falei sobre isso, o uso de parasitária simplesmente tinha um propósito explicativo diferente daquele que estou usando agora. O que quero dizer com parasitária neste contexto é: atividades que tornam a situação de algumas pessoas melhor, às custas

de tornar a situação de outras pessoas pior. E essas atividades seriam, obviamente, atividades como tirar o que alguma outra pessoa originalmente se apropriou, tirar o que outra pessoa produziu, ou não esperar pela concordância de algum parceiro de troca potencial, mas simplesmente roubá-lo de tudo o que é seu. Nesse caso, em todos esses casos, obviamente temos uma situação em que uma pessoa ganha e outra perde.

Permitam-me mencionar brevemente três atividades parasitárias típicas que desempenham um grande papel na história, antes de abordar uma forma especial de comportamento parasitário que está associada à instituição do Estado. O comportamento parasitário seria, por exemplo, na forma mais drástica, o canibalismo. Ou seja, as pessoas simplesmente devoram outra pessoa. Foi, novamente, o discernimento e a inteligência por parte das pessoas que levaram à abolição do canibalismo. As pessoas perceberam que sim, no curto prazo, o canibalismo pode ser benéfico, mas se você tiver uma perspectiva um pouco mais de longo prazo, você prefere a escravidão ao canibalismo. Este é, de fato, um estágio do desenvolvimento humano para o qual temos evidências antropológicas. A maioria dos canibais percebeu, em algum ponto, depois de ficarem um pouco mais espertos, que a escravidão era definitivamente superior a isso, a menos que você esteja com muita, muita fome neste momento particular.

Mas, eventualmente, as pessoas até venceram essa tentação e desenvolveram a escravidão. E, novamente, foi o pensamento racional que também superou essa instituição da escravidão, porque perceberam que a escravidão é, em geral, um sistema improdutivo de interação humana. Mais uma vez, a escravidão, a curto prazo, pode, é claro, ser benéfica se eu puder usá-lo como meu escravo por um tempo, mesmo se eu reconhecesse que, a longo prazo, seria melhor se você fosse um homem livre e eu fosse um homem livre e cooperássemos um com o outro. No curto prazo, é claro, a escravidão pode ter certas vantagens e, novamente, requer um certo desenvolvimento da inteligência, uma certa redução de nossa preferência temporal, estar disposto a desistir dessa vantagem imediata que a instituição da escravidão pode representar.

Além da escravidão, é claro, a forma mais comum de comportamento parasitário é o crime puro: roubo e fraude e atividades como essas. E, novamente, podemos dizer que o fato de a maioria das pessoas se abster desse tipo de atividade se baseia no insight, se baseia no fato de perceberem que, no longo prazo, essas coisas simplesmente não compensam. Se o roubo se tornasse comum, estaríamos todos em péssimo estado, mas nos abstivemos até de nos envolver em roubos e fraudes, mesmo sabendo que, a curto prazo, poderemos nos safar com isso. Mais uma vez, um insight, uma certa quantidade de inteligência, uma certa capacidade de adiar a gratificação é necessária por parte do homem para desistir das tentações que essas formas de comportamento parasitário podem representar.

E por causa disso, por causa de uma certa quantidade de inteligência, chegamos a um estágio em que o canibalismo basicamente desapareceu, onde a escravidão basicamente desapareceu e onde a fraude e o roubo tornaram-se eventos raros, conduzidos por apenas alguns indivíduos não sociais, e a maioria das pessoas se abstêm dele. Assim, a civilização é mantida por um insight racional, por ter desenvolvido um certo estado de inteligência e reduzido nossa preferência temporal em um certo grau. E, novamente, deixe-me apresentar uma citação de Mises nesse sentido, e então irei realmente abordar o problema da origem do estado, como prometi. Mises diz aqui,

> Pode-se admitir que, no homem primitivo, a propensão para matar e destruir e a disposição para a crueldade eram inatas. Também podemos presumir que, nas condições de épocas anteriores, a inclinação para a agressão e o assassinato era favorável à preservação da vida. O homem já foi um animal brutal ... Mas não se deve esquecer que ele era fisicamente um animal fraco; ele não teria sido páreo para os grandes animais predadores, se não estivesse equipado com uma arma peculiar, a razão. O fato de que o homem é um ser razoável, que portanto não cede sem inibições a todos os impulsos, mas dispõe sua conduta de acordo com

> uma deliberação razoável, não deve ser chamado de antinatural, do ponto de vista zoológico. A conduta racional significa que o homem, face ao fato de não poder satisfazer todos os seus impulsos, desejos e apetites, renuncia à satisfação daqueles que considera menos urgentes. A fim de não pôr em perigo o funcionamento da cooperação social, o homem é forçado a se abster de satisfazer aqueles desejos cuja satisfação impediria o estabelecimento de instituições sociais. Não há dúvida de que essa renúncia é dolorosa. No entanto, o homem fez sua escolha. Ele renunciou à satisfação de alguns desejos incompatíveis com a vida social e deu prioridade à satisfação daqueles desejos que só podem ser realizados, ou de forma mais abundante, sob um sistema de divisão do trabalho ...
>
> Esta decisão não é irrevogável e final. A escolha dos pais não prejudica a liberdade de escolha dos filhos. Eles podem reverter a resolução. Todos os dias podem proceder à transvalorização dos valores e preferir a barbárie à civilização ou, como dizem alguns autores, a alma ao intelecto, o mito à razão e a violência à paz. Mas eles devem escolher. É impossível ter coisas incompatíveis entre si.[27]

Agora, o fato de que a humanidade, em geral, desenvolveu razões suficientes para se engajar na cooperação e construir uma sociedade, também levou, por outro lado, à tentação de criar um sistema de exploração institucionalizada ou parasitismo institucionalizado ou, como alguns se referiram a ele, banditismo estacionário. Ou seja, somente na medida em que temos uma sociedade rica diante de nós é que surge a tentação de algumas pessoas aproveitarem a riqueza que a sociedade acumulou para instituir um sistema onde possam se beneficiar

---

[27] Mises, *Ação Humana*, pp. 171-72.

sistematicamente às custas das grandes massas de indivíduos produtores.

E isso me leva à instituição do estado. Deixe-me começar dando uma definição do que é o estado, uma definição que é mais ou menos incontroversa, que você encontra adotada por praticamente todos que falam sobre esta instituição. E essa definição de estado é que um estado é definido como uma organização ou agência que exerce o monopólio territorial da jurisdição final ou do julgamento final ou da arbitragem final em casos de conflito. Em particular, é uma instituição que é também o juiz final, em casos de conflitos envolvendo ela mesma contra outras pessoas da sociedade. E como segundo elemento da definição, que está, de certa forma, implícito na primeira, o Estado é uma organização que exerce o monopólio territorial da tributação. Ou seja, pode determinar unilateralmente, sem o consentimento de outrem, quanto os habitantes do território devem pagar ao órgão do Estado para que este preste esse serviço de juiz e árbitro final no território.

Agora, vocês podem perceber imediatamente a partir desta definição que não é difícil explicar de onde vem a motivação das pessoas para criar uma instituição como um estado. Imagine o que isso significa. Isso significa que sempre que vocês tiverem conflitos entre si, vocês devem vir até mim e eu resolvo o conflito e então digo o que você me deve pela resolução do conflito, sem receber ou ter seu consentimento para fazer isso. Esta é, obviamente, uma posição magnífica para se estar. E a posição é ainda melhor quando você percebe que mesmo que eu tenha causado um conflito, se eu bater na cabeça de alguém, então ele deve vir até mim e eu decido o que é certo e o que está errado e então, normalmente eu decidirei, é claro, que o que eu fiz foi certo e o que ele está fazendo, reclamando do fato de eu ter batido na cabeça dele, é errado – e então digo a ele além disso que esta é a quantia de dinheiro que você tem que me pagar por lhe fornecer este magnífico serviço. Deve ficar muito claro desde o início que explicar por que houve tentativas de formar uma instituição como um estado não é nada difícil. É muito fácil explicar por que há constantes tentativas de tentar formar instituições como esta, porque que posição mais maravilhosa se poderia ter, sendo alguém que tem inclinações parasitárias, do que ser responsável por um aparelho como o

Estado? Explicar por que existem tentativas de fundar estados é uma coisa muito, muito fácil de fazer. O que é difícil fazer é explicar como alguém pode se safar com isso – por que as pessoas não impedem que tais instituições sejam criadas.

E me voltarei agora para a tarefa de explicar por que as pessoas jamais tolerariam uma instituição como esta. Essa explicação se torna ainda mais difícil quando você reconhece o seguinte, que chamo de lei fundamental do parasitismo. A lei fundamental do parasitismo é simplesmente esta. Um parasita pode viver confortavelmente com cem ou mil hospedeiros, mas não podemos imaginar que milhares de parasitas possam viver uma vida confortável com um, dois ou três hospedeiros. Nesse caso, sua vida também seria miserável, então o que reconhecemos dessa lei fundamental do parasitismo é que aquelas pessoas que aspiram a criar uma instituição como um estado também devem sempre ter interesse em ser, elas mesmas, apenas um pequeno grupo que seja capaz de governar, de explorar, de taxar e exercer o monopólio de arbitragem sobre um grupo de pessoas muito maior do que eles próprios. E se for esse o caso, que o estado deve sempre tentar ser um grupo muito pequeno em comparação com o grupo que explora, então percebemos outro insight fundamental. Obviamente, um pequeno grupo, um grupo muito pequeno, não pode subjugar um grande grupo apenas por meio de força brutal e armas. Sim, por um curto período de tempo pode ser possível. Podemos imaginar que existem dez pessoas fortemente armadas. Elas podem controlar duzentas, trezentas, quatrocentas pessoas e mantê-las sob sujeição, se o povo não tiver armas e os governantes tiverem armas. Mas, no longo prazo, isso é muito difícil de manter. Ou seja, devemos esperar que essas quatrocentas a quinhentas pessoas também encontrem uma maneira de se armar – e, nesse caso, como dez pessoas equipadas com armas podem governar mais de quatrocentas a quinhentas ou milhares de pessoas também equipadas com armas e os meios para se defender? Então, a explicação baseada na violência, na força bruta pura, essa explicação não funciona.

O que percebemos, em vez disso, é que a classe dos parasitas, o pequeno grupo de parasitas, deve, se quiser governar uma população por um longo período de tempo, basear seu poder na opinião popular. Ou seja,

deve ter pelo menos apoio tácito do público. O público deve ter assumido uma posição de tolerar isso, de alguma forma ver uma razão para ter essa instituição. O público deve ter aceito certas ideologias. E essa percepção, que foi formulada pela primeira vez por Étienne de La Boétie e David Hume – e também a encontramos em Ludwig von Mises e Murray Rothbard – é que o domínio do estado sobre sua população não depende do exercício de força bruta absoluta, embora isso desempenhe algum papel, mas se baseia fundamentalmente em nada mais do que opinião e acordo tácito por parte do público.

Então, a tarefa passa a ser explicar a transição de uma ordem natural, como eu a descrevi ontem, de um sistema de feudalismo sob o qual essencialmente nenhuma organização estatal existia, para um estado de coisas onde uma instituição estatal estável passou a existir. E vamos supor, por um momento, a situação mais favorável para a formação do estado sem que já haja um estado. O que quero dizer com isso é o seguinte cenário. Vamos supor que temos um rei feudal que é o monopolista natural para a resolução de conflitos. Por monopolista natural, quero dizer que todas as pessoas sempre que têm conflitos entre si, de fato, vão até o rei e dizem: "Vamos lá, você é a pessoa mais prestigiosa, mais sábia e mais experiente. Vou pedir que você resolva a disputa que tenho com essa outra pessoa." As pessoas são totalmente livres para escolher árbitros diferentes, juízes diferentes, mas na verdade, todas elas vão ao rei para fazer isso. Tal cenário ainda seria o que chamo de ordem natural. O rei, nesta situação, não receberia nada além de pagamentos de aluguel de seus próprios inquilinos e dos nobres, que receberiam pagamentos de aluguel de seus próprios inquilinos. Não há exploração de qualquer tipo acontecendo. O rei não tributa quem possui propriedades independentes da propriedade do rei. O rei também não aprova nenhuma lei; isto é, ele não legisla. Claro, ele estabelece as regras que seus inquilinos devem seguir, mas isso não seria mais do que se eu fosse o dono de uma casa, então, é claro, eu estabeleço certas regras que os inquilinos da minha casa devem seguir, como que eles têm que limpar as escadas uma vez por semana e coisas assim. Portanto, este rei faz parte de uma ordem natural e ainda não é um rei de estado. Ele não

tributa nem legisla; ele apenas cobra aluguel e estabelece as regras da casa da qual ele próprio é o proprietário genuíno.

O passo decisivo que ele deve dar para transformar sua posição na posição de um estado seria o seguinte: o rei, a certa altura, teria que dizer: "De agora em diante, você deve vir a mim sempre que tiver um conflito com outra pessoa. Você não pode mais recorrer a ninguém para a resolução de conflitos. Até este ponto, você me escolheu voluntariamente, para ser o juiz em todos os casos de conflito. Agora, tiro de você essa possibilidade de recorrer aos outros, e tiro o direito dos outros de agirem, se forem escolhidos como juízes de fazê-lo".

Agora, você imediatamente reconhece que, ao dar este passo aparentemente pequeno, o rei se envolve em um ato de expropriação. Em particular, esse ato de expropriação é muito visível para os outros líderes da sociedade, os outros nobres, aos quais as partes em conflito poderiam ter recorrido para receber justiça. Novamente, lembre-se que na ordem feudal era precisamente o caso de que existia um grande número de jurisdições independentes e separadas. Cada senhor era responsável por criar justiça dentro de seu próprio território, sobre sua propriedade. Agora que ele não pode mais fazer isso, são em particular os outros nobres de quem esperaríamos opor resistência contra essa tentativa do rei de monopolizar, de adquirir o monopólio exclusivo. Não é mais um monopólio natural, mas torna-se, neste caso, um monopólio compulsório de decisão suprema e final em casos de conflito.

Como o rei pode se safar com isso? O primeiro passo – e, novamente, ofereço aqui não uma descrição histórica precisa do que aconteceu aqui ou ali, mas algo que você pode chamar de reconstrução lógica do que aconteceu mais ou menos em todo o lugar. O primeiro passo é o rei causar e provocar uma situação de crise. E como ele cria uma situação de crise? De certa forma, isso não é muito difícil de explicar. Assim como reconhecemos como é natural, como é fácil ter a motivação para se tornar um estado, também podemos reconhecer que entre a humanidade sempre existe a tentação, a coceira, principalmente entre os inquilinos, de se libertarem do pagamento do aluguel e das regras estabelecidas para eles pelos seus próprios senhorios. Ou seja, vocês podem imaginar que em relação a inquilinos de forma geral, não seria tão difícil persuadi-los a se

envolver em algum tipo de motim contra seus próprios proprietários. Eu o liberto do pagamento do aluguel que você deve pagar. Eu o liberto das regras disciplinares que seu senhorio lhe impõe e prometo torná-lo um homem livre. Prometo que você se tornará o dono das coisas que antes ocupava apenas como inquilino.

Ou, em um cenário ligeiramente diferente, você, como rei, incita um motim entre os pobres contra os ricos. Você forma uma coalizão com os pobres contra seus próprios concorrentes imediatos, isto é, as pessoas abastadas da sociedade que, de alguma forma, são os rivais mais diretos do rei. Então você cria uma guerra civil, ou seja, você cria uma situação que é semelhante à situação que Hobbes afirma existir naturalmente entre a humanidade. Lembre-se de que expliquei que a condição natural da humanidade não é uma guerra de todos contra todos. As pessoas reconhecem que a divisão do trabalho é benéfica e, por isso, tendem a ser a favor da cooperação pacífica, pelo menos a grande maioria das pessoas o faz. Mas você pode incitar, especialmente se você é uma pessoa influente, uma pessoa em que as massas confiam, se você é o rei, você pode incitar uma situação que acarreta uma situação como uma guerra de todos contra todos.

E então, nesta situação onde a guerra de todos contra todos irrompe, onde os inquilinos se levantam contra seus proprietários e os pobres se levantam contra os ricos, então você vem ao resgate dos nobres e da classe média e chega a algum tipo de meio-termo. Ou seja, você recebe uma promessa dos nobres e de seus concorrentes imediatos. Sim, abriremos mão de nosso antigo direito de agir como juiz e concederemos a você um direito exclusivo de ser o juiz monopolista, em troca de você e nós nos reunirmos e impedirmos esta guerra civil.

Essa foi, aliás, precisamente a situação, por exemplo, durante a Idade Média, especialmente durante a chamada Revolução Protestante, ou Reforma Protestante, quando pela primeira vez, a Revolução Protestante resultou em grandes atividades de pilhagem e assim por diante, e então as pessoas se voltaram para o rei dizendo: "Esse tipo de coisa tem que ser interrompido e, para pará-lo, concederemos a você o direito exclusivo de ser o juiz."

Então, você cria uma situação hobbesiana. A situação hobbesiana não existe desde o início, mas pode ser criada. Mais uma vez, deixe-me ler para vocês uma citação aqui de Henri Pirenne, que de uma forma um pouco diferente descreve o mesmo fenômeno, isto é, o rei aliando-se às classes mais baixas, às classes sub-nobres, por assim dizer, a fim de quebrar o poder da aristocracia concorrente, daquelas pessoas que mais perderiam com o fato de o rei adquirir o monopólio. Pirenne aí diz,

> O claro interesse da monarquia era apoiar os adversários do alto feudalismo. [Ou seja, os adversários da classe nobre, da aristocracia.] Naturalmente, a ajuda foi dada sempre que foi possível fazê-lo, sem ser obrigado, a [Neste caso, ele fala sobre as cidades, sobre o rei em particular – ele também está incitando os habitantes das cidades a se rebelarem contra a nobreza.] essas classes médias [cidades] que, ao se levantarem contra seus senhores, lutaram, para todos os efeitos, no interesse das prerrogativas reais. Aceitar o rei como árbitro de sua disputa era, para as partes em conflito, reconhecer sua soberania. A entrada dos burgueses no cenário político teve como consequência o enfraquecimento do princípio contratual do Estado Feudal em benefício do princípio da autoridade do Estado Monárquico. Era impossível que a realeza não levasse em consideração isso e aproveitasse todas as oportunidades para mostrar sua boa vontade às comunas que, sem a intenção de fazê-lo, trabalharam tão proveitosamente em seu benefício.[28]

Mas é claro que este é apenas o primeiro passo. Você cria a crise. A classe nobre vem até você e quer ser resgatada, e você a resgata em troca de conceder a você direitos exclusivos de juiz. Você tem que oferecer algo

[28] Henri Pirenne, *Cidades medievais: suas origens e o renascimento do comércio* (1925; Princeton, NJ: Princeton University Press, 1974), pp. 179-80.

além, é claro, para a aristocracia. O que se costuma dizer é que a aristocracia agora desempenha um papel particularmente importante no desenvolvimento lento da burocracia real que será estabelecida. Mas, mais do que isso, agora você precisa de uma ideologia. Novamente, lembre-se, sem apoio ideológico para isso, esta instituição não vai durar muito tempo. E a ideologia que se cria e que ainda está conosco até hoje é o chamado mito hobbesiano. Ou seja, a ideia de que o estado normal da humanidade é justamente essa guerra de todos contra todos, que o rei deliberadamente provocou, e que para parar essa guerra de todos contra todos é necessário que haja um único monopolista governando todas as pessoas para criar a paz. Agora, se você se perguntar – ou se você perguntar a qualquer um – por que precisamos de um estado? Quase todo mundo lhe dará exatamente esse motivo. Sem um único monopolista, haveria uma guerra permanente de todos contra todos. É a crença que até hoje tem mantido o aparato estatal. Esta é agora uma crença firmemente arraigada: eu perguntei aos meus próprios alunos e esta foi a resposta que todos deram. Sem o estado haveria caos! Não haveria cooperação. Deve haver um único monopolista. Essa é a ideologia que mantém o estado no lugar.

Deixe-me apenas apontar o seguinte nesta altura. Você pode perceber rapidamente a fraqueza dessa ideologia, se fizer duas coisas. Por um lado, imagine o que isso significa se você tiver grupos muito pequenos de pessoas, apenas dois indivíduos. Portanto, o que essa teoria essencialmente diz é que duas pessoas nunca podem cooperar pacificamente uma com a outra; isso sempre levaria à guerra de um contra o outro. Deve haver sempre um mestre e sempre deve haver alguém que está sujeito ao mestre. Você percebe imediatamente, se usar apenas um grupo muito pequeno de pessoas, como essa tese se torna absurda. Temos cinco pessoas. É necessário para o grupo de cinco pessoas que haja uma pessoa que seja o monopolista em todos os conflitos possíveis, incluindo conflitos envolvendo ela mesma com as outras quatro? Para esses pequenos grupos, a maioria das pessoas diria imediatamente: "Você deve estar louco para acreditar nesse tipo de coisa. Isso não pode ser verdade de jeito nenhum. Porque você conhece grupos

desse tamanho que cooperam pacificamente o tempo todo.” No entanto, esta é uma das implicações.

O que vocês percebem aqui é que eles nunca falam sobre o tamanho do território. E, por outro lado, vocês percebem que se esta teoria for verdadeira, então deve ser o caso de que devemos ter um estado mundial para criar a paz, porque o mesmo argumento se aplica, é claro, a uma situação onde temos uma multitude de estados. Se temos uma multitude de estados, então esses vários estados estão em um estado de anarquia, de ordem natural, um vis-à-vis o outro e, supostamente, deve haver uma guerra permanente entre eles. Agora, obviamente, este também não é o caso. Há guerras entre eles, e explicarei por que há mais guerras entre Estados do que guerras entre indivíduos em uma de minhas próximas palestras, mas certamente não é o caso de Estados estarem permanentemente em guerra uns com os outros.

O que permanece totalmente inexplicado aqui, e o que é de alguma forma tomado intuitivamente como certo, é que estamos falando sobre tamanhos de estados onde não é perfeitamente claro imediatamente que essas pessoas cooperariam pacificamente umas com as outras, mas o tamanho dos estados é, de certa forma, arbitrário. Por que um estado não deveria ter o tamanho de uma pequena aldeia, por exemplo? Em uma pequena aldeia, não temos a menor dificuldade em imaginar que pode haver cooperação pacífica sem um monopolista. Só quando o tamanho fica um pouco maior é que nos tornamos cada vez mais cegos para reconhecer que, em todos os momentos, o mesmo princípio está em ação, assim como o mesmo princípio estava em ação para explicar por que toda a humanidade pode se envolver em cooperação pacífica com base na divisão do trabalho, por que não há apenas uma razão para a divisão do trabalho entre os alemães, mas os alemães e os franceses não devem lutar uns contra os outros, por que o mesmo princípio se aplica aos alemães e aos franceses. Portanto, temos que reconhecer que este princípio estatista, se for correto, também deve se aplicar a você e a mim. Quer dizer, eu sou seu escravo ou você deve ser meu escravo, mas é impossível que exista uma cooperação pacífica entre nós dois.

E uma vez que você reconhece que o mesmo princípio se aplica, não apenas a duas pessoas, mas a todo o mundo, você reconhece

imediatamente que o que temos é apenas um mito inventado, criado por esta crise inicial que os próprios estados ou estados em potencial criaram a fim de cegar as pessoas para algo que deveria ser perfeitamente óbvio. Portanto, agora, uma vez que um estado tenha estabelecido esse tipo de mitologia, todos eles passam por uma sequência de etapas, essencialmente a mesma sequência de etapas para onde quer que você olhe. O primeiro, claro, é que você tem que desarmar a população. Existiam inicialmente na Idade Média líderes de exército independentes oferecendo seus serviços militares a quem precisasse: tropas mercenárias. Eles agora são incorporados ao exército nacional ou ao exército do rei ou são eliminados. Novamente, todos os estados tentam desarmar a população.

Na Idade Média, uma das coisas imediatas que os reis faziam, assim que adquiriam uma posição de semi-estado, era insistir que todos os nobres deviam demolir suas próprias fortalezas, para impedi-los de ter a ideia de que talvez aquela coisa toda tenha sido um processo maluco, afinal, e eles se defendessem da jurisdição ou das imposições fiscais vindas do lado do rei. Então, destrua suas fortalezas. Você pode construir bons palácios, mas não mais qualquer coisa que sirva a propósitos defensivos.

Então, é claro, todas as jurisdições independentes devem ser eliminadas, em última instância, indo até o ponto de não mais permitir que maridos e esposas sejam juízes em suas próprias casas. Esse processo leva centenas de anos. Minha reconstrução reduz isso em um período de tempo muito curto, mas todos esses poderes são conquistados gradualmente, passo a passo, da sociedade civil, e basicamente só agora, no século XX, alcançamos o ponto em que o poder do Estado se estende tanto até o ponto de se envolver em assuntos familiares imediatos, como ousar, por exemplo, tirar os filhos dos pais. Isso é algo que não teria sido possível há centenas de anos; o poder dos reis não foi suficiente desde o início para fazer algo assim, mas percebemos que agora o poder do estado é grande o suficiente para dizer se você pode fumar em sua própria casa ou não.

O próximo passo é muito importante: controlar a ideologia, manter viva essa crença no mito hobbesiano e na necessidade do estado para a

criação da paz. E para isso você tem que tomar o controle, primeiro você tentará controlar as igrejas. Isso ocorre com a Revolução Protestante, como resultado da qual uma aliança muito mais estreita entre a Igreja e o Estado é construída do que a que existia antes. Aliás, é por isso que a Revolução Protestante foi apoiada por tantos príncipes, porque eles perceberam que isso estava lhes oferecendo exatamente a oportunidade de se estabelecerem como Estados, além do motivo óbvio de que também poderiam se apropriar de propriedades da Igreja Católica, que, em alguns países, representava 20-30% da massa de terra usada. E, isso lhes ofereceu uma grande oportunidade de enriquecer muito expropriando as igrejas.

E então, é claro, você introduz sucessivamente a educação pública, controlando a igreja, visto que a igreja foi a principal instituição de ensino por um longo período de tempo, e fazendo dos padres funcionários do estado. Isso, é claro, aconteceu em todos os países europeus, em maior ou menor grau, particularmente nos países protestantes, onde todos os padres são pagos de acordo com a escala de pagamento oficial que regula como os outros burocratas são pagos. E se isso ainda não for o suficiente, então, é claro, você cria um sistema de educação pública sob controle estatal direto. Martinho Lutero, por exemplo, desempenhou um grande papel nisso, aconselhando os príncipes não apenas a oprimir os camponeses (os quais ele primeiro trouxe para se levantarem contra os príncipes, mas depois os esmagou), mas também aconselhou os príncipes que assim como as pessoas deveriam ser treinadas a fim de estarem prontas para a guerra, então também deveriam passar por uma lavagem cerebral nas escolas controladas pelo estado para se tornarem cidadãos corajosos e bem treinados.

E a última etapa, após a nacionalização da educação, é o controle do dinheiro, ou seja, a monopolização da emissão de dinheiro. Existia, por exemplo, na França, antes do estabelecimento de um rei da França central, uma multitude de casas da moeda competindo entre si, tentando adquirir a reputação de produzir o melhor, mais confiável e menos manipulado tipo de dinheiro. Todas essas casas da moeda concorrentes foram gradualmente fechadas, até que, no final, apenas uma casa da moeda do governo central permaneceu em existência, o que, é claro, torna

muito mais fácil se envolver em manipulações do conteúdo de ouro ou prata do que seria se houvesse uma multitude de casas da moeda competindo entre si. Se você tem uma infinidade de casa da moeda competindo entre si, cada casa da moeda tem um incentivo para apontar se outra está fraudando você. Você tem uma casa da moeda da cidade A ou da cidade B, elas estão se engajando na clipagem de moedas para que as pessoas reagiriam levando à falência ou boicotando esse tipo de casa da moeda. Assim que existe apenas uma casa da moeda para servir a um grande território, torna-se muito mais fácil se envolver nesse tipo de manipulação e, assim, ter uma ferramenta para enriquecer, além de seu poder de tributar.

Por último, eles também monopolizam os meios de transporte e comunicação, o que é de grande importância uma vez que você reconhece que os meios de comunicação e transporte teriam que desempenhar um papel muito importante em qualquer tentativa de revolta contra o governo. Você tem que mover as tropas de um lugar para outro; você tem que enviar cartas e mensagens de um lugar para outro, então você monopoliza o serviço postal e monopoliza pelo menos as vias principais e faz delas as estradas do rei e os serviços postais do rei, a fim de controlar o público.

Terminarei com algumas observações adicionais. Com o surgimento dos Estados, as tendências naturais normais para os mercados se expandirem e da divisão do trabalho para se expandir e se intensificar não são interrompidas, mas de alguma forma distorcidas e obstruídas. Agora existem, de repente, fronteiras estatais que antes não existiam e, automaticamente, uma vez que você tenha fronteiras estatais, surge a possibilidade de que agora você pode dificultar e interferir no livre fluxo de mercadorias. Ou seja, você pode impor tarifas. Em segundo lugar, a tendência normal do dinheiro de se tornar um dinheiro internacional também é interrompida porque agora temos fronteiras. Haverá dinheiro nacional surgindo, mesmo que seja inicialmente dinheiro de commodities, mas agora será em francos franceses e lira italiana, e isso provoca a desintegração monetária, ou reduz a quantidade de integração que de outra forma surgiria naturalmente no mercado. Então, com a existência do Estado, é claro, a tendência de o direito se tornar universal e

internacional, que descrevi em minha palestra ontem, é desacelerada ou interrompida. Tínhamos essas agências de seguros e agências de resseguros e agências de arbitragem e o conflito entre várias agências de seguros levando, então, ao desenvolvimento competitivo de padrões universalmente aceitos de certo e errado, do que é legal e ilegal; isso é interrompido. A lei agora está dividida em lei alemã, lei holandesa, lei sueca, cada país tendo diferentes tipos de princípios, procedimentos, etc. A tendência que normalmente existe para unificar isso chega ao fim.

E por último, mas não menos importante, os estados também têm um efeito profundo no desenvolvimento das línguas. Por um lado, eles às vezes expandem à força certos tipos de línguas dentro de seu território, eliminam certas línguas e fazem de algumas línguas a língua oficial do país. Por outro lado, ao fazê-lo, como a outra face da mesma moeda, também perturbam a tendência natural das pessoas em aprenderem línguas diferentes e nas periferias de territórios diferentes falarem várias línguas e, de certa forma, também impedem o desenvolvimento de alguns idiomas que são usados como idiomas internacionais. Basta pensar no que aconteceu com o latim, que foi a língua de comunicação internacional por centenas de anos em toda a Europa. O latim basicamente desaparece dessa função assim que os estados nacionais passam a existir. É então que se fala francês, se fala alemão e latim torna-se, se não se extingue imediatamente, uma língua que é falada cada vez menos e no final, torna-se apenas uma relíquia que algumas pessoas estranhas ainda aprendem em lugares estranhos sem realmente saber por que, porque ninguém exceto o Papa e seu povo realmente fala essa língua.

Palestra 8

Da Monarquia à Democracia

O assunto desta palestra é "Da Monarquia à Democracia". Este é obviamente um dos principais assuntos que abordo em meu livro *Democracia: o deus que falhou*. Já falei sobre os monarcas nas duas conferências anteriores, sobre o papel dos monarcas nas sociedades feudais, às quais podemos nos referir como sociedades pré-estados. E depois, na última palestra, sobre a posição dos monarcas como chefes de estado e a transição do estágio feudal para o estado monárquico. A grosso modo, historicamente, e falando apenas da Europa, neste caso o período dos monarcas feudais é aproximadamente o período de 1100 a 1500 e depois de 1500 até o final da Primeira Guerra Mundial, ou seja, o período dos estados monárquicos. Os estágios posteriores são estados monárquicos constitucionais e os estágios iniciais são o que normalmente chamamos de monarquias absolutas. Como eu disse, a discussão durante as duas últimas palestras referiu-se principalmente ao desenvolvimento na Europa. Voltarei ao desenvolvimento europeu, isto é, às monarquias cristãs como uma transição dos monarcas cristãos para a democracia em um momento, mas quero dizer algumas coisas sobre a instituição de reis e monarcas em geral, mesmo fora do cenário europeu.

De certa forma, os monarcas são uma forma mais típica de governo, sejam governantes pré-estatais ou estatais, do que qualquer outra forma. As democracias são um evento muito raro na história da humanidade, e é fácil explicar por que isso acontece, porque o patriarcado é uma das instituições mais naturais que você pode imaginar. É claro que você tem pais como chefes de família e, em geral, a ideia de reis foi modelada de acordo com a estrutura que você encontra nas famílias. Os reis eram normalmente considerados chefes de famílias extensas ou chefes de clãs ou chefes de tribos, ou mais tarde, é claro, chefes de nações inteiras, mas desenvolvendo-se ao longo das linhas da ideia de que este é um desenvolvimento natural, semelhante ao que vemos em cada família.

Todos os reis tentam se associar a algum tipo de religião, ou dar a si mesmos algum tipo de dignidade religiosa. Em muitos lugares do globo, os reis eram considerados deuses ou encarnações de deuses ou descendentes de deuses ou pessoas que adquiriram status divino após suas mortes. E os reis em todas as sociedades tentaram de uma maneira prover duas funções. Por um lado, a função de juiz e sacerdote, isto é, como chefe intelectual de grupos maiores de pessoas, e por outro lado, a função de guerreiro e protetor de seus clãs ou tribos ou de qualquer grupo do qual eles foram considerados a cabeça. E embora às vezes acontecesse que essas duas funções, a função de sacerdote-juiz e a função de guerreiro-protetor fossem separadas e ocupadas por indivíduos diferentes, sempre houve uma tentativa de combinar as duas, para fazer o protetor e o guerreiro também, ao mesmo tempo, o sumo sacerdote e, claro, ao combinar essas duas funções, você alcançaria um poder muito maior do que se essas duas funções fossem de alguma forma exercidas por indivíduos diferentes controlando-se mutuamente.

Fora do Ocidente, mais tipicamente acontecia que o rei também era considerado o chefe da organização religiosa ou o chefe da igreja. Foi o que aconteceu em lugares como Egito e também no Japão, no mundo islâmico, com os hindus, e também no caso da China; a singularidade da civilização ocidental, como mencionei nas palestras anteriores, foi precisamente a separação relativamente estrita dessas duas funções por indivíduos e instituições diferentes. Isso não quer dizer que isso existisse em todo o Ocidente, e certamente acontecia que os líderes religiosos esperassem e tentassem adquirir poderes terrestres e que os governantes terrestres tentassem controlar as igrejas. Mas certamente por volta do ano 1000 ou mais, essa separação entre os dois papéis funcionou por algum tempo na Europa, basicamente até a Revolução Protestante, quando a associação entre a Igreja, por um lado, e governantes estatais ou terrestres, por outro lado, tornou-se cada vez mais próxima de novo.

Essa separação entre os líderes da igreja e os governantes terrenos não evitou, é claro, que os vários reis reivindicassem algum tipo de status elevado para si mesmos. Mencionei na palestra anterior que os reis da Inglaterra, por exemplo, tentaram traçar suas próprias reivindicações sobre a terra até Adão e Eva e, assim, apresentar-se como pessoas cuja

posição foi finalmente fundada por Deus, e que todos os seus súditos eram, de fato, nada mais que a descendência que seguia os inquilinos de Adão e Eva. No entanto, pelo menos para o mundo cristão, mesmo que os reis afirmem ter essa dignidade histórica especial de terem sido instalados por Deus direta ou indiretamente em seus cargos, precisamente porque no Cristianismo os reis não são considerados figuras divinas e temos um transcendente Deus, os reis sempre foram considerados subordinados a lei como todo mundo. E por causa disso, no Ocidente, a instituição do regicídio, matar o rei, sempre foi considerada bastante legítima, não totalmente indiscutível, mas durante séculos, é claro, considerada algo que estava totalmente certo, se o rei quisesse deixar de fazer o que ele deveria fazer, de acordo com a lei universal estabelecida pelo Deus transcendente.

Além disso, na Europa, ou pelo menos em algumas partes da Europa, o poder do rei sempre foi restringido pelo fato de existirem outros nobres que afirmavam ser os únicos e exclusivos donos de suas terras, ou seja, não terem recebido suas terras como uma espécie de doação do rei, mas sendo, talvez em uma escala menor, mas mesmo assim, um proprietário de propriedade privada igualmente confiável como um rei era de tudo o que ele afirmava ser seu. Isso é o que chamamos de forma alodial de feudalismo. E dado, pelo menos para o rei feudal, que ele foi reconhecido como um juiz voluntariamente reconhecido e líder militar, como expliquei na palestra anterior, demorou muito para ele assegurar e ganhar a posição de soberano, despojando os proprietários feudais alodiais de seus direitos de propriedade plenos e completos e estabelecendo-se como um monopolista compulsório.

Agora, com o estabelecimento de reis como chefes de estado, podemos logo no início descobrir as sementes da destruição das monarquias dinásticas da seguinte maneira. Lembre-se do que expliquei sobre a justificativa que foi dada para a existência de um estado, a justificativa que Hobbes desenvolveu. Haverá guerra de todos contra todos, e a única maneira de criarmos a paz é tendo um monopolista no topo da hierarquia social sendo o juiz supremo equipado com o poder de tributar. Agora, curiosamente, nesta justificativa, vocês percebem que realmente não importa para o argumento hobbesiano quem é esse

monopolista. Na época eram monarcas porque a instituição da monarquia é uma instituição relativamente natural, apenas pessoas que têm mais sabedoria e riquezas acumuladas e que comandam mais autoridade e são respeitadas.

Os primeiros governos, os primeiros estados, são estados monárquicos, mas o argumento a favor do estado que os monarcas usaram para se estabelecerem como um estado não faz referência a uma afirmação de que esse monopolista deva ser um rei. Em princípio, pode ser qualquer um, apenas deve ser um monopolista quem o faz. Por causa disso, por exemplo, os reis ingleses inicialmente foram bastante antipáticos para com o argumento hobbesiano, porque perceberam que ele não continha uma justificativa ou legitimação específica para a instituição de monarcas dinásticos, e Hobbes foi até mesmo suspeito de ter algum tipo de simpatia pela república, ou mesmo como alguém que pode ter simpatias secretas por Cromwell. Se isso é verdade ou não, é irrelevante, mas o que importa é o fato de que essa justificativa para o estado, essa justificativa racional para o estado, incorpora as sementes da destruição da instituição de um estado monárquico.

Agora, essa transição do estado monárquico para uma forma diferente de democracia estatal levou várias centenas de anos, assim como o estabelecimento de estados a partir de ordens pré-estatais levou várias centenas de anos, e a transição foi conduzida por nada menos que os próprios intelectuais que desempenharam um papel importante em assegurar a posição de reis como estados. Lembre-se, os estados precisam de legitimidade, precisam de apoio, apoio voluntário do público, e foram exatamente os intelectuais que foram contratados pelo rei que espalharam essa ideia sobre a necessidade de um juiz monopolista equipado com poder tributário. Mas, como acontece com os intelectuais, eles estão sempre insatisfeitos com sua própria posição, embora a posição deles de alguma forma tenha melhorado, sendo agora de certa forma empregados ou semi-empregados por reis. Assim que chegaram a esta posição, eles começaram a espalhar várias visões igualitárias, e essas visões igualitárias simplesmente levantaram a questão de se não é de alguma forma injusto que existam pessoas que têm privilégios, que o rei seja guiado por um tipo diferente de lei do que o resto da humanidade,

que existem leis e privilégios principescos diferentes das leis e regras que se aplicam ao resto da humanidade. Assim, a propaganda igualitária assumiu a forma de um ataque ao privilégio. Como pode o privilégio ser reconciliado à ideia cristã de que somos todos criados iguais pelo mesmo criador – e a suposta solução proposta para essa aparente injustiça era dizer que deveria haver uma entrada livre para a posição de governo. Por que deveria ser o rei? Afinal, apenas um estado era necessário para criar a lei e a ordem, e outras pessoas podiam fazer isso tão bem quanto algum tipo de rei hereditário. Houve algumas pessoas desde o início que reconheceram que o problema não era que o rei do estado representava um monopólio, mas sim que o que era necessário como solução era, de algum jeito, se livrar desse poder de monopólio – novamente, ter jurisdições concorrentes. Mas a esmagadora maioria defendeu que, para abolir os privilégios, basta liberar o acesso ao governo a todos, e chamaram isso de igualdade perante a lei.

Agora, saliento desde o início que há, é claro, um erro envolvido nisso. Ao liberar a entrada na agência governamental para todos, em vez de restringi-la apenas aos membros de alguma família específica, você não anula privilégios. Em vez disso, o que você consegue é substituir privilégios funcionais por privilégios pessoais. O rei e seus sucessores tinham um privilégio pessoal, mas se você liberar a entrada para a posição de líder do governo a todos, ainda terá um privilégio funcional. Todos podem agora adquirir esta posição privilegiada, mas ainda existem posições privilegiadas. Em termos jurídicos, pode-se dizer, em vez de haver uma lei principesca superior e uma lei inferior aplicável ao homem comum, criamos agora, por assim dizer, o direito público, ou seja, a lei que regula o comportamento de quem está no comando do Estado e do direito privado que se aplica ao resto da humanidade.

Mas, o direito público está, novamente, acima do direito privado, da mesma forma que o direito principesco estava acima do direito aplicável às pessoas comuns. O direito público supera o direito privado, e existem privilégios que você pode ver simplesmente pelo fato de que, como funcionário público, você poderia fazer coisas que não tinha permissão para fazer como indivíduo privado. Isso, é claro, é verdade até hoje. Como funcionário público, você pode tomar a propriedade de terceiros. Como

cidadão, isso seria considerado crime. Como funcionário público, você pode escravizar pessoas; você pode recrutá-las para o exército e as forças armadas. Se você fosse um simples indivíduo particular, o mesmo ato seria considerado uma afronta e seria uma ofensa passível de punição. Os privilégios não desaparecem quando se libera a entrada no governo a todos, e nem todos são iguais perante a lei, porque existem dois tipos de lei. Se você for um funcionário público, uma lei diferente se aplica a você e o protege do que se você fosse um particular; como pessoa física, você só está protegido por uma forma subordinada de direito, que é o direito privado.

Se olharmos para a passagem da monarquia para a democracia, descrita como um sistema onde o ingresso no governo está ao alcance de todos, do ponto de vista puramente econômico, o que ocorre neste caso é que substituímos quem considera todo o território que exerce o controle monopolístico como propriedade privada que pode transmitir aos seus descendentes, por uma pessoa que é apenas um zelador temporário que está à frente, por um determinado período de tempo, do mesmo território. Mas isso, ser dono de um território versus ser um zelador temporário de um território, faz uma diferença fundamental do ponto de vista econômico. Deixe-me apenas ilustrar isso usando um exemplo muito elementar. Posso lhe dar uma casa e dizer: “Você é o dono da casa. Você pode vender esta casa se quiser, pode passá-la para as gerações futuras, se quiser. Você pode vender parte dela. Você tem o direito de cobrar aluguel.” E, por outro lado, eu lhe dou uma casa e digo: “Você não é o dono da casa. Você não pode vendê-la, você não pode determinar quem será seu sucessor. Você também não pode vender parte dela, mas pode usá-la em seu próprio benefício por um determinado período de tempo. Ou seja, o aluguel que você pode tirar desta casa, você é livre para fazer com essa renda o que quiser.”

Agora, perguntem-se se essas duas pessoas tratarão a casa da mesma maneira ou de maneira diferente, e a resposta é óbvia. Haverá uma diferença fundamental na forma como a casa será tratada por essas duas pessoas. O incentivo para o proprietário é, obviamente, tentar obter da casa uma renda de aluguel o mais alta possível, mas, ao mesmo tempo, sempre levar em consideração o que acontece com o valor do estoque de

capital do qual ele é o dono. Afinal, ele pode vender a casa. Ou pode passar a casa para as gerações futuras. E é possível, por exemplo, aumentar sua renda de aluguel de sua casa de tal forma que o valor do estoque de capital caia ou caia mais do que seu aumento na renda de aluguel que recebe. Um proprietário tentaria evitar que algo assim acontecesse. E se ele não fizer isso, ele será punido na medida em que verá que o valor de sua propriedade cairá no mercado imobiliário. Os incentivos de um zelador são totalmente diferentes. Um zelador possui apenas a renda do aluguel. Ele não possui o estoque de capital. Qual é o seu incentivo? Seu incentivo é maximizar sua receita de aluguel independentemente de quais sejam as repercussões sobre o valor do estoque de capital.

Digamos que em vez de colocar uma ou duas famílias em minha casa e cobrar aluguel de duas famílias, eu posso colocar mil trabalhadores imigrantes em minha casa e ter uma cama em cima da outra e, assim, definitivamente irei aumentar e minha renda de aluguel. Mas também é fácil ver qual será o preço desse tipo de uso, ou seja, vai haver uma deterioração do imóvel ocorrendo muito rapidamente. Os banheiros ficarão entupidos imediatamente, os tapetes ficarão sujos. Haverá grafite nas paredes e tudo mais, as pessoas voltam para casa bêbadas e quebram as paredes e sabe-se lá o quê. Novamente, se eu sei que estarei no comando desta casa por quatro anos e que as perdas em termos de valor de capital não são minhas perdas porque eu não sou o dono da coisa em primeiro lugar, meu incentivo será maximizar minha renda atual que pode ser alcançada com o uso desse capital, mesmo que ao final desses quatro anos o estoque de capital tenha se esgotado completamente.

Agora, em grande escala, essa é a diferença entre zeladores democráticos de países e reis como proprietários de países. O incentivo de um zelador democrático é que eu tenho que saquear o país o mais rápido possível, porque se eu não saquear o mais rápido possível, então não estarei mais no poder. Posso comprar muitos, muitos amigos se apenas impor uma quantidade enorme de impostos agora, e quanto ao que acontecerá depois que eu ficar sem poder, quem se importa? Considerando que os reis, pelo menos em geral, tinham interesse em preservar o valor de sua propriedade dinástica e transmitir uma valiosa propriedade para as gerações futuras. Não, não estou dizendo que todo

rei será automaticamente igualmente bom em termos de preservação dos valores de seu capital, nem digo que todo zelador democrático seguirá precisamente como o do cenário que desenvolvi, mas o que estou dizendo é que a estrutura de incentivos é tão diferente que podemos esperar que, em geral, na média, os reis terão um horizonte de planejamento mais longo e um maior interesse na preservação do estoque de capital e governantes democráticos, em geral, terão um interesse muito menor na preservação do estoque de capital e um interesse muito maior no consumo atual de recursos que você pode retirar do estoque de capital existente. A exploração de um rei é uma exploração de longo prazo, uma exploração previdente, uma exploração calculada. A exploração de um zelador democrático é uma exploração de curto prazo, exploração sem cálculo e assim por diante.

Vou ilustrar isso observando apenas três dimensões aqui. O tema da tributação – pois um rei, é claro, que quer tributar, não há dúvida. Todos são tentados a fazer isso; se você tem o direito de cobrar impostos, é claro que vai gostar de cobrar impostos. Mas o que ele vai colocar em perspectiva é que, se eu tributar muito agora, a produtividade da população pode cair no longo prazo e espero estar no poder também no longo prazo. Portanto, é mais provável que ele se envolva em uma quantidade moderada de tributação, sempre tendo em mente o desincentivo às pessoas produtivas que a tributação implica. Compare isso com um zelador que está no comando apenas por um certo período de tempo. Novamente, para ele, o fato de que, no longo prazo, a produtividade diminuirá se ele atualmente cobrar grandes quantidades de impostos é de muito menos preocupação do que seria para um rei porque, afinal, em um futuro mais distante, ele provavelmente não estará no poder. Ele é muito mais orientado para o presente a este respeito e descarta o fato de que impostos elevados significam uma redução na produtividade por parte da população subjugada muito mais do que um rei faria.

Veja o tema da dívida, da dívida do Estado. Um rei, é claro, também está inclinado a incorrer em dívidas e todos eles o faziam, especialmente para financiar guerras, mas os reis normalmente, para obter crédito, tinham que prometer certas coisas como garantia e, além disso, embora

isso fosse um tanto controverso, havia sempre a possibilidade de que as futuras gerações fossem responsabilizadas pela dívida contraída por seu próprio pai ou mãe. Isso não aconteceu em todos os casos, mas esta possibilidade estava pendurado como uma espada Damoclean sobre a cabeça de um rei, que sabiam que talvez a próxima geração deveria pagar sua dívida. E mais uma vez, ele sabe, é claro, que se o peso de sua dívida for muito alto, isso terá repercussões negativas de longo prazo nas taxas de poupança, e ele tenta evitar essas consequências de longo prazo, pelo menos até certo ponto. Agora considere um zelador público e sua atitude em relação à dívida do governo. Em primeiro lugar, nenhuma dessas pessoas espera que algum deles seja pessoalmente responsabilizado pelo pagamento da dívida. Ronald Reagan, que endividou os Estados Unidos mais do que qualquer um antes dele e agora, nosso amado guerreiro Bush, que novamente, endividou este país por uma tremenda quantia – Reagan não está na prisão de devedores, nem Bush terá que temer que seja preso se ele não pagar a dívida. Eles simplesmente assumem o máximo de dívidas que podem e dizem que alguns futuros idiotas terão de pagar por isso. Além disso, é claro, eles não darão nenhuma garantia. Isto é, enquanto os principais credores de reis insistiam que, se você não pagar, eu fico com este castelo ou aquele castelo ou este pequeno pedaço de terra ou aquele pedaço de terra de você. Aqui não há garantias de qualquer tipo de segurança. Se um governo democrático deixar de pagar suas dívidas, nenhum de vocês tem o direito de assumir o Grand Canyon ou algum lugar como este, portanto, nenhuma garantia. E, novamente, você pode, é claro, imaginar que a tendência dos governos democráticos de endividar-se é muito mais pronunciada do que seria sob o governo monárquico.

O mesmo se aplica à inflação. Sim, claro, os reis amavam a inflação, o corte das beiradas de moedas metálicas, e assim por diante; isso o enriquece. Mas, novamente, você tem duas preocupações. Por um lado, ao inflacionar, você aumenta sua renda atual; por outro lado, você receberá, no futuro, impostos de volta em dinheiro inflacionado. Para quem tem uma perspectiva de curtíssimo prazo, o que conta muito mais é a vantagem atual que você tem em termos de inflacionar, de poder imprimir o dinheiro e depois comprar um Mercedes ou um BMW ou o que quiser. E

então você percebe, é claro, quantos amigos você tem dos quais nem sabia, que também acabaram de perceber que, cara, esses caras têm a varinha mágica, eles podem simplesmente criar riqueza simplesmente imprimindo papel-moeda. Sim, claro, você receberá de volta papel-moeda inflacionado na forma de impostos futuros, mas, novamente, no futuro, você não estará lá; você não receberá aquele dinheiro inflacionado que volta na forma de impostos. Então, sua atitude em relação à inflação é mais generosa, por assim dizer. Você gosta mais da inflação.

Novamente, para todas essas previsões que faço, existe, é claro, ampla evidência empírica de que este é realmente o caso. Deixe-me apenas enfatizar que embora os reis tenham tentado várias vezes substituir o dinheiro de commodities, como ouro ou prata, por dinheiro de papel todas essas tentativas foram tentativas com vida relativamente curta. E eles tiveram que voltar para um padrão ouro ou prata. Já no mundo democrático – que começa após a Primeira Guerra Mundial – durante este período, pela primeira vez em toda a história da humanidade, o dinheiro mercadoria desaparece inteiramente em escala mundial e, onde quer que você vá, tudo o que você encontra é papel-moeda, e é claro, a inflação do papel-moeda ocorre em uma escala nunca vista nos séculos anteriores.

Também há uma atitude diferente entre os reis, em comparação com os zeladores democráticos, quando se trata de redistribuição de renda. Ambos podem tomar propriedade de outras pessoas, mas o rei, se tomar propriedade de particulares, corre um perigo ideológico. Ou seja, ele mesmo em relação a outros reis, se considera também dono de uma propriedade privada. Ele não quer minar a legitimidade da propriedade privada, porque se o fizer, então, é claro, seus concorrentes, o rei George ou o rei Henrique ou o rei Fritz, podem estar interessados em também tomar sua propriedade. Portanto, ele está muito interessado em manter a legitimidade da instituição da propriedade privada como tal. Portanto, suas formas de redistribuição raramente são redistribuições dos ricos para os grupos de pobres. As atividades de redistribuição por meio das quais ele tenta alcançar popularidade são tipicamente benefícios que ele concede a determinados indivíduos na forma de privilégios e, principalmente, a indivíduos que realizaram algo. Basta tomar os

Habsburgos como exemplo. Às vezes, enobreciam pessoas que eram inimigas da monarquia, mas na maioria dos casos enobreciam pessoas que haviam conquistado algo. É por isso que a família de Ludwig von Mises foi enobrecida, apesar de serem judeus. Eles também tinham relativamente poucos ódios raciais, porque todas as casas nobres estavam de alguma forma interconectadas e havia uma espécie de orientação muito mais internacional entre os reis do que entre os zeladores democráticos, que tendem a ser mais nacionalistas.

A redistribuição em condições democráticas é diferente. Você tem que ser reeleito o tempo todo e você tem que ser reeleito pelas massas, e as massas sempre consistem em despossuídos. Sempre há mais pessoas que não tem do que as que tem, de todo tipo de coisa que vale a pena ter. Ou seja, em termos de dinheiro, em termos de beleza, em termos de inteligência, seja o que for, sempre existem mais tolos do que espertos; sempre existem mais pobres do que ricos, etc. A estratégia em sistemas democráticos é, obviamente, a redistribuição de renda. Em primeiro lugar, você não precisa mais legitimar isso porque, afinal, você não está mais atuando como alguém que defende o princípio da propriedade privada; você é a favor da propriedade pública e considera a propriedade pública superior ou mais importante do que a propriedade privada. Tomar a propriedade privada não é um problema ideológico para você, e então, é claro, você a distribui não a indivíduos, mas às massas, e em geral, às massas de despossuídos, ou seja, as pessoas menos capazes em todos os tipos de capacidade.

Então, chego ao argumento frequentemente levantado em favor da democracia, isto é, "Não deveríamos nós, como defensores do livre mercado, ser a favor da livre entrada? Afinal, isso é o que aprendemos em economia: monopólio é ruim, do ponto de vista do consumidor, porque não há mais entrada livre em todas as linhas de produção. E se não houver mais entrada livre em todas as linhas de produção, então o incentivo de um produtor para produzir ao menor custo possível não existe mais." Imagine o seguinte: se existe livre entrada no mercado livre, todos podem se tornar fabricantes de automóveis, por exemplo. Então, se eu produzir um carro a um custo maior do que o custo mínimo possível de produção deste carro, eu basicamente estendo um convite a outra pessoa para

entrar em competição contra mim, para produzir o mesmo produto a um custo inferior ao meu e então ser capaz, é claro, de cobrar um preço mais baixo pelo produto e, assim, me tirar do mercado. Por outro lado, se temos restrições à livre entrada, essa pressão para produzir com o menor custo possível não existe mais. Este é normalmente o nosso argumento, por que somos a favor da concorrência, ou seja, a livre entrada em todas as linhas de produção, e por que somos contra o monopólio, o que significa que a entrada em certas linhas de produção é proibida ou obstáculos são colocados no caminho da livre entrada, etc. O argumento de alguns defensores da democracia é: "Então, a mesma coisa não vale aqui? Se temos um rei, significa que temos entrada restrita, e com democracia, de repente a entrada está aberta, e isso não é uma grande vantagem da democracia sobre a monarquia?"

Agora, o problema com este argumento é este. O argumento contra o monopólio a favor da concorrência que apresentei antes só se mantém na medida em que estamos considerando a produção de bens. O argumento, entretanto, não se sustenta se considerarmos a produção de males, e é exatamente isso que os governos fazem. Afinal, as pessoas que são tributadas não pagam voluntariamente pelo privilégio de serem tributadas. Ou seja, elas não consideram ser tributadas como um bem. Aquelas pessoas que, por meio de ação legislativa, são despojadas de seus bens ou de parte de seus rendimentos, não consideram que isso seja uma coisa boa; elas consideram isso uma coisa ruim. As pessoas que veem que o poder de compra de seu dinheiro diminui como resultado da impressão de papel-moeda, não consideram isso uma produção de bens; elas consideram isso como a produção de algo ruim. Agora, queremos ter competição nas áreas de produção de males? A resposta deve ser óbvia: não. Na produção de males, queremos ter o mínimo de competição possível. Não queremos que haja competição para ver quem seria o comandante mais eficiente de uma câmara de gás. Não gostaríamos de ter competição para ver quem seria o melhor açoitador de escravos. Estaríamos completamente satisfeitos se essa ocupação de açoite de escravos ou de comandante de câmara de gás fosse muito restrita e ficaríamos muito felizes se pessoas muito incompetentes exercessem esse

poder, ao invés de procurar pessoas que sejam particularmente boas nisso.

Continuando esse argumento, você pode dizer: "Os reis, uma vez que eles assumiram sua posição por acidente de nascimento, podem, é claro, ser caras maus, sem dúvida". Mas, se eles são malvados e representam um perigo de que, por meio de sua atividade, a posse de sua dinastia – afinal, eles são chefes de família – esteja ameaçada, então o que normalmente acontece é que um de seus parentes próximos será designado a dar um ultimato a esse cara e cortar sua cabeça. Ou seja, temos uma maneira de nos livrar dessas pessoas, e nem mesmo precisamos nos preocupar muito com o público em geral cuidando desse problema. É na família daqueles próprios reis peculiares que está o maior incentivo para cercar esses malucos com conselheiros que restringem seus desejos malignos, ou se isso não funcionar, então para contratar alguém de sua própria família para aniquilar esse cara.

Por outro lado, se você assumir o cargo por acidente, também é possível que essas pessoas possam ser boas e decentes, como tios legais. Elas não precisam se preocupar em ser reeleitas. Elas foram treinadas por um longo tempo para ser o futuro rei ou rainha e cuidar do país. E acredite em mim, eu encontrei alguns membros das casas reais; a educação dessas pessoas em média tende a ser uma educação que a maioria das pessoas não gostaria de sofrer. Ou seja, muito mais é exigido deles em termos de bom comportamento decente do que das pessoas comuns. Estou feliz por não ser filho de uma casa real. Na maioria desses lugares, há relativamente pouca diversão em sua vida. Nas famílias monárquicas que foram depostas, eles frequentemente se tornam playboys, porque não tiveram preparação para mais nada. Eles apenas têm casos e jogam e fazem isso e aquilo, mas naqueles lugares onde ainda existe a expectativa de que eles irão assumir a posição, eu lhe digo, existe uma disciplina que você jamais viu em sua própria casa.

Agora olhe para os governantes democráticos e como eles chegam ao poder. Eles têm que ser eleitos. E, deve ficar perfeitamente claro que sob essa condição, ou seja, com livre entrada, todos podem se tornar presidentes, senadores etc. – e essas pessoas estão no negócio de fazer coisas ruins, sendo capazes de fazer coisas ruins; temos uma competição:

"Quem é o vilão mais inteligente? Quem tem o talento mais demagógico? Quem é um magnífico subornador, mentiroso, trapaceiro e tudo o mais?" Em condições democráticas, especialmente no nível central, é quase impossível que uma pessoa decente seja eleita para um posto mais alto. Isso pode não ser o caso em uma pequena aldeia. Em uma pequena aldeia, ainda existem alguns tipos de restrições sociais, de modo que o maior, o mais liso mentiroso e tipos assim podem não ganhar uma eleição em uma aldeia de cem pessoas onde todos sabem que tipo de idiota ele é. Mas, vá para níveis superiores, estaduais, federais, etc., e é quase certo que uma pessoa que por convicção não mente, que diz que devemos, claro, não roubar os ricos para dar para os pobres, mas devemos proteger os direitos de propriedade privada em todas as circunstâncias, uma pessoa como essa tem tanta probabilidade de ser eleita quanto a de que nevará no verão em Las Vegas.

Vou apenas fazer mais algumas observações. Também há muito mais resistência contra o aumento de impostos se você tiver monarcas, porque todo mundo vê, isso é um monarca, eu não posso ser o monarca. Eu sou apenas um cara normal e por que ele deveria me cobrar impostos? Haverá resistência contra a cobrança de impostos porque você percebe que nunca se beneficiará com esse tipo de coisa. Por outro lado, assim que todo mundo tem chance de ser presidente, senador ou o que quer que seja, você não gosta de ser tributado enquanto estiver fora do governo, mas há um prêmio de consolação. O prêmio de consolação pode ser que em algum momento eu estarei do outro lado de tudo isso, e isso me faz suportar a tributação mais facilmente do que de outra forma. Esse é outro argumento importante. Lembre-se de novo, reis que exageram, eles rapidamente perdem a cabeça. Democratas, mesmo que sejam muito mais perversos do que os reis seriam, raramente serão mortos, porque você pensa: "Talvez em quatro anos possamos nos livrar desse cara", e imagine como seria bom se esta instituição de regicídio também fosse expandida para democraticídio ou algo dessa natureza."

Vou terminar com algumas observações extras. A primeira explica como desenvolvi essas ideias sobre a monarquia. A pessoa que inicialmente despertou meu interesse por esse assunto foi Eric von Kuehnelt-Leddihn, de quem eu era bastante amigo. Ele era, é claro, muito

mais velho do que eu. Antes disso, como a maioria das pessoas, eu sempre pensava: "Monarquia, que ideia idiota. Como você pode sequer falar sobre esse assunto?" Então, ele me convenceu de que valia a pena pensar nisso. Acho que ele não tinha argumentos tão convincentes quanto os que desenvolvi mais tarde. [Risos] Não estou me gabando, porque ele mesmo admitiu isso. Ele escreveu alguns artigos antes de morrer e, em cada um deles, ele me cita e diz que, é claro, desenvolvi isso muito mais do que ele jamais imaginou ser possível. Então, não estou apenas me gabando disso.

A ideia que me deparei primeiro e a partir da qual desenvolvi isso foi que, ao observar a ex-União Soviética, ao contrário da maioria dos lugares da Terra, nas últimas duas décadas, a expectativa de vida caiu. Tendo viajado muito pelo Bloco Oriental porque meus pais vieram da Alemanha Oriental e foram explorados pelo governo de lá, e eu tenho parentes lá e visitei esses lugares, sempre notei as péssimas condições de saúde dessas pessoas, apesar de terem, claro, um sistema saúde gratuito. Lá, tudo era gratuito, só que nada dessas coisas supostamente gratuitas jamais estava disponível. E eu me perguntei: "O que poderia explicar isso? A expectativa de vida cair aqui, mas em todos os outros lugares, ela parece estar aumentando." E outra observação notável foi o grande número de pessoas que a União Soviética matou e fez trabalhar até a morte, mesmo em tempos de paz.

E então me ocorreu que, na verdade, há uma explicação muito simples para isso e a explicação é simplesmente esta. Existem dois tipos de escravidão. Existe a velha escravidão comum que conhecemos nos Estados Unidos. Vocês, americanos, estão familiarizados com ele e são culpados; Eu, claro, não sou. Os alemães fizeram outras coisas, mas não isso. Então, aqui você tinha propriedade privada de escravos. Na União Soviética e nos países do Bloco de Leste, você também tinha uma forma de escravidão, porque a escravidão é caracterizada por duas marcas. Por um lado, você não pode fugir. Se você tentar fugir e eles o pegarem, eles o punirão ou até o matarão. E a segunda característica é que eles podem designar você para trabalhar. Isso eles poderiam fazer na União Soviética. Você não poderia fugir, eles atirariam em você se você tentasse fazer isso e é claro que você não poderia simplesmente ficar vagando por aí. Se você estivesse apenas andando por aí, eles iriam levá-lo e colocá-lo

para trabalhar em algum lugar. Mas, os escravos na União Soviética não eram escravos de propriedade privada. Ou seja, Lenin, Stalin e Gorbachev e quem quer que seja, eles não podiam vender essas pessoas no mercado de escravos e embolsar o dinheiro, ou alugá-los por algumas horas e então financiar suas cervejas com o dinheiro do aluguel que recebiam. Não, eles eram apenas proprietários públicos ou zeladores públicos desses escravos. Eles podiam explorá-los ao máximo, mas não possuíam o capital neles. Ou seja, eles não eram donos da pessoa. E uma vez que você perceba isso, então é perfeitamente claro que um proprietário privado de escravos que pode vender o escravo no mercado de escravos, que pode alugá-lo, que pode passá-lo para seu filho, em geral tratará seu escravo muito mais humanamente do que alguém que é dono público de escravos, porque o dono privado de escravos percebe que se maltratar um escravo, o valor desse escravo cairá.

Que proprietário privado de escravos mataria o escravo apenas pelo prazer de fazê-lo? Esse é um evento muito raro. Assim como um fazendeiro não mata seus cavalos e vacas apenas para se divertir. Afinal, eles representam seus bens de capital! Mas na União Soviética, naqueles lugares onde havia escravidão pública, foi exatamente isso o que aconteceu. As pessoas não cuidavam de seus escravos. A expectativa de vida caiu. Se esses escravos caíssem mortos, não há problema, você tinha um novo suprimento esperando ao virar a esquina. Se lhe dissessem que você deve ser um escravo, que não pode ser um homem livre, o que você escolheria? Você gostaria de ser um escravo de propriedade privada ou gostaria de ser um escravo do gulag? E acho que a resposta é perfeitamente clara. Prefiro ser um escravo privado do que um escravo gulag. E quando se trata de democracia e monarquia, a coisa é basicamente a mesma. Se você não pode ser um homem livre, se você não pode ter uma ordem natural que respeite a propriedade privada, mas você tem que ser roubado por alguém, você preferiria ser roubado por alguma dinastia de reis ou por alguns zeladores eleitos aleatoriamente? E acho que a resposta a essa pergunta também é relativamente clara.

E a última coisa que quero fazer é, mais uma vez, dar um exemplo que sempre dou aos meus alunos e, com base na reação deles, sempre achei muito instrutivo, explicando os efeitos da democracia. Você sabe que

durante o século XX, o direito de voto era extremamente restrito. Em muitos países, ele nem existia no início do século XIX, mas foi gradualmente expandido ao longo do tempo. Em primeiro lugar, é claro, as pessoas só pensavam na cidadania masculina. As mulheres eram consideradas apêndices dos homens, votando da mesma forma que seus maridos. Infelizmente, elas também não fazem mais isso.

E o interessante é que o país, por exemplo, que introduziu primeiro a cidadania masculina com direito a voto, uma cidadania masculina quase completa, por acaso foi o país que deu o direito de voto às mulheres por último, e esse país foi a Suíça. E desde então, a Suíça também está em uma condição muito hesitante. Eles já estavam em grande perigo antes, mas o perigo aumentou dramaticamente desde então. Mas, como você sabe, é claro, não tenho absolutamente nada contra as mulheres. Eu adoro mulheres e sou a favor de que ninguém deveria ter o direito de votar. Mas, em qualquer caso, no século XIX, gradualmente a cidadania foi expandida e paralelamente à expansão da cidadania, o movimento liberal clássico morreu e os partidos social-democratas e socialistas chegaram ao poder. Mesmo aqueles partidos que se diziam liberais não são mais liberais no sentido clássico anterior. Eles se tornaram partidos sociais liberais.

E para ilustrar essa tendência, para fazer as pessoas entenderem isso, quase uma consequência necessária da expansão da cidadania, sempre uso dois exemplos. O primeiro exemplo é, imagine que temos uma democracia mundial, um homem, uma mulher, um voto, em escala mundial. Qual será o resultado disso? Haverá um governo de coalizão indiano-chinês, simplesmente em virtude dos números. O que fará esse governo de coalizão indiano-chinês para ser reeleito no próximo turno? Eles irão, é claro, iniciar uma redistribuição massiva, um programa de redistribuição de renda e riqueza dos Estados Unidos e da Europa Ocidental para essas regiões. Alguém tem a menor dúvida de que esse seria o resultado? Não encontrei nenhum aluno em minhas aulas que tivesse a menor dúvida de que seria isso o que aconteceria. E então, você aponta: "Olha, o que você acha que aconteceu quando eles expandiram a cidadania em seu próprio país?" E então eles começam a perceber, oh, provavelmente é exatamente a mesma coisa que aconteceu lá também,

talvez não tão drasticamente porque a população era mais homogênea, a diferença entre os níveis de renda não era tão pronunciada como agora entre a Índia e os Estados Unidos ou lugares como este, mas é claro, a mesma coisa aconteceu lá.

E o segundo exemplo é, no século XIX, a idade em que as pessoas podiam votar era relativamente alta e, em geral, elas também tinham restrições de propriedade. Mas, olhe apenas para a idade. Havia muitos lugares como a Itália, onde a idade era de vinte e nove anos, em um país com uma expectativa de vida de quarenta e cinco. Então, só os velhos podiam votar naquele lugar. Isso seria hoje em dia como se apenas pessoas acima de setenta e cinco anos pudessem votar. E então a idade para votar foi gradualmente reduzida ao nível atual de dezoito anos. Agora, temos que admitir que dezoito anos é, obviamente, uma idade completamente arbitrária. Por que não doze? Em muitos lugares do mundo, as pessoas podem escrever aos 12 anos. Nos Estados Unidos nem sempre esse é o caso, mas em muitos lugares, sabe-se de gente que sabe escrever com essa idade. Então, por que não doze? Agora, o que aconteceria então? Eu não diria que uma criança de 12 anos seria eleita presidente ou algo assim, mas o que você pode prever é, claro, que todo partido político teria algo em sua plataforma sobre as legítimas preocupações e direitos das crianças. Assim como hoje nos preocupamos muito com os idosos, que os tratemos bem, porque sabemos que eles têm mais tempo livre e tendem a ir apressadamente a essas eleições, enquanto outras pessoas às vezes têm que trabalhar e não podem ir votar. Estaríamos então muito preocupados com seu bem-estar e o que essas plataformas provavelmente conteriam? Pelo menos uma visita à Toys “R” Us por mês, vídeos gratuitos da Blockbuster, quantos você quiser, pelo menos um Mc Lanche Feliz no McDonald's ou Burger King por dia e um Big Gulp para cada criança a qualquer hora.

Palestra 9

Estado, Guerra e Imperialismo

Hoje quero falar sobre estado, guerra e imperialismo. Quero começar lembrando-lhes que a luta e a guerra, a conquista e o saque fazem parte da história humana, apesar das vantagens da divisão do trabalho, sobre a qual falei extensivamente. E se buscarmos as razões para esse comportamento divergente, encontraremos três fatores. Um é a falta de inteligência e, intimamente relacionado a isso, está uma preferência temporal muito alta. Alta preferência temporal e baixa inteligência são fenômenos intimamente relacionados, preocupando-se apenas com os efeitos imediatos, não sendo capaz de apreender as vantagens de longo prazo que resultam da divisão do trabalho, mas sendo tentado pelas vantagens imediatas que você pode obter roubando e saqueando e se envolvendo neste tipo de atividades. E o terceiro fator que contribui para isso são as ideologias violentas. Existem ideologias como o nacionalismo ardente e coisas dessa natureza que também contribuíram poderosamente para o fato da guerra. Basta pensar na atual Guerra do Iraque: a ideia de que alguns países são simplesmente superiores a outros, sabe-se lá porquê, obviamente contribui para esse tipo de guerra.

No entanto, quero enfatizar, antes de entrar no assunto da guerra na história, que também houve uma expansão pacífica da civilização. Basta lembrar o que falei bem no início de minhas palestras, a expansão lenta e gradual da vida agrícola do Crescente Fértil, progredindo daquela área cerca de um quilômetro por ano, durante vários milhares de anos, gradualmente substituindo as sociedades menos civilizadas de caçadores e coletores e pastores, e instituindo relações sociais mais pacíficas do que antes. Ou pense em exemplos de colonialismo, que é algo muito diferente do imperialismo. O colonialismo foi impulsionado pelo motivo da escassez de terras, e também impulsionado por várias ideologias missionárias, os cristãos querendo espalhar a fé cristã para outras áreas.

Só para citar alguns exemplos de aventuras coloniais relativamente pacíficas, como o colonialismo grego, sem as quais não teríamos cidades

como Stagira, onde Aristóteles nasceu, ou Pestamo, ou Pérgamo, ou Éfeso, ou Agrigento, ou Siracusa, todas das quais são de origem grega e locais para os quais a cultura grega foi exportada. Da mesma forma, podemos dizer que, pelo menos parcialmente, a Roma primitiva também teve um efeito civilizador no resto da Itália, levando sua cultura superior para lugares menos desenvolvidos na Itália e também para lugares menos desenvolvidos em partes do Império Romano posterior. Sem o colonialismo dos bávaros, não haveria a Áustria, que estava, naquela época, na orla oriental da civilização, e os bávaros colonizaram essas regiões e as transformaram em lugares mais ou menos civilizados. Devemos citar os esforços de Frederico o Grande e Maria Theresia, que promoveram o assentamento de alemães nas regiões mais orientais da Europa com o objetivo de elevar a vida cultural nessas regiões. Ou, chegando aos tempos mais modernos, Nova França, Canadá: em 1754 havia 55.000 franceses que se estabeleceram no Canadá e criaram, por assim dizer, a civilização do nada. Depois de 1650, cerca de 80.000 pessoas se estabeleceram na Nova Inglaterra e mais de 100.000 se estabeleceram em Maryland e Virgínia. Ao todo, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram a Grã-Bretanha durante os séculos XVII e XVIII para fins coloniais, em geral empreendimentos pacíficos. Cerca de 200.000 alemães partiram para a América antes de 1800.

Permita-me apresentar-lhes alguns números de países de onde as pessoas partiram e de países para onde as pessoas foram, desde meados do século XIX até cerca de 1930. Ao todo, 52 milhões de europeus deixaram a Europa durante esse período de tempo. Cinco milhões de austríacos deixaram seu país, 18 milhões de britânicos, menos de 5 milhões de alemães, 10 milhões de italianos, cerca de 5 milhões de espanhóis, cerca de 2 milhões de russos e pouco menos de 2 milhões de portugueses. E para onde eles foram? Seis milhões deles foram para a Argentina, mais de 4 milhões foram para o Brasil, mais de 5 milhões foram para o Canadá, 34 milhões foram para os Estados Unidos, pouco menos de 3 milhões foram para a Austrália, cerca de meio milhão foram para a Nova Zelândia, e pouco menos de meio milhão foi para a África do Sul. Também há um fato interessante de que cerca de 4 milhões de pessoas foram para a Sibéria durante o século XIX, ou seja, em uma área

que basicamente não era nada antes. E, por último, mas não menos importante, por volta de 1930, cerca de 8 milhões de chineses deixaram seu país e foram para vários lugares do sudeste asiático para promover suas culturas. Novamente, não estou dizendo que todos esses movimentos coloniais foram inteiramente pacíficos, mas de forma esmagadora; podemos dizer que essas foram expansões pacíficas de cultura e civilização para lugares que antes eram menos civilizados e menos cultos.

Agora, ao tópico. Voltarei a falar do Ocidente como a civilização superior em última instância e quero começar primeiro com os conflitos pré-estatais, ou seja, os conflitos que existiam durante o período feudal, essencialmente antes de 1500. Para preparar o cenário, lembre-se que a Europa – e essa foi uma das razões para a singularidade e para o desenvolvimento da Europa – era um lugar altamente descentralizado nessa época, com dezenas de milhares de cidades menores ou senhores, príncipes e reis maiores. Existiam nesta época dezenas de milhares de pessoas que possuíam um castelo ou uma fortaleza e podiam dizer não a quem quisesse saqueá-los ou oprimi-los ou cobrar impostos ou o que fosse, porque por muito tempo os castelos foram de fato um meio muito eficaz de se proteger contra qualquer tipo de inimigo. E essa proteção que fortalezas e castelos constituíam apenas gradualmente desapareceu com o desenvolvimento da artilharia, que aparece pela primeira vez em 1325, mas só se torna um fator de guerra realmente relevante cerca de duzentos anos depois, ou seja, nos anos 1500. As forças de combate durante esta era feudal consistiam, em geral, de cavaleiros montados, que eram muito caros na época. Afinal, os cavalos competiam com os homens por comida e era caro ter um cavalo, uma armadura e armas, e tudo o mais usado para equipar um cavaleiro guerreiro. E, além disso, havia arqueiros usados na guerra. E de 1300 em diante, até cerca de 1500, um papel importante também foi desempenhado pelos piqueiros. Essa foi uma estratégia – desenvolvida em particular pelos suíços – de reunir grandes grupos de pessoas (em alemão eram chamados de *Spießer Gewalthaufen*, "agrupamentos de violência de lança" seria a tradução), e esses grupos de piqueiros foram o primeiro desenvolvimento que poderia resistir até a cavaleiros montados. Antes disso, os cavaleiros montados eram o *non plus ultra* em termos de armamento, até que esses enormes grupos de

piqueiros surgissem e pudessem dar conta dos cavaleiros montados. Esses grupos às vezes tinham três, quatro ou cinco mil pessoas e simplesmente eliminavam os cavalos. Os próprios lutadores eram vassalos dos senhores ou inquilinos dos senhores. Você se lembra que durante o tempo feudal existia algum tipo de relação contratual entre os senhores que eram donos das fortalezas e ofereciam proteção, e os vários inquilinos que eles tinham para assistência mútua em casos de conflito.

Um pouco mais tarde, surgiram grupos mercenários, ou seja, grupos que podiam ser contratados por quem precisasse deles para fins defensivos ou agressivos. As lutas eram bastante frequentes naquela época, mas eram, como você pode imaginar, em uma escala comparativamente pequena e normalmente eram algum tipo de disputa de herança. Quem é o dono deste lugar? Quem é o dono deste pedaço de terra? E assim por diante. Nenhum exército naquela época ultrapassava 20.000 pessoas, e a maioria dos exércitos era significativamente menor do que isso. Mas o que é importante é que existiam certas regras sobre como lutar. Apesar do fato de que essas lutas eram sangrentas, existia algo como a honra de cavaleiro, e a honra de cavaleiro prescrevia certas maneiras de proceder e proibia outras. Quero ler para vocês uma citação nesse sentido, de Stanislav Andreski, que mencionei algumas vezes antes. Ele escreve aqui que

> No auge da civilização medieval, as guerras eram quase partidas esportivas: sangrentas, com certeza, mas igualmente restritas pelas convenções. Vejamos um dos muitos exemplos de tal espírito. No início do século XV, Jagiello, o rei da Polônia e da Lituânia, estava lutando contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos. Em uma ocasião, ele encontrou o exército deles quando estava cruzando um rio e, embora muitos de seus guerreiros estivessem ansiosos para atacar o inimigo, ele os conteve porque pensou que era indigno de um cavaleiro atacar o inimigo que não estava pronto. Quando os dois exércitos finalmente se encontraram em um terreno justo, eles primeiro

> se engajaram em parlays, durante os quais os enviados dos cavaleiros teutônicos deram a Jagiello duas espadas, zombando assim do armamento inferior de suas tropas. Tendo dormido durante a noite, cada lado celebrou uma missa em seu acampamento. Quando os dois lados estavam prontos, eles sinalizaram um para o outro com trombetas e então correram para a batalha. Via de regra, os cavaleiros medievais consideravam indigno de sua honra atacar de surpresa ou perseguir o inimigo derrotado. Os cavaleiros que caíam de seus cavalos eram geralmente poupados e liberados para resgate.[29]

Quando os mercenários foram usados como soldados, as guerras também foram em sua maioria batalhas sem derramamento de sangue. Os mercenários eram um bando de aventureiros, homens internacionais. Eles não estavam unidos por nenhum tipo de ideologia e sua atitude geral era que meu inimigo hoje pode ser meu empregador amanhã, então é melhor eu me preocupar em me proteger para não ser morto. Esperar até que essas pessoas que são meus inimigos vão à falência e tenham que desistir, mas em qualquer caso, evitar grandes quantidades de baixas. Novamente, para esse efeito, uma citação de J.F.C. Fuller, um historiador militar que escreve sobre a guerra mercenária na Itália do século XIV. Ele diz,

> Em Florença e em Milão e em outros principados ducais, em suas disputas faccionais, seus tiranos dependiam de mercenários profissionais altamente treinados contratados pelos seus *condottieri*, ou capitães contratados. Esses soldados lutavam apenas pelo lucro; um ano eles podem vender seus serviços a um príncipe e a seu rival no próximo. Para eles, a guerra era um negócio e também uma arte, em que o resgate de

---

[29] Stanislaw Andreski, *The Uses of Comparative Sociology* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1964), p. 111.

> prisioneiros era mais lucrativo do que matar os inimigos de seu empregador. Como a guerra era seu negócio, prolongar uma guerra em vez de encerrá-la era claramente vantajoso para eles.[30]

Assim, o historiador Guicciardini escreve:

> Eles passariam todo o verão no cerco de um lugar fortificado, de modo que as guerras fossem intermináveis e as campanhas terminassem com pouca ou nenhuma perda de vidas e, no final do século XV, soldados notáveis como os *condottieri* Paolo Vitelli e Prospero Colonna declararam que "as guerras são vencidas mais pela indústria e astúcia do que pelo confronto de armas em si".[31]

E sobre esses soldados, Sir Charles Oman escreve,

> A consequência de deixar a condução da guerra nas mãos dos grandes capitães mercenários foi que muitas vezes ela passou a ser travada como um mero exercício tático ou um jogo de xadrez, com o objetivo de manobrar o inimigo para uma situação impossível e então capturá-lo, ao invés de esgotá-lo por uma série de batalhas custosas. Suspeitou-se até que os *condottieri*, como os pugilistas desonestos, às vezes decidiam de antemão que empatariam o jogo. As batalhas, quando ocorriam, costumavam ser ocorrências sem sangue ... Maquiavel cita casos de ações gerais em que havia apenas dois ou três homens armados mortos, embora os prisioneiros devessem ser contados às centenas.[32]

---

[30] J.F.C. Fuller, *The Conduct of War 1789–1961: A Study of the Impact of the French, Industrial, and Russian Revolutions on War and Its Conduct* (1961; London: Eyre and Spottiswoode, 2015), p. 1.
[31] Citado em ibid., P. 2.
[32] Citado em ibid., Pp. 2–3.

Do século XVI ao século XVII, essencialmente até o final da Guerra dos Trinta Anos em 1648, vemos uma mudança na guerra. Podemos chamar esse período de período durante o qual não temos Estados lutando entre si, mas, em vez disso, as guerras são conduzidas para criar Estados. Lembrem-se, quando falei sobre a origem do estado, expliquei como os reis frequentemente tentavam criar a situação hobbesiana de guerra de todos contra todos, a fim de sair dessa guerra como um estado e não como um rei feudal que precisava contar com contribuições voluntárias de seus vários vassalos. Essas guerras dos séculos XVI ao XVII foram bastante brutais. E apenas para documentar a tese de que essas guerras foram guerras usadas como instrumentos para a formação de Estados, aqui está uma citação de um historiador alemão, que escreve:

> Os anos entre 1500 e 1700, de acordo com um estudo recente sobre a incidência da guerra na Europa, foram "os mais belicosos em termos de proporção de anos de guerra em andamento (95%), a frequência da guerra (quase uma a cada três anos), e a duração média anual, extensão e magnitude da guerra."[33]

Esta foi a Europa mais belicosa até aquele ponto; em 95% dos anos, houve alguma guerra; em média, a cada três anos uma nova guerra era iniciada, em que a duração e a extensão aumentavam com o tempo. Neste caso, até a Guerra dos Trinta Anos, essas guerras não foram guerras interestatais, mas foram guerras de formação de estado.

E essas guerras de formação de Estado acontecem bem no período da Revolução Protestante. Como expliquei, a Revolução Protestante foi precisamente o evento usado por vários príncipes para combinar o poder terreno e religioso e se estabelecerem como governantes de estado em vez de reis feudais. Nesse período, de 1500 a 1648, pela primeira vez as guerras adquirem conotação ideológica. O que mencionei antes é que os mercenários não tinham ideologia pela qual lutar. Os vários nobres feudais que lutavam entre si normalmente também não tinham propósitos ideológicos em mente por trás de suas lutas, mas suas razões

---

[33] Geoffrey Parker*, The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, 2d. ed. (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), p. 1.

para lutar eram mais ou menos disputas de herança, que tendem a ser resolvidas pela ocupação; depois de ocupar um determinado território, a guerra basicamente acabou. Mas essas guerras religiosas foram guerras com motivação ideológica, e guerras com motivação ideológica (voltarei a isso mais tarde quando falar sobre guerras democráticas) tendem a ser muito mais brutais do que guerras profissionais porque envolvem a participação das massas.

Além disso, pela primeira vez durante este período, os mosquetes foram usados. Estes tinham um alcance de cerca de 200 metros, pouco mais de 200 jardas, mas eram capazes de atirar apenas uma vez por minuto. E a artilharia foi usada agora, em maior extensão. Além disso, a partir do século XVII, uma combinação da estratégia de lanças com o mosquete de tiro foi introduzida com o uso de baionetas. A capacidade de usar artilharia e mosquetes tornou possível, pela primeira vez, derrotar grupos de piqueiros. Antes disso, era basicamente impossível separá-los. Agora, por meio do fogo de artilharia e do uso de mosquetes, você pode separar e espalhar esses grupos de piqueiros e, então, ser capaz de atacá-los. E também as fortificações que, por muito tempo, ofereceram sólida proteção, tornaram-se cada vez menos protetoras com o desenvolvimento da artilharia. Em resposta ao desenvolvimento da artilharia, novos tipos de fortificações foram desenvolvidos tanto no formato de triângulos ou em formato de estrelas e com algum tipo de fosso de água à sua frente, a fim de forçar a artilharia a ser colocada a distâncias maiores e tornar a artilharia menos eficaz na destruição das paredes das fortificações.

As revoltas religiosas, que foram inicialmente estimuladas por pessoas como Lutero e as várias reformas protestantes, e o caos social que delas resultou, como eu disse, foram usadas pelos vários príncipes como um trampolim para a formação do Estado e para forçar a nobreza menor a submissão e aceitação da regra e do poder de tributação dos senhores maiores. Além disso, essas guerras religiosas foram usadas pelos príncipes para se apropriar de quantidades substanciais de propriedades que a Igreja Católica possuía; em alguns países, até 30% das terras cultivadas pertenciam às igrejas. Os reis formaram novas alianças com as religiões nacionais, e a separação de estilo antigo entre igreja e estado cada vez mais se rompia e se tornava alianças mais diretas entre essas

duas forças. No final da Guerra dos Trinta Anos em 1648, os territórios alemães, por exemplo, que tinham cerca de 20 milhões de pessoas no início, perderam 8 milhões de pessoas como resultado deste período de guerras de formação de estado permanente. O estado moderno surgiu na Europa no final da Guerra dos Trinta Anos.

Neste ponto, exércitos permanentes passaram a existir normalmente. Exércitos permanentes eram, é claro, muito mais caros do que contratar mercenários aqui e ali e depois dispensá-los novamente. Assim, a formação de exércitos permanentes requer, de pronto, uma certa centralização de poder e requer que exista poder tributário por parte dos senhores ou reis. Durante a Guerra dos Trinta Anos, por exemplo, ainda existiam cerca de 1.500 *condottieri* independentes, líderes do exército. Todos esses agora estavam consolidados em exércitos permanentes. Ou as companhias mercenárias independentes foram dissolvidas ou simplesmente assumidas como um exército estatal e então tiveram que ser pagas, é claro, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, o que as tornava muito caras. No entanto, mesmo nessa época, a Europa permaneceu altamente descentralizada. Para lhe dar uma indicação disso, mesmo depois da Guerra dos Trinta Anos, a Alemanha consistia de 234 países, 51 cidades livres e cerca de 1.000 grandes solares independentes de propriedade de pessoas nobres significativas.

Depois de 1648, começa o próximo período de guerra, que podemos chamar de período de guerra monárquica. E antes de caracterizar este período de guerra monárquica, deixe-me apresentar alguns argumentos teóricos que nos ajudam a entender o desenvolvimento que resulta agora, após a Guerra dos Trinta Anos. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que instituições como os estados mostram uma agressividade natural. A explicação é muito simples. Se você mesmo tiver que financiar seus próprios empreendimentos agressivos, com seu próprio bolso, isso reduzirá um pouco sua inclinação natural para lutar contra outras pessoas, porque você mesmo terá de pagar por isso. Por outro lado, se você imaginar que se eu quero lutar com alguns de vocês e posso cobrá-los e pedir-lhes que me apoiem em meus esforços de luta, então, quaisquer que sejam meus impulsos agressivos iniciais, certamente são estimulados porque posso externalizar o custo da guerra para outras pessoas. Eu não

tenho que arcar com o custo sozinho. Outras pessoas têm que arcar com os custos. Isso explica por que as instituições que têm o poder de tributar, e também as instituições que têm o poder de imprimir dinheiro, em épocas posteriores, têm capacidades financeiras que tornam mais provável elas irem a guerra do que você teria sem o poder de tributar ou o poder de imprimir dinheiro.

Também podemos ver que os estados, por competirem entre si pela população, não gostam de ver pessoas se mudando de um estado para outro. Afinal, cada pessoa que se muda de um lugar para outro significa que aqui há um pagador de impostos a menos e seu oponente ganha um pagador de impostos a mais. O alto grau de descentralização que existia na Europa andava de mãos dadas com um alto grau de mobilidade regional, pessoas se mudando de territórios que eram mais opressores para territórios menos opressores, e isso então causa rivalidades automáticas entre os diferentes estados e frequentemente leva a guerra. E podemos dizer que essa competição entre estados, ao contrário da competição da General Motors contra a Ford ou da Toyota contra a Honda ou o que seja, essa competição entre estados é uma competição eliminatória. É possível que Ford e Toyota e Honda e GM possam viver lado a lado, coexistir lado a lado até o fim da história. No entanto, só pode haver, em qualquer território, apenas uma instituição com o direito de tributar e aprovar leis. Não pode haver livre concorrência em um território em termos de poder tributário e poder legislativo. Se todos pudessem tributar a todos, não sobraria nada para ser tributado, e se todos pudessem fazer leis, o caos explodiria.

A competição entre os estados é eliminatória no sentido de que, em qualquer território, só pode existir uma autoridade tributária e um monopolista da legislação e devemos esperar que as guerras levem em geral a uma tendência à concentração. Ou seja, mais e mais desses pequenos estados são eliminados e os territórios dos estados tornam-se gradualmente maiores e maiores.

E também podemos abordar e resolver rapidamente a questão de quem está prestes a vencer e quem está prestes a perder nesse tipo de batalha. Se você assumir que os estados eram inicialmente de tamanho aproximadamente igual com populações aproximadamente iguais, então

reconhecemos algum tipo de paradoxo, isto é, que aqueles estados que tratam suas populações melhor, estados mais liberais, por assim dizer, são os estados que têm uma sociedade civil mais próspera do que aqueles estados que maltratam suas populações, porque se você for liberal com sua população, menos opressor com sua população, ela tende a ser mais produtiva. E afinal, em uma guerra, para fazer uma guerra, principalmente uma guerra que dura um tempo, isso exige que você tenha uma população produtiva. As pessoas têm que continuar trabalhando, têm que continuar fabricando armas e alimentando os soldados, etc., e esses territórios, aqueles territórios estatais que oprimem sua população, tendem a ser também lugares pobres que têm menos recursos dos quais recorrer na condução da guerra. Seria de se esperar que, como tendência, os estados mais liberais irão, pelo menos no longo prazo, derrotar os estados menos liberais, eliminando-os e ampliando seu território às custas desses estados menos liberais.

Você pode ver, no entanto, que há uma limitação para essa tendência. Ou seja, quanto maiores se tornam os territórios, mais difícil se torna para as pessoas se deslocarem de um território para outro. No ponto final concebível do processo de concentração, temos um único estado mundial, a possibilidade de as pessoas votarem com os pés desaparece inteiramente. Aonde quer que você vá, a mesma estrutura tributária e regulatória se aplica. A implicação disso é que com territórios cada vez maiores, a razão inicial para os governantes estatais serem comparativamente moderados em sua política de tributação e regulação para sua própria população, a fim de serem bem-sucedidos nas guerras, esse motivo inicial desaparece cada vez mais, quanto maior os territórios se tornam, e mais difícil se torna a votação com os pés. Portanto, podemos reconhecer algum tipo de processo dialético. Inicialmente, você deseja ser relativamente liberal para expandir seu território. Quanto mais sucesso você alcança na expansão de seu território, menos importante se torna o motivo para ser liberal com nossa própria população, porque votar com os pés se torna cada vez mais difícil.

Saltando à frente por um momento, esse tipo de paradoxo, isto é, que os Estados liberais tendem a ser mais agressivos em sua política externa, é bem ilustrado, de certa forma, pela comparação dos Estados

Unidos e da ex-União Soviética. Não há dúvida de que a ex-União Soviética era um estado extremamente opressor internamente, com o resultado de que eles tinham uma economia em frangalhos, e os Estados Unidos, por outro lado, sendo um país comparativamente menos opressor, era uma economia muito próspera. E se olharmos para a política externa desses dois países, encontramos o que algumas pessoas consideram um resultado curioso, mas que acho que pode ser facilmente explicado. Descobrimos que a União Soviética se envolveu em relativamente poucos empreendimentos imperialistas. E esses empreendimentos imperialistas em que se envolveram geralmente estavam em lugares de segunda, terceira e quarta classes, porque sabiam precisamente que sua economia era tão fraca que eles não poderiam enfrentar um país altamente desenvolvido, devido à falta de recursos necessários para a condução da guerra. Lembre-se de que os principais ganhos territoriais que a União Soviética alcançou foram os ganhos territoriais que lhe foram concedidos pelos Estados Unidos como resultado de vários acordos durante a Segunda Guerra Mundial. Toda a Europa Oriental foi dada à União Soviética pelos americanos; não teria sido possível para a União Soviética assumir o controle de todos esses lugares se eles tivessem que lutar contra os Estados Unidos até o fim. A liderança dos Estados Unidos na verdade ordenou que alguns dos generais, como o general Patton, se retirassem e o impediram de marchar mais para o leste, de assumir lugares como Praga e assim por diante, para evitar que o comunismo se espalhasse para o oeste. Portanto, os principais ganhos territoriais da União Soviética dificilmente podem ser descritos como o resultado de seus desejos imperialistas internos.

Mas se você comparar isso com a política externa dos Estados Unidos, verá que os Estados Unidos têm, de fato, a cada ano, se envolvido em vários tipos de empreendimentos imperialistas. E a explicação para isso é precisamente que os Estados Unidos fizeram isso porque sabiam que por causa de seus recursos internos, por causa de sua riqueza interna, provavelmente se tornariam vencedores, enquanto a União Soviética sabia muito bem que eles não seriam capazes de travar uma guerra bem-sucedida contra países altamente industrializados. Isso não foi o resultado da bondade dos corações de Gorbachev e Brezhnev e seus outros

líderes. Muito pelo contrário, admito que eram pessoas más e que a União Soviética era, por assim dizer, o Império do Mal, e que tudo isso está perfeitamente correto. No entanto, há uma explicação racional para a relutância em seus desejos imperialistas e para os Estados Unidos, justamente por ser mais liberal internamente, ser mais agressivo no que diz respeito à sua política externa.

Agora, de volta às guerras monárquicas, diante do pano de fundo dessas considerações teóricas. Lembre-se de que reis, governantes principescos, consideram seu país como sua propriedade. Mesmo em guerras que são tipicamente motivadas por disputas de herança, isto é, que são guerras não ideologicamente motivadas, mesmo durante essas guerras, reis e príncipes têm incentivos para preservar os territórios que tentam tomar – porque, afinal, eles se consideram como o proprietário do estoque de capital representado por essas províncias e isso então leva a uma forma relativamente civilizada de guerra durante a era monárquica. E, novamente, algumas citações, nesse sentido, referindo-se às guerras monárquicas de estado e mostrando a moderação desses tipos de guerras não ideológicas, de motivação territorial. Primeiro, uma citação de um historiador militar, Arne Røksund. Ele diz,

> No continente, o comércio, as viagens, as relações culturais e eruditas continuaram em tempo de guerra quase sem obstáculos. As guerras eram as guerras do rei; o papel do bom cidadão era pagar seus impostos, e uma economia política sólida ditava que ele deveria ser deixado em paz para ganhar o dinheiro para pagar esses impostos. Ele não era obrigado a participar das decisões das quais surgiam as guerras, nem a tomar parte nelas uma vez que estourassem, a menos que fosse motivado por um espírito de aventuras úteis. Esses assuntos eram assuntos puramente reais e da exclusiva responsabilidade do soberano.[34]

---

[34] Arne Røksund, "The Jeune École," em Rolf Hobson and Tom Kristiansen, eds., *Navies in Northern Waters* (London: Routledge, 2004), p. 139.

E um historiador suíço-italiano, Guglielmo Ferrero, escreve sobre as guerras durante o século XVIII:

> A guerra tornou-se limitada e circunscrita por um sistema de regras precisas. Foi definitivamente considerada como uma espécie de combate único entre os dois exércitos, a população civil sendo apenas espectadores. A pilhagem, as confiscações e os atos de violência contra a população eram proibidos tanto no país de origem como no país inimigo. Cada exército estabeleceu armazéns em sua retaguarda em cidades cuidadosamente escolhidas, mudando-os à medida que se movia .... O recrutamento existia apenas na forma rudimentar e esporádica .... Soldados sendo escassos e difíceis de encontrar, tudo foi feito para garantir sua qualidade através de treinamento longo, paciente e meticuloso, mas como era caro, tornava-os muito valiosos e era necessário fazer com que o mínimo possível fosse morto. Tendo que economizar seus homens, os generais tentaram evitar travar batalhas. O objetivo da guerra era a execução de manobras hábeis e não a aniquilação do adversário; uma campanha sem batalhas e sem perda de vidas, uma vitória obtida por uma combinação inteligente de movimentos, foi considerada a conquista desta arte, o padrão ideal de perfeição ... Foi a avareza e o cálculo que tornou a guerra mais humana... A guerra tornou-se uma espécie de jogo entre soberanos. Uma guerra era um jogo com suas regras e seus riscos – um território, uma herança, um trono, um tratado. O perdedor pagava, mas sempre se mantinha uma justa proporção entre o valor da aposta e os riscos a correr, e as partes estavam sempre atentas ao tipo de obstinação que faz um jogador perder a

> cabeça. Eles tentaram manter o jogo sob controle e saber quando parar.[35]

Voltamos, em uma escala um pouco maior, à forma de guerra que existia durante a era dos cavaleiros. A diferença aqui é essencialmente que os exércitos são, é claro, de tamanho muito maior do que naquela era anterior.

Agora vem a próxima transformação na condução da guerra, que é a transformação de guerras monárquicas em guerras democráticas, em guerras nacionais. Falei sobre essa transição da monarquia para a democracia anteriormente. Essa transição começa com a Revolução Francesa, é então interrompida, em certa medida, após a derrota de Napoleão em 1815, até 1914 com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e é retomada na Primeira Guerra Mundial e depois até os dias de hoje. Mas, a primeira experiência nova é de fato a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa representa, de certa forma, um retorno a esses tipos religiosos de guerras que mencionei anteriormente. É um evento com motivação ideológica. Matam o rei e, no seu lugar, alguns ideais bombásticos se tornam proeminentes: liberdade, fraternidade e a glória da nação e coisas dessa natureza. O direito de voto é introduzido, e como as pessoas não podiam votar antes e sempre diziam: "Se o rei for para a guerra, não temos nada a ver com o estado, este é o estado do rei, não nos envolvemos nas guerras do rei", agora o argumento se inverteu, dizendo: "Agora, de repente, damos a você uma participação no estado, você participa do estado, elege, tem o direito de eleger representantes, etc., e como consequência, você também tem que lutar nas guerras do estado." A França revolucionária agora introduz pela primeira vez o que existia de forma rudimentar no passado, mas de forma muito rudimentar – os reis tentaram introduzir um esboço, mas normalmente não tiveram sucesso. Pela primeira vez foi visto agora, durante a Revolução Francesa, e em particular depois que Napoleão chega ao poder, o recrutamento militar obrigatório, um recrutamento em massa. Todas as pessoas da população francesa tornaram-se, de alguma forma, participantes da guerra. Não existe mais distinção nítida entre combatentes e não

---

[35] Guglielmo Ferrero, *Peace and War* (Freeport, NJ: Books for Libraries Press, 1969), pp. 5–7.

combatentes; os recursos de toda a nação são colocados à disposição dos exércitos em guerra.

Uma vez que não são mais as disputas de herança que motivam as guerras, mas as diferenças ideológicas (ou seja, o ódio contra os monarcas, o desejo de espalhar a liberdade, o que quer que isso signifique), torna-se extremamente difícil parar as guerras. Se você tiver guerras de motivação não ideológica com objetivos territoriais, então, depois de ter alcançado seu objetivo territorial, o motivo da guerra acabou. Uma vez que você tenha motivos ideológicos, quer tornar o mundo seguro para a liberdade, ou hoje em dia, para a democracia, você nunca tem certeza se realmente alcançou seu objetivo. Talvez essas pessoas apenas finjam que se tornaram democratas, católicos ou protestantes, e a única maneira de você ter certeza de que foi bem-sucedido em sua conversão é, naturalmente, matando o máximo possível. Então você sabe com certeza que eles não aderem mais às suas velhas crenças erradas.

E, claro, não há limites. Até onde você deve estender sua guerra? Se você libertar a Alemanha e torná-la um país livre, o que dizer da Polônia? Eles ainda não foram libertados e se você vencer a Polônia, o que dizer da Rússia? A Rússia também precisa ser libertada. Então você se volta para o Sul, o Egito precisa ser libertado e a Espanha precisa ser libertada. O mundo é vasto e todos eles anseiam por liberdade, é claro, então se torna impossível acabar com uma guerra. Então, a guerra se torna uma guerra total. E depois há o tamanho dos exércitos: os maiores exércitos antes de Napoleão eram cerca de 400.000 sob Luís XIV, que era considerado um exército enorme. Os exércitos sob o comando de Napoleão estavam bem acima de um milhão. Cito agora, Fuller e Howard, para ilustrar essa mudança na guerra que começou com a Revolução Francesa. Primeiro, Howard. Ele diz,

> Uma vez que o estado deixou de ser considerado como "propriedade" dos príncipes dinásticos ... e se tornou, em vez disso, o instrumento de forças poderosas dedicadas a conceitos abstratos como Liberdade, ou Nacionalidade ou Revolução, o que permitiu um grande número da população ver naquele estado a personificação de algum Bem

> absoluto, para o qual nenhum preço era alto demais, nenhum sacrifício grande demais para pagar; então, as disputas moderadas e hesitantes da era rococó pareciam anacronismos absurdos.[36]

E outra citação,

> Na verdade, uma nova era havia começado, a era das guerras nacionais, das guerras que iriam assumir um ritmo enlouquecedor; pois essas guerras estavam destinadas a lançar na luta todos os recursos da nação; deviam ter como objetivo, não um interesse dinástico, nem a conquista ou posse de uma província, mas a defesa ou a propagação de ideias filosóficas em primeiro lugar, depois dos princípios de independência, de unidade, de vantagens imateriais de vários tipos. Por último, eles apostaram na questão dos interesses e da fortuna de cada indivíduo particular. Consequentemente, o surgimento de paixões, isto é, os elementos da força, até então em sua maioria não utilizados.[37]

E outro conjunto de citações, muito revelador, de J.F.C. Fuller:

> A influência do espírito de nacionalidade, isto é, de democracia, na guerra, foi profunda ... [Ele] emocionou a guerra e, consequentemente, a brutalizou. ... No século XVIII, as guerras eram em grande parte ocupação de reis, cortesãos e cavalheiros. Os exércitos viviam em seus armazéns, interferiam o mínimo possível com o povo e, como os soldados eram pagos com a bolsa privada do rei, eram muito caros para serem descartados levianamente em ataques em massa.

---

[36] Michael Howard, *War in European History* (1976; Cambridge: Cambridge University Press, 2009), cap. 5.

[37] Ferdinand Foch, *The Principles of War* (1903), citado em J.F.C. Fuller, The Conduct of War, 1789–1961, p. 34.

> A mudança aconteceu com a Revolução Francesa, o *sanscoulottismo* substituiu a cortesia e, à medida que os exércitos se tornavam cada vez mais os instrumentos do povo, não apenas cresciam em tamanho, mas também em ferocidade. Os exércitos nacionais lutam contra as nações, os exércitos reais lutam com seus semelhantes, o primeiro obedece a uma multidão – sempre demente, o segundo um rei – geralmente são. ... Tudo isso se desenvolveu a partir da Revolução Francesa, que também deu ao mundo o recrutamento militar obrigatório – guerra de rebanho e a união do rebanho com finanças e comércio gerou novos reinos de guerra. Pois quando uma vez que toda a nação lutar, todo o crédito nacional estará disponível para fins de guerra.[38]

E mais no mesmo assunto:

> O recrutamento mudou a base da guerra. Até então, os soldados eram caros, agora eram baratos; batalhas haviam sido evitadas, agora eram procuradas, e por mais pesadas que fossem as perdas, elas poderiam ser rapidamente compensadas pelo recrutamento .... A partir de agosto (de 1793, quando o Parlamento da República Francesa decretou o compulso universal depois do serviço militar), não apenas a guerra se tornaria cada vez mais ilimitada, mas, finalmente, total. Na quarta década do século XX, a vida era tão barata que o massacre maciço de populações civis tornou-se um objetivo estratégico tão aceito quanto as batalhas em guerras anteriores. Em 150

[38] J.F.C. Fuller, *War and Western Civilization*, 1832–1932 (Londres: Duckworth, 1932), p. 26.

> anos, o recrutamento levou o mundo de volta à barbárie tribal.[39]

Neste ponto, houve, como eu disse, uma pequena pausa após a derrota de Napoleão. As guerras travadas na Europa durante o século XIX após a derrota de Napoleão, como a guerra, por exemplo, da Alemanha contra a França em 1870-71, foram novamente, uma guerra monárquica tradicional, quase inofensiva. Os oficiais alemães residiam em hotéis franceses e pagavam suas contas, enquanto os militares franceses pediam ao hotel para prorrogar a cobrança para datas posteriores. Praticamente não houve envolvimento da população civil. A única grande exceção no século XIX a esse retorno à guerra civilizada, se é que podemos chamá-la de civilizada, foi a Guerra da Independência do Sul dos Estados Unidos. E esta, novamente, foi uma guerra democrática típica; contrariando a tese de que as democracias não lutam entre si e que as democracias são de alguma forma mais adequadas para criar paz. A única guerra democrática no século XIX foi, novamente, a única guerra motivada ideologicamente e a Guerra Civil Americana foi, até este ponto, insuperável em termos de brutalidade. Foi pelo menos tão brutal quanto as guerras religiosas haviam sido muitos séculos antes e, como todos sabem, mais americanos foram mortos nessa guerra do que todos os americanos que morreram na Primeira Guerra Mundial e na Segunda Guerra Mundial.

Esta guerra, pela primeira vez, traz todos os armamentos modernos: metralhadoras e telégrafos e ferrovias e navios a vapor e rifles com precisão acurada de até 1.000 metros. E então, esse tipo de guerra, da qual a guerra americana foi um exemplo típico, e a francesa, as guerras napoleônicas antes, esse tipo de guerra continua com a Primeira Guerra Mundial, principalmente após a entrada dos Estados Unidos, que ocorreu muito antes da entrada oficial.

Os Estados Unidos estiveram, desde o início, devido à propaganda britânica, ao lado das forças ocidentais. A entrada dos Estados Unidos na guerra foi muito facilitada por duas de nossas mais queridas instituições, uma das quais foi a introdução do imposto de renda em 1913 e a outra é

---

[39] J.F.C. Fuller, *The Conduct of War*, 1789–1961, pp. 33, 35.

a fundação do Sistema de Banco Central no mesmo ano, ambas, é claro, facilitaram enormemente a possibilidade de um país como os Estados Unidos travar uma guerra longe de suas próprias costas. Só para se ter uma ideia aproximada, por exemplo, os requisitos de reserva para o banco central durante a guerra foram reduzidos de 20% antes da guerra para 10% durante a guerra, o que basicamente implica uma duplicação da oferta de dinheiro, o que, é claro , possibilita muito o financiamento de aventuras como essa. E, novamente, com a entrada dos Estados Unidos no início, o que começou como uma espécie de guerra monárquica europeia tradicional e poderia ter terminado facilmente em 1916 – havia várias iniciativas de paz em andamento, uma do papa e outra do imperador austríaco Karl – esta guerra então se tornou uma guerra ideológica, como vocês bem sabem, a guerra para "tornar o mundo seguro para a democracia". Como observou meu amigo Kuehnelt-Leddihn, seria mais apropriado dizer: “Não devemos tornar o mundo seguro para a democracia. Devemos tornar o mundo seguro da democracia.”

E como resultado desta guerra motivada ideologicamente, a guerra terminou, é claro, não com um compromisso de paz mutuamente digno, mas terminou com uma exigência completamente ridícula de rendição total, completa e incondicional, e forçando os alemães e os austríacos a aceitar a culpa absolutamente exclusiva da guerra, apesar do fato de que, ainda hoje, são poucos os historiadores que sustentariam que a guerra foi causada exclusivamente pela Áustria ou pela Alemanha. No mínimo, as partes mais culpadas, a meu ver, foram os russos, ao encorajar os sérvios a não ceder às demandas relativamente moderadas dos austríacos – e os russos não teriam feito isso, se não tivessem algum tipo de aliança com os britânicos encorajando os russos a se comportarem da maneira que fizeram. Portanto, não sendo um historiador, mas apenas um historiador amador, culparia a Rússia e a Inglaterra mais do que a Áustria e a Alemanha pela guerra. Mas, em qualquer caso, esta guerra terminou com um tratado de paz desastroso, que já implicava as sementes para a Segunda Guerra Mundial. De muitas maneiras, a Segunda Guerra Mundial pode ser considerada apenas a continuação da primeira, com um breve interlúdio. Na verdade, um dos historiadores alemães mais conhecidos, Hans Nolte, escreveu um livro com o título de que esta foi

outra Guerra dos Trinta Anos, ou seja, descrevendo a história como se a Primeira Guerra Mundial quase automaticamente conduzisse a Segunda Guerra Mundial.

E da Segunda Guerra Mundial, sabemos que aconteceu exatamente a mesma coisa. Foi uma guerra com motivação ideológica, com os Estados Unidos do lado de Stalin. Stalin, que era, de longe, um assassino maior do que Hitler, não respeitava mais de forma alguma a distinção entre combatentes e não-combatentes, exterminando enormes massas da população civil em momentos em que o resultado da guerra já estava decidido há muito tempo, apenas pelo simples propósito de incutir terror na população, e então receber toda a Europa Central e Oriental ao governo comunista.

Quero terminar com uma longa citação de Mises, que não trata diretamente com a questão de se as ordens naturais das sociedades podem se defender contra estados inimigos, mas que pode ser lida como uma declaração indireta sobre esta questão. As sociedades livres podem se defender contra hordas de bárbaros que tentam ocupá-las? E a conclusão desta citação mais longa é, sim; é precisamente a coerência interna, a integração econômica e monetária de sociedades altamente civilizadas que podem resistir ao ataque até mesmo das invasões mais bárbaras. Mises diz aqui o seguinte:

> Devemos rejeitar *a priori* qualquer suposição de que a evolução histórica é munida de um objetivo por qualquer "intenção" ou "plano oculto" da Natureza, tal como Kant imaginou e Hegel e Marx tinham em mente; mas não podemos evitar a indagação se um princípio pode não ser encontrado para demonstrar que o crescimento social contínuo é inevitável. O primeiro princípio que se apresenta diante de nós é o princípio da seleção natural. As sociedades mais desenvolvidas alcançam maior riqueza material do que as menos desenvolvidas; portanto, elas têm mais perspectivas de preservar seus membros da miséria e da pobreza. Elas também estão mais bem equipadas para se

defender do inimigo. Não se deve deixar-se enganar pela observação de que nações mais ricas e civilizadas foram frequentemente esmagadas na guerra por nações menos ricas e civilizadas. Nações em estágio avançado de evolução social sempre foram capazes de, pelo menos, resistir a uma força superior de nações menos desenvolvidas. São apenas as nações em decadência, civilizações desintegradas interiormente, que acabaram sendo vítimas das nações que estavam em ascensão. Onde uma sociedade mais organizada sucumbiu ao ataque de um povo menos desenvolvido, os vencedores acabaram submersos culturalmente, aceitando a ordem econômica e social e até mesmo a linguagem e a fé da raça conquistada.

A superioridade das sociedades mais desenvolvidas reside não apenas em seu bem-estar material, mas também quantitativamente no número de seus membros e qualitativamente na maior solidez de sua estrutura interna. Para isso, precisamente, está a chave para um maior desenvolvimento social: a ampliação do leque social, a inclusão na divisão do trabalho de mais seres humanos e seu maior controle sobre cada indivíduo. A sociedade mais desenvolvida difere da menos desenvolvida na união mais próxima de seus membros; isso impede a solução violenta de conflitos internos e forma externamente uma frente defensiva contra qualquer inimigo. Em sociedades menos desenvolvidas, onde o vínculo social ainda é fraco, e entre as partes separadas das quais existe uma confederação para fins de guerra, em vez de verdadeira solidariedade baseada no trabalho conjunto e na cooperação

econômica – o desacordo irrompe mais facilmente e mais rapidamente do que em sociedades altamente desenvolvidas. Pois a confederação militar não tem controle firme e duradouro sobre seus membros. Por sua própria natureza, é apenas um vínculo temporário que é sustentado pela perspectiva de vantagem momentânea, mas se dissolve assim que o inimigo é derrotado e a luta pelo butim começa. Na luta contra as sociedades menos desenvolvidas, as mais desenvolvidas sempre descobriram que sua maior vantagem reside na falta de unidade nas fileiras do inimigo. Apenas temporariamente as nações em um estado de organização inferior conseguem cooperar para grandes empreendimentos militares. A desunião interna sempre dispersou seus exércitos rapidamente. Tomemos, por exemplo, os ataques mongóis à civilização centro-europeia do século XIII ou os esforços dos turcos para penetrar no Ocidente. A superioridade do tipo de sociedade industrial sobre o tipo militar, para usar a expressão de Herbert Spencer, consiste em grande parte no fato de que as associações meramente militares sempre se desintegram devido à desunião interna.[40]

[40] Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2009), pp. 306–07.

Palestra 10

Estratégia, Secessão, Privatização e as Perspectivas da Liberdade

A conclusão de todas as minhas palestras é que a instituição do estado representa de alguma forma um erro e um desvio da causa normal e natural da civilização. E todos os erros são caros e devem ser pagos. Isso é mais óbvio com os erros relativos às leis da natureza. Se uma pessoa errar em relação às leis da natureza, essa pessoa não será capaz de alcançar seus próprios objetivos. No entanto, como o fracasso resultado do erro deve ser suportado por cada indivíduo, prevalece na área das ciências naturais um desejo universal de aprender, eliminar e corrigir seus erros. Por outro lado, os erros morais também custam caro, mas, ao contrário do caso das ciências naturais, o custo dos erros morais pode não ser pago por cada pessoa que comete esse erro.

Por exemplo, considere o erro de que falamos em detalhes aqui, o erro de acreditar que uma agência, e apenas uma agência, o estado, tem o direito de tributar e de tomar as decisões finais. Ou seja, deve haver leis diferentes e desiguais aplicáveis aos senhores e servos, aos pagadores de impostos e aos consumidores de impostos, aos legisladores e aos legislados. Uma sociedade que acredita neste erro pode, é claro, existir e durar, como todos sabemos, mas esse erro também deve ser pago. Mas, o interessante é que nem todo mundo que comete esse erro deve pagar por ele igualmente. Em vez disso, algumas pessoas terão que pagar pelo erro, enquanto outras, talvez os agentes do estado, realmente se beneficiem do mesmo erro. Por isso, neste caso, seria um erro supor que existe um desejo universal de aprender e corrigir o erro. Muito pelo contrário, neste caso, deverá ser assumido que algumas pessoas, em vez de aprender e promover a verdade, têm, na verdade, um motivo constante para mentir, isto é, para manter e promover falsidades, mesmo que elas próprias as reconheçam como tal.

Deixe-me explicar isso com um pouco mais de detalhes e repetir alguns dos insights básicos que tentei transmitir durante essas palestras. Uma vez que você aceita o princípio do governo, ou seja, que deve haver

um monopólio judicial e do poder de tributar, uma vez que você aceita este princípio incorretamente como um princípio justo, então qualquer ideia ou noção de restringir ou limitar o poder do governo e salvaguardar a liberdade individual e propriedade torna-se ilusória. Em vez disso, sob os auspícios monopolísticos, o preço da justiça e da proteção aumentará continuamente, e a qualidade da justiça e da proteção diminuirá continuamente. Uma agência de proteção financiada por impostos é uma contradição em termos. Ou seja, é um expropriador protetor de propriedade. E tal instituição inevitavelmente levará a mais impostos e cada vez menos proteção, mesmo se, como alguns liberais clássicos reivindicam, um governo limite suas atividades exclusivamente à proteção de direitos de propriedade privada preexistentes. Então, imediatamente, surgiria outra pergunta: "Quanta segurança produzir e quantos recursos gastar neste bem específico de proteção?" E motivado, como todo mundo, pelo interesse próprio, mas equipado com o poder único de tributar, a resposta de um agente do governo será invariavelmente a mesma. Ou seja, para maximizar os gastos com proteção (e, como você pode imaginar, quase toda a riqueza de uma nação pode, em princípio, ser gasta em proteção. Basta equipar a todos com um guarda-costas pessoal e um tanque com um lança-chamas no topo) e, ao mesmo tempo, minimizar o que se espera que façam, ou seja, a produção de proteção. Quanto mais dinheiro você puder gastar e quanto menos trabalhar por esse dinheiro, melhor será para você.

Agora, além disso, um monopólio judicial levará inevitavelmente a uma deterioração constante da qualidade da justiça e da proteção. Se ninguém pode apelar para a justiça, a não ser para o governo, a justiça invariavelmente será pervertida em favor do governo, das constituições e dos supremos tribunais. Afinal, constituições e tribunais supremos são constituições estatais e agências estatais, e quaisquer limitações às atividades estatais que essas instituições possam encontrar ou conter, são invariavelmente decididas por agentes da própria instituição que está sob consideração. É facilmente previsível que a definição de propriedade e a definição de proteção serão continuamente alteradas e o âmbito de jurisdição expandido para vantagem do governo, até que, finalmente, a noção de direitos humanos universais e imutáveis, e em particular

direitos de propriedade, desaparecerá e irá ser substituída pela lei como legislação feita pelo governo e direitos como concessões concedidas pelo governo às pessoas.

Agora, os resultados estão todos diante de nossos próprios olhos e todos podem vê-los. A carga tributária imposta aos proprietários e produtores tem aumentado continuamente, fazendo com que até mesmo a carga econômica imposta aos escravos e servos pareça moderada em comparação. A dívida do governo e, portanto, as obrigações fiscais futuras, aumentaram a alturas de tirar o fôlego. Cada detalhe da vida privada, da propriedade, do comércio e de contratos é regulado por montanhas cada vez mais altas de leis. No entanto, a única tarefa que o governo deveria assumir, a de proteger a vida e a propriedade, ele não executa muito bem. Ao contrário, quanto mais aumentaram os gastos com bem-estar social e segurança nacional, mais nossos direitos de propriedade privada foram corroídos, mais nossa propriedade foi expropriada, confiscada, destruída e depreciada. Quanto mais leis foram produzidas, mais incerteza jurídica e risco moral foram criados e mais a ilegalidade tomou o lugar da legalidade e da ordem. Em vez de nos proteger do crime doméstico e da agressão estrangeira, nosso governo, que está equipado com enormes estoques de armas de destruição em massa, ataca sempre novos Hitler e supostos simpatizantes de Hitler, em qualquer lugar e em todos os lugares fora de seu próprio território. Em suma, embora nos tornemos cada vez mais desamparados, empobrecidos, ameaçados e inseguros, nossos governantes estão cada vez mais corruptos, arrogantes e perigosamente armados.

Agora, o que podemos fazer sobre tudo isso? Deixe-me começar destacando algo que já mencionei antes, ou seja, temos que reconhecer que os estados, tão poderosos e invencíveis quanto possam parecer, em última análise, devem sua existência às ideias, e uma vez que as ideias podem, em princípio, mudar instantaneamente, os estados podem ser derrubados e desintegrados praticamente da noite para o dia também. Os representantes do estado são sempre e em todos os lugares apenas uma pequena minoria da população sobre a qual governam. A razão para isso, como expliquei, é tão simples quanto fundamental. Cem parasitas podem viver vidas confortáveis se sugarem o sangue vital de milhares de

hospedeiros produtivos, mas milhares de parasitas não podem viver confortavelmente com uma população hospedeira de apenas algumas centenas. No entanto, se os agentes do governo são apenas uma pequena minoria da população, como eles podem impor sua vontade a essa população e escapar impunes? A resposta dada por Rothbard, de La Boétie, Hume e Mises é apenas em virtude da cooperação voluntária da maioria da população sujeita com o estado.

No entanto, como o estado pode garantir essa cooperação? E a resposta é, apenas porque, e na medida em que, a maioria da população acredita na legitimidade do domínio do Estado, na necessidade da instituição do Estado. Isso não quer dizer que a maioria da população deva concordar com todas as medidas estatais. Na verdade, pode muito bem acreditar que muitas políticas estatais são equivocadas ou mesmo desprezíveis. No entanto, a maioria da população deve acreditar na justiça da instituição do estado como tal e, portanto, mesmo que um determinado governo dê errado ou cometa erros específicos, esses erros são meros acidentes, que devem ser aceitos e tolerados em vista de algum bem maior fornecido pela instituição do governo. Ou seja, as pessoas acreditam na teoria do acidente do erro do governo, em vez de ver que há uma razão sistemática por trás de tudo isso. Ainda assim, como a maioria da população pode ser levada a acreditar nessa teoria do acidente? E a resposta é, com a ajuda dos intelectuais. Antigamente, isso significava tentar moldar uma aliança entre o estado e a igreja. Nos tempos modernos, com muito mais eficácia, isso significa por meio da nacionalização ou socialização da educação, por meio de escolas e universidades estatais e subsidiadas pelo Estado. A demanda do mercado por serviços intelectuais, em particular na área das humanidades e das ciências sociais, está longe de ser alta e também está longe de ser estável e segura. Os intelectuais estariam à mercê dos valores e escolhas das massas e as massas geralmente não estão interessadas em questões intelectuais e filosóficas. O estado, por outro lado, como Rothbard observou, acomoda seus egos tipicamente superinflados e está disposto a oferecer aos intelectuais um abrigo caloroso, seguro e permanente em seu aparato, uma renda segura e a panóplia de prestígio. E, de fato, o estado

democrático moderno em particular criou um grande excesso de oferta de intelectuais.

Agora, essa acomodação não garante o pensamento estatista correto, é claro. Além disso, como geralmente são pagos em excesso, os intelectuais continuarão a reclamar de quão pouco seu trabalho "tão importante" é apreciado pelos poderes constituídos. Mas certamente ajuda a chegar às conclusões estatistas corretas se alguém perceber que sem o estado, isto é, sem as instituições de tributação e legislação, pode-se estar inteiramente desempregado e ter que tentar a sorte como frentista de posto de gasolina em vez de se preocupar com problemas prementes como alienação e equidade e exploração e a desconstrução de gênero e papéis sexuais ou a cultura dos esquimós, hopis e zulus. E mesmo que alguém se sinta subestimado por este ou aquele governo em exercício, os intelectuais ainda percebem que a ajuda só pode vir de outro governo, e certamente não de um ataque intelectual à legitimidade da própria instituição do governo como tal. Assim, não é surpreendente que, por uma questão de fato empírico, a esmagadora maioria dos intelectuais contemporâneos sejam esquerdistas extremos, e que mesmo os intelectuais mais conservadores ou de livre mercado, como, por exemplo, Milton Friedman ou Friedrich von Hayek, são fundamentalmente e filosoficamente também estatistas.

Agora, a partir dessa percepção da importância das ideias e do papel dos intelectuais como guarda-costas do estado e do estatismo, segue-se que o papel mais decisivo no processo de libertação, ou seja, a restauração da justiça e da moralidade, deve recair sobre os ombros do que se poderia chamar de intelectuais anti-intelectuais. No entanto, como esses intelectuais anti-intelectuais podem ter sucesso em deslegitimar o estado na opinião pública, especialmente se a esmagadora maioria de seus colegas são estatistas e farão tudo ao seu alcance para isolá-los e desacreditá-los como extremistas e malucos? A primeira coisa é essa. Porque se deve contar com a oposição viciosa de seus colegas, e para resistir a essa crítica e ignorá-la, é de extrema importância fundamentar seu próprio argumento, não apenas em argumentos utilitários e econômicos, mas em argumentos éticos e morais, porque apenas as convicções morais fornecem a coragem e a força necessárias na batalha

ideológica. Poucas pessoas são inspiradas e estão dispostas a aceitar sacrifícios se o que elas se opõem é mero erro e desperdício. Mais inspiração e coragem podem ser extraídas de saber que se está empenhado em lutar contra o mal e as mentiras.

O segundo ponto que quero enfatizar é este. É igualmente importante reconhecer que não é necessário converter os colegas, isto é, não é necessário persuadir os intelectuais tradicionais. Como Thomas Kuhn mostrou, em particular, a conversão de colegas é um evento raro, mesmo nas ciências naturais. Nas ciências sociais, conversões entre intelectuais estabelecidos de pontos de vista anteriormente defendidos são praticamente inéditas. Agora, em vez disso, deve-se concentrar os esforços nos jovens ainda não comprometidos intelectualmente, cujo idealismo os torna particularmente receptivos a argumentos morais e ao rigorismo moral. E da mesma forma deve-se contornar, tanto quanto possível, instituições acadêmicas puras e chegar ao público em geral, que tem alguns preconceitos anti-intelectuais geralmente saudáveis nos quais se pode facilmente mexer.

O terceiro ponto é – e isso me faz voltar à importância de um ataque moral ao Estado – que é essencial reconhecer que não pode haver concessões no nível da teoria. Certamente, não devemos nos recusar a cooperar com pessoas cujas visões são, em última análise, equivocadas e confusas, desde que seus objetivos possam ser classificados de forma clara e inequívoca como um passo na direção certa de uma desestatização da sociedade. Por exemplo, não se deve recusar a cooperação com pessoas que buscam introduzir um imposto de renda fixo de 10%. No entanto, não gostaríamos de cooperar com aqueles que desejam combinar esta medida com um aumento do imposto sobre vendas, a fim de alcançar a neutralidade das receitas, por exemplo. Sob nenhuma circunstância essa cooperação deve levar ao comprometimento de seus princípios. Ou a tributação é justa ou não é, e uma vez que se admita que é justa, como se opor a qualquer aumento dela? E a resposta é, claro, que então não sobrou nenhum argumento para tal. Em outras palavras, a concessão, no nível da teoria, como a encontramos, por exemplo, entre os defensores moderados do livre mercado, como Hayek ou Friedman, ou mesmo entre alguns dos chamados minarquistas, não é apenas filosoficamente falho,

mas também é praticamente ineficaz e até contraproducente. Suas ideias podem ser, e de fato são, facilmente cooptadas e incorporadas pelos governantes do estado e pela ideologia estatista. Na verdade, com que frequência ouvimos hoje em dia dos estatistas, em defesa de uma agenda estatista, alegações como “até mesmo Hayek ou Friedman dizem isso e aquilo” ou “nem mesmo Hayek ou Friedman proporiam algo assim”?

Bem, pessoalmente, Friedman e Hayek podem não ficar felizes com isso, mas não há como negar que seu trabalho se presta a esse propósito e, portanto, que eles realmente contribuíram para o poder contínuo e inabalável do estado. Em outras palavras, a concessão teórica e o gradualismo só levarão à perpetuação da falsidade, dos males e das mentiras do estatismo, e apenas o purismo teórico, o radicalismo e a intransigência podem levar e levarão primeiro a uma reforma e melhoria prática gradual e possivelmente também para a vitória final. Consequentemente, como um intelectual anti-intelectual, no sentido rothbardiano, nunca se pode ficar satisfeito em apenas criticar várias tolices do governo. Embora seja necessário começar criticando essas loucuras, deve-se sempre prosseguir daí para um ataque fundamental à instituição do Estado como tal, como um ultraje moral, e aos seus representantes como fraudes morais e econômicas, mentirosos e impostores, ou como reis nus. Em particular, nunca se deve hesitar em atacar o próprio cerne da legitimidade do Estado e seu suposto papel indispensável como produtor privado de proteção e segurança. Já mostrei como essa afirmação é ridícula do ponto de vista teórico. Como uma agência que pode expropriar propriedade privada pode reivindicar ser uma protetora da propriedade privada?

Mas, não menos importante é atacar a legitimidade do Estado em bases empíricas, isto é, apontar e martelar sobre o assunto que, afinal, os Estados, que deveriam nos proteger, são a própria instituição responsável por estimados 170 milhões de mortes em tempos de paz, apenas no século XX; isso é provavelmente mais do que as vítimas de crimes privados em toda a história da humanidade. E esse número de vítimas de crimes privados dos quais o governo não nos protegeu teria sido ainda muito menor se os governos em todos os lugares e em todos os tempos não tivessem empreendido esforços constantes para desarmar seus próprios

cidadãos para que os governos, por sua vez, pudessem se tornar cada vez mais máquinas de matar eficazes. Em vez de tratar os políticos com respeito, então, a crítica que se faz a eles deve ser significativamente intensificada. Abaixo de um ser humano – pode haver algumas exceções –, os políticos não são apenas ladrões, mas, na verdade, assassinos em massa ou, pelo menos, assistentes de assassinos em massa. E como se atrevem a exigir nosso respeito e lealdade?

Mas, uma radicalização lógica nítida e distinta trará os resultados que queremos alcançar? Nisso, tenho muito poucas dúvidas. Na verdade, apenas ideias radicais e, de fato, radicalmente simples podem despertar as emoções das massas melancólicas e indolentes e deslegitimar o governo a seus olhos. Deixe-me citar Hayek para este efeito e, a partir disso, você percebe que mesmo um cara que está fundamentalmente confuso e equivocado pode ter percepções muito importantes e que podemos aprender muito também com aquelas pessoas que não concordam totalmente conosco.

> Devemos fazer novamente da construção de uma sociedade livre uma aventura intelectual, uma façanha de coragem. O que carecemos é de uma Utopia liberal, um programa que não pareça nem uma mera defesa das coisas como elas são, nem um tipo de socialismo diluído, mas um radicalismo verdadeiramente liberal que não ceda as suscetibilidades do poderoso . . ., que não seja tão rigorosamente prático e que não se limite ao que parece ser politicamente possível hoje. Precisamos de líderes intelectuais que estejam prontos para resistir as bajulações do poder e da influência e que estejam dispostos a trabalhar por um ideal, não importa o quão distante sejam os prospectos de sua realização. Eles precisam ser homens que estejam dispostos a se manter fieis a princípios e a lutar pela sua aceitação total, não importa o quão remota seja. Livre comércio e liberdade de oportunidades são ideias que ainda podem

> estimular a imaginação de um grande número de pessoas, mas uma mera "liberdade razoável de comércio" ou uma mera "atenuação de controles" não são nem intelectualmente respeitáveis e nem propensos a inspirar qualquer entusiasmo....
> A menos que possamos novamente tornar as fundações filosóficas de uma sociedade livre um assunto intelectual vivificante, e sua implementação uma tarefa que desafie a perspicácia e a imaginação de nossas mais vigorosas mentes, os prospectos da liberdade serão de fato tenebrosos. Mas se pudermos recuperar a crença no poder das ideias, que era a marca do liberalismo em seu esplendor, a batalha não estará perdida.[41]

Bem, Hayek, é claro, não deu ouvidos a seu próprio conselho de nos fornecer uma teoria consistente e inspiradora. Sua utopia desenvolvida, por exemplo, em sua obra *Os fundamentos da Liberdade*, é, em vez disso, a visão pouco inspiradora do Estado de bem-estar social sueco. Mas, foi Rothbard, acima de tudo, quem fez o que Hayek reconheceu como necessário para a renovação do liberalismo clássico, ou seja, ele nos deu uma utopia inspiradora, algo que se baseia na moral e é capaz de revigorar, especialmente os jovens e os intelectualmente descompromissados.

Agora, deixe-me terminar também tentando oferecer algum tipo de utopia inspiradora para objetivos intermediários, objetivos antes de alcançarmos uma sociedade totalmente desestatizada. Você percebe que se seguirmos a lógica do estado até sua conclusão final, então o que devemos exigir é um estado mundial, porque enquanto não houver um estado mundial, então de acordo com a própria ideologia estatista, haverá uma guerra perpétua entre estados porque eles estão, um vis-à-vis o outro, em um estado de anarquia. A única solução definitiva seria a de um estado mundial. Essa é precisamente a visão que nossos líderes

---

[41] Friedrich A. Hayek, *The Constitution of Liberty* (1978; Chicago: University of Chicago Press, 2005), p. 384.

tentam propagar. Claro, um estado mundial sob controle dos Estados Unidos, para ser mais preciso, mas em qualquer caso, requer um estado mundial. Em vez disso, a utopia, a utopia intermediária que eu sugeriria, segue as pistas do que aprendemos na Idade Média e da organização peculiar da Europa que foi responsável pelo sucesso único do mundo ocidental, isto é, a estrutura quase anarquista, a estrutura altamente descentralizada da Europa. O que podemos propor como uma meta intermediária, que considero mais inspiradora do que o estado mundial, é a visão de um mundo composto por dezenas de milhares de Mônacos e Liechtensteins e Cantões Suíços e Singapuras e Hong Kongs e San Marinos e quaisquer pequenas entidades hoje em dia ainda existem. Lembre-se, se tivermos um grande número de pequenas entidades políticas, cada uma dessas entidades terá que ser relativamente moderada e gentil com sua população, caso contrário, as pessoas simplesmente sairão dela.

Em segundo lugar, cada uma dessas pequenas unidades terá que se engajar quase necessariamente em uma política de livre comércio aberta. Os Estados Unidos, como um grande país, podem se envolver em medidas protecionistas porque têm um grande mercado interno. Mesmo que parasse de comerciar com o resto do mundo, a população dos Estados Unidos experimentaria um declínio significativo nos padrões de vida, mas as pessoas não morreriam. Por outro lado, imagine Liechtenstein ou Mônaco ou San Marino declarando o fim do comércio, o fim do comércio livre com o mundo exterior, ou Hong Kong, lugares como estes. Então, é claro, levaria uma ou duas semanas e toda a população desses lugares seria exterminada. Portanto, as pequenas unidades devem – a fim de evitar morrer de fome ou perder, em particular, seus indivíduos mais produtivos a qualquer momento – se engajar em políticas liberais clássicas.

Além disso, um grande número de unidades muito pequenas teria de abandonar, necessariamente, a instituição do papel-moeda, porque não pode haver dezenas de milhares de diferentes papéis-moeda emitidos por dezenas de milhares de unidades políticas diferentes. Basicamente, estaríamos de volta a um sistema de permuta se fizéssemos isso. Quanto menores forem as unidades, maior será a pressão, de fato, para que

voltemos também a um padrão de moeda-mercadoria, que é totalmente independente do controle do governo.

O que eu recomendaria, em particular, para os Estados Unidos e assim por diante, é perceber que a democracia não vai se abolir. As massas gostam de saquear a propriedade de outras pessoas. Elas não abrirão mão do direito de continuar fazendo isso. No entanto, ainda existem, nos Estados Unidos e em muitos outros lugares, pequenas ilhas de pessoas razoáveis, e é possível que em pequenos níveis locais, algumas pessoas, algumas autoridades naturais possam ganhar influência suficiente para induzi-las a se separar de seu estado central. E se o fizerem, e se isso acelerar, se acontecer em muitos lugares simultaneamente, será quase impossível para o estado central esmagar um movimento como este. Porque para esmagar um movimento como este, mais uma vez, a opinião pública tem que ser a favor e seria difícil persuadir o público a atacar para matar, para destruir pequenos lugares que não fizeram nada além de declarar que eles desejam ser independentes dos Estados Unidos da América.